



# Universidade de Brasília

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação

Flávio Augusto Queiroz e Silva

**A proposta epistemológica de A. J. Greimas a partir da  
relação entre a leitura e a estrutura profunda da  
significação**

Brasília  
2010



# Universidade de Brasília

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação

Flávio Augusto Queiroz e Silva

## **A proposta epistemológica de A. J. Greimas a partir da relação entre a leitura e a estrutura profunda da significação**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Comunicação como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador: Pedro David Russi-Duarte

Brasília  
2010

**A proposta epistemológica de A. J. Greimas a partir da relação  
entre a leitura e a estrutura profunda da significação**

Flávio Augusto Queiroz e Silva

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Pedro David Russi-Duarte  
Orientador

---

Prof. Me. Silnei Scharten Soares

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa de Souza Martinez

## AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente a Pedro Russi, pela postura comprometida, rigorosa e estimulante; aos colegas do Núcleo de Estudos em Semiótica e Comunicação – NESECOM, principalmente Walter Gomes Cunha, pelas discussões riquíssimas; a Luanne Batista e Ana Rita Cunha, pelas inquietações; a Marina de Sá, Gisele Novais e Fernanda Ros, pela caminhada; a Eduardo Friedman, pelos conselhos de revisão e tradução; aos meus pais, pelo apoio e investimento constantes (muito obrigado!); a todos os meus amigos, muitos e caríssimos; a Rafael Lima Valença, pelo aprendizado e amadurecimento.

“É a paixão e não a razão que nos leva a pesquisar”

David Hume

## RESUMO

O presente trabalho procura discutir a proposta epistemológica da semiótica de Algirdas J. Greimas, analisando a relação entre a estrutura profunda da significação e os conceitos de leitura e leitura de mundo. Em outras palavras, propõe-se analisar os fundamentos do pensamento greimasiano, entendendo que o estudo do percurso gerativo do sentido e do conceito de leitura abre um caminho para compreender como se constitui esse ponto de vista e como ele olha para o mundo. Essa abordagem se dá, primeiro, pela localização histórica e conceitual dos trabalhos desenvolvidos por Greimas, e depois pela sustentação de seus pressupostos no método estruturalista. Em seguida, pela análise dos conceitos de leitura, texto e representação, entre outros, pode-se ver como a semiótica greimasiana entende o que é o sentido e como ele é produzido no mundo. Finalmente, centra-se a abordagem no quadrado semiótico e no modelo actancial, tomados aqui como um exercício de raciocínio que constrói um olhar e que, por sua vez, possibilita as análises que vamos comentar na última parte do trabalho.

**Palavras-chave:** semiótica greimasiana, proposta epistemológica, leitura, quadrado semiótico, modelo actancial.

## RESUMÉE

Ce travail a pour but comprendre le propos épistémologique de la sémiotique de Algirdas J. Greimas, en analysant le rapport entre l'éstructure profonde de la signification et les concepts de lecture et lecture de monde. Autrement dit, on essaye d'analyser les fondements de la pensée greimasienne à partir de l'étude du parcours génératif et du concept de lecture. Ce mouvement nous permet de comprendre la constitution du « point de vue » greimasien et la façon dont il regarde le monde. Pour ce faire, avant tout, on localise historiquement et conceptuellement les travaux développés par Greimas ; après, on les soutient dans la méthode structuraliste. Ensuite, on approfondit les concepts de lecture, texte et représentation, entre autres, pour apercevoir comment la sémiotique greimasienne comprend le sens et comment il est produit dans le monde. Finalement, on centralise notre regard sur le carré sémiotique et le modèle actanciel, considérés ici comme un exercice de réflexion qui construit un regard et qui, ultérieurement, permet les analyses greimasiennes que nous allons commenter dans la dernière partie de ce travail.

**Mots-clés:** sémiotique greimasienne, propos épistémologique, lecture, carré sémiotique, modèle actanciel.

## ABSTRACT

This work examines the epistemological proposition of Algirdas J. Greimas' semiotics, analyzing the connection between the elementary structure of signification and the concepts of reading and reading of the world. In other words, we will study the grounds upon which the greimasian semiotics rests, examining the generative process and the concept of reading. This step allows us to understand the composition of the greimasian "point of view" and the way it looks at the world. Our approach will be to, first, localize Greimas' works historically and conceptually; then, we will place his ideas in the structuralist domain. Next, we will plunge into the concepts of reading, text and representation, amongst others, in order to perceive how greimasian semiotics understands the production of meaning in the world. Finally, we will take a special look upon the semiotic square and the actantial model, considered here as an exercise of thinking which builds the analyses on which we will comment, at last.

**Keywords:** greimasian semiotics, epistemological proposition, reading, semiotic square, actantial model.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 1. GREIMAS NA HISTÓRIA DA SEMIÓTICA	10
1.1 O desenvolvimento da semiótica como disciplina	10
1.2 Estruturalismo e semiótica greimasiana	18
1.2.1 Estruturalismo e ciências da linguagem	18
1.2.2 Greimas: aspectos do estruturalismo no percurso da significação	23
1.3 Texto, leitura e leitura de mundo	25
1.3.1 O texto, o mundo e as suas leituras	25
1.3.2 O texto e o seu co-texto: como Greimas entende a “verdade” do discurso	33
1.3.3 O lugar do leitor na interpretação proposta pelo texto	36
1.3.4 Leitura como articulação dos eixos sintagmático e paradigmático	39
1.3.5 Mundo, texto, representação, leitura e leitor: entendimentos iniciais	41
1.4 Heranças do estruturalismo e apontamentos para o entendimento da “leitura”	44
CAPÍTULO 2. OS FUNDAMENTOS DA ESTRUTURA ELEMENTAR DA SIGNIFICAÇÃO: O QUADRADO SEMIÓTICO E O MODELO ACTANCIAL	48
2.1 O quadrado semiótico	48
2.1.1 O quadrado semiótico como estruturação da narratividade básica	54
2.2 O modelo actancial	57
2.2.1 Contexto histórico e proposta do modelo actancial	57
2.2.2 Modalidades e programas narrativos no projeto da descrição	62
2.2.3 Estrutura elementar da significação: o sentido entre a imanência inconsciente e as tensões dramáticas	66
CAPÍTULO 3. COMPREENDENDO ANÁLISES GREIMASIANAS	70
3.1 <i>Vieja friendo huevos</i> : um fritar de ovos como mediação entre natureza e cultura	71
3.2 <i>Propõem-se cont(r)atos imediatos</i> : a carência afetiva na busca pelo objeto-valor	79
3.3 <i>¿Quién caza a quién?</i> : indecisão semântico-actancial em uma pintura de Rubens	83
3.4 <i>A intertextualidade em pintura</i> : um caso de diálogo entre texto e seu co-texto	88
3.5 Entendendo a análise como discussão aprofundada	94
3.6 Retomada de conceitos	96
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma discussão teórico-conceitual focada na proposta epistemológica da semiótica de Algirdas Julien Greimas (1917 – 1992), por meio da abordagem do quadrado semiótico e do modelo actancial, por um lado, e dos conceitos de leitura e leitura de mundo, por outro, compreendidos na mesma semiótica.

Acreditamos haver uma relação que nos permite partir dos conceitos de *leitura* e *leitura de mundo* para compreender como o quadrado semiótico e o modelo actancial se sustentam na proposta da semiótica greimasiana. Vamos entender que não só, nesse sentido, eles constituem um exercício de leitura, de classificação, como também fazem parte de um projeto maior de leitura, que é o próprio percurso gerativo do sentido. Essa relação nos permite compreender como a semiótica de Greimas constrói um modo de olhar e de pensar.

Cheguei à semiótica greimasiana durante seminário ministrado em 2008, pelo departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília, na disciplina “Semiótica e Comunicação”, quando também entrei em contato com outros ramos da semiótica e textos de Saussure, Barthes, Lotman, Bakhtin e Peirce. A continuidade dos estudos se deu com a participação no Núcleo de Estudos em Semiótica e Comunicação – NESECOM, etapa importante desse processo de conhecimento e reflexão.

Nos trabalhos em torno da proposta de Greimas, em sua maioria análises desenvolvidas por outros autores, intrigaram-me sobretudo o rigor e o método utilizados para analisar todas as manifestações que a semiótica greimasiana define comumente como “texto”: imagens, relatos, filmes, histórias ou tudo que produza sentido a partir de uma elaboração estruturada sobre um universo semântico.

Esse método permite refletir sobre o próprio ato do fazer e do analisar, e representa, a meu ver, um avanço e uma alternativa aos estudos e às análises que geralmente são feitos nas disciplinas do departamento de Jornalismo da UnB, muito focados na técnica e inseridos num cenário que não costuma extrapolar o senso comum. Além da curiosidade inicial em compreender as análises e a semiótica greimasiana em termos globais, surge uma motivação: entender como essa teoria se sustenta dentro de um pensamento, de uma proposta.

Como se vê, interessei-me muito pelo exercício de reflexão que esses trabalhos provocam. Sendo assim, a discussão aqui levantada não pode deixar de considerar o ponto de

vista que Greimas adotou durante a construção de sua teoria como estudo científico do texto. Essa atenção especial sobre uma proposta de entendimento nos permite articular os conceitos mirando um panorama histórico, além de nos possibilitar entender com que motivação Greimas compreendeu os processos de comunicação que se dão entre duas instâncias (destinador e destinatário), na construção e na leitura de um texto.

Nesse eixo, sugerimos começar a monografia com dois capítulos que abordam o desenvolvimento histórico da semiótica francesa. Vamos aí entender como se deram as motivações de diversos autores e como elas se alinham rumo à constituição de uma disciplina – dentro do cenário próprio do estruturalismo –, além de verificar as fontes do pensamento greimasiano e as inquietações que Greimas levou adiante.

Somente a partir daí é que podemos ver como se configura a proposta greimasiana para o entendimento do sentido. Isso é o que começa a se desenhar no capítulo 1.3, quando passamos pelo entendimento de conceitos centrais como “texto”, “leitura” e outros que decorrem daí. A nosso ver, esse é um movimento basilar, à medida que possibilita um avanço importante e se integra no momento anterior: esses conceitos não só se justificam no cenário histórico da semiótica e do estruturalismo, como sustentam a discussão que vem nos capítulos posteriores.

Falar em leitura e texto, no contexto greimasiano, força-nos a abordar o percurso gerativo do sentido, o modo como o texto é gerado. Isso porque todo discurso “é da ordem do processo semiótico, ou melhor, da relação entre estruturas e processos de significação” (CARDOSO, 1997: 14). É apenas por meio da análise dos processos de estruturação do texto que a significação é descoberta. Nesse cenário, poderíamos estudar todas as etapas do percurso, mas este não é o nosso interesse: preferimos abordar a estrutura profunda da significação, a instância sêmio-narrativa, que é a etapa mais “virtual” desse processo. Mesmo assim, não nos eximimos de explicar, brevemente, cada etapa do percurso gerativo e entender a importância de cada nível na estruturação global do texto. Igualmente, visar a geração do texto nos permite estender a reflexão para o processo de enunciação, e aí compreender como o texto gera seus efeitos de sentido, propõe os caminhos para sua interpretação e constrói seu próprio leitor, a partir de um contrato que o modelo actancial permite explicar.

A preferência pelo nível profundo se dá principalmente porque, nas análises desenvolvidas no cenário greimasiano, é comum aparecerem o quadrado semiótico ou o modelo actancial (que se formulam nessa estrutura profunda, em âmbitos semântico e sintático). Entendemos que eles não devem ser aplicados simplesmente como ferramenta, mas sim para provocar uma reflexão. Parece-nos que simplesmente aplicá-los não permite maiores

discussões, além de deslocá-los de toda uma tradição de pesquisa que motivou sua formulação. Ao contrário, compreender seu funcionamento enquanto leitura situa-os na dinâmica da enunciação, permitindo entender que o sentido do objeto semiótico não está no objeto, mas aparece apenas quando entramos em relação com ele (OLIVEIRA, 2004: 16).

É nesse sentido que queremos entender o ponto de vista e a compreensão que eles ajudam a fundar nas análises, tendo em vista, ao mesmo tempo, o pensamento que lhes serve de base. Além disso, eles nos remetem ao aspecto lógico-abstrato da leitura e nos possibilitam compreendê-la como exercício mental de categorização. O estudo detalhado de cada um desses modelos está na segunda parte do trabalho, no capítulo 2.

No cenário da Comunicação em que nos encontramos, esse movimento sugere que o sentido não é dado imediatamente, não aparece de pronto, mas se constitui em um processo, e que para entendê-lo é necessário unicamente encarar como ponto de partida o próprio objeto semiótico, e não as rotinas de produção ou o psiquismo e as vontades do enunciador. Além disso, poderemos pensar também que a construção do sentido não se dá primeiramente por técnicas, visto que as técnicas que possibilitam um fazer são, antes de tudo, orientadas por modos de leitura (GREIMAS, 1984).

O capítulo que fecha a segunda parte é dedicado às análises. Vamos comentar análises já feitas por outros autores – não vamos, aqui, nos dar ao trabalho de fazer uma análise inteiramente nova, porque, tomadas como exemplos, elas já tocam as discussões levantadas e resolvem nossas inquietações. Queremos ressaltar também os aspectos que permitem entendê-las como processo aprofundado de reflexão, e não simples aplicação de conceitos. Assim, as análises entram neste trabalho como um momento onde é possível ver como todos os pontos anteriores se alinham e constituem uma matriz de entendimento.

Como se vê, essa empreitada requer consulta a uma bibliografia vasta. Dentre as obras consultadas, podemos destacar, de autoria de Greimas, o livro *Semântica estrutural*, os ensaios reunidos em *Sobre o sentido*, o *Dicionário de Semiótica* e os artigos *Para uma teoria das modalidades* e *Semiótica figurativa e semiótica plástica*, principalmente este último, onde aparece a questão do efeito de representação e se sugere compreender a referência como intertextualidade.

De autores precedentes, capítulos do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure, trechos de *Elementos de semiologia*, de Roland Barthes e os *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, de Louis Hjelmslev, são fundamentais para compor um entendimento básico de como o trabalho de autores precedentes reverberam na semiótica de Greimas. Além desses, consultamos uma série de autores que escreveram ou organizaram livros em torno do

estruturalismo, da teoria greimasiana ou das ciências da linguagem, de modo geral. É o caso do *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov; *Narrativa, sentido e história* de Flamarion Cardoso e *Teoria semiótica do texto*, de Diana Barros.

Obras como *História concisa da semiótica*, de Anne Hénault, e *A história da semiótica no século XX*, de Winfried Nöth, nos orientam acerca da constituição da semiótica francesa como disciplina e seu alinhamento com os pressupostos do estruturalismo.

Dos comentadores e analistas, ressaltam-se especialmente alguns: a coletânea de artigos e análises reunidos e organizados por Ana Claudia Oliveira em *Semiótica plástica* e os comentários sobre a semiótica greimasiana em *Tres miradas, tres sujetos* de Rocco Mangieri. O capítulo referente à teoria de Greimas (Greimas: comunicação como enunciação), do livro *Comunicação e Semiótica*, de Lucia Santaella (em parceria com Winfried Nöth), nos será bastante útil por oferecer um panorama de como os processos comunicacionais podem ser trabalhados a partir do que Greimas entende por enunciação.

Resumidamente, este trabalho situa-se no âmbito da curiosidade e da vontade de melhor compreender. Com o objetivo final de entender como se sustenta e se ergue o edifício teórico elaborado por Greimas, propomos: 1) um passeio pelo cenário histórico e pelas fontes de outros autores, panorama no qual se baseiam 2) os conceitos de leitura, texto, realidade e representação, que, compondo com o movimento anterior a primeira parte do trabalho, sustentam 3) o entendimento do que é a estrutura profunda no percurso gerativo do sentido, esclarecendo a proposta do quadrado semiótico e do modelo actancial; por fim, nesse sentido, vemos como essa discussão nos dá elementos para entender, em âmbito prático, 4) as análises desenvolvidas por comentadores da teoria.

## CAPÍTULO 1. GREIMAS NA HISTÓRIA DA SEMIÓTICA

### 1.1 O DESENVOLVIMENTO DA SEMIÓTICA COMO DISCIPLINA

A proposta greimasiana para o estudo da significação faz parte de uma tradição de pesquisa que foi construída ao longo do tempo, portanto vamos esclarecer seu desenvolvimento e seu lugar nesse edifício teórico. Essa retomada conceitual, não propriamente biográfica, é importante para entender como Greimas avançou no estudo da significação, retrabalhando conceitos discutidos por autores anteriores.

Nossa recapitulação começa nos trabalhos do linguista genebrino Ferdinand de Saussure (1857 – 1913), cuja vida profissional tem por cenários a Universidade de Leipzig, a Sorbonne e especialmente a Universidade de Genebra, onde lecionou sânscrito durante vinte e um anos. Foi também nessa universidade, entre 1906 e 1911, já ao fim da vida, que Saussure registrou sua insatisfação com os rumos que tomavam as investigações linguísticas da época – esse incômodo constituiu a matéria de três cursos que são a fonte do *Curso de linguística geral*, publicado dois anos depois de sua morte por dois de seus alunos, C. Bally e Albert Sechehaye.

Em vários de seus escritos, Saussure criticou linguistas que não se interessavam pelo fato de “a língua ter necessidade de uma sistemática” (SAUSSURE *apud* HÉNAULT, 1997: 36) e que não tinham “séria aspiração a uma constituição das bases científicas da linguística” (*idem*), o que já confirma: “a preocupação de Saussure é justamente inscrever a linguística entre as ciências das leis” (HÉNAULT, 1997: 37), contemplando nesse projeto todo o rigor que a própria noção de “lei” traz, de acordo com o *Curso de linguística geral*: “a da regularidade (ou ordem) de um lado” e “a de seu caráter imperativo, de uma necessidade imperativa”, de outro.

As preocupações de Saussure levam-no a imaginar uma teoria linguística ainda inacabada, “em vias de ser formulada” (HÉNAULT, 1997: 40) e que ele pretendia construir. Podem-se perceber os esboços dessa aspiração quando, no *Curso*, ele introduz o termo semiologia, que designa “uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da psicologia social” (SAUSSURE, 1915: 24). Assim, Saussure foca seus interesses no sistema da língua e em seu funcionamento, o que é possível por meio de um recorte sincrônico da linguagem. Ao contrário do entendimento diacrônico, que considera as transformações da língua, a sincronia permite vislumbrar

um código profundo, pouco sujeito à mudança, garantindo a continuidade da comunicação linguística, enquanto se dão em um nível códico mais superficial as experimentações da mudança. É desse modo que o código profundo encarna uma resistência à mudança e constitui exatamente o quadro que possibilita as variações superficiais dos códigos mais visíveis. (...) A componente profunda, mais abstrata, do código, se mantém quando as convenções mais superficiais mudam (HÉNAULT, 1997: 44)

Esse componente profundo, sedimentado e resistente às transformações, é o que constitui a língua como ordem interior da linguagem e leva a algumas considerações principais sobre a própria de noção de “sistema” aplicada à linguística, ocasionando que os seguidores da escola saussureana inscrevam-se também na tradição estruturalista, o que será explorado no próximo capítulo.

Chegamos então a alguns enunciados básicos que são consequência deste modo de recortar a ciência da linguagem: a língua é um sistema formado apenas por diferenças, sem termos positivos, “porque o valor do signo não vem daquilo que o signo é em si mesmo, mas do outro, ou seja, daquilo que o signo não é” (NÖTH, 1996: 41); o signo linguístico é arbitrário e, sendo diádico, apresenta duas faces interdependentes, sendo que não se pode entender uma sem a outra – essas faces são o significante e o significado, excluindo nessa relação o objeto de referência, visto que o signo une um conceito a uma imagem acústica, não uma coisa a uma palavra. A teoria sîgnica de Saussure está realmente interessada no sistema semiótico, pois é ele que “dá estrutura ao mundo que, de outra forma, seria amorfo” (NÖTH, 1996: 31).

Foram necessárias, como o próprio desenrolar das pesquisas em semiótica demonstrou, gerações de pesquisadores para que a complexidade desse campo de estudo se desenvolvesse. “Por ainda não poder contar com esse trabalho acumulado do qual, contudo, seria o iniciador, Saussure não teve condições de passar de seus enunciados primeiros (...). Mas ele criou as condições intelectuais de sua delimitação” (HÉNAULT, 1997: 66) – é por isso que, preocupados em situar a semiótica greimasiana no edifício da construção teórica elaborada pelos pesquisadores em semiologia, não podemos deixar de fazer referência ao linguista genebrino.

Temos também de nos voltar para alguns aspectos desenvolvidos por outro linguista, o dinamarquês Louis Hjelmslev (1899 – 1965), cujo campo de estudos – a glossemática – “se esforça por atingir um grau de generalidade descritiva que torna esta teoria da linguagem aplicável ao estudo dos sistemas sîgnicos em geral” (NÖTH, 1996: 52).

A semiótica de Hjelmslev interessa-se por uma concepção de “linguagem” que não recobre apenas as línguas naturais, mas toda linguagem em um sentido mais amplo, incluindo

aí qualquer estrutura análoga a um sistema sígnico – as diferenças entre sistema, linguagem e semiótica acabam por dissolver-se na glossemática (NÖTH, 1996: 53).

Esse interesse pela acepção mais ampla do termo linguagem leva a uma estratificação do signo diferente da entendida por Saussure. As duas faces do signo, ao invés de significante e significado, imagem acústica e conceito, tornam-se acima de tudo expressão e conteúdo<sup>1</sup>, o que permite estudar outros sistemas de linguagem sem passar necessariamente pelo idioma – corroborando, assim, para que as investigações no campo da linguagem possam, de maneira comum, abordar sistemas (a fala, os gestos, a escrita) que se estruturam diferentemente. Hjelmslev reformula a teoria do signo saussureana, reconhecendo a necessidade de entendê-lo como resultado de um processo de semiose. Isso permite uma aproximação com o conceito greimasiano de “texto” como a totalidade na qual se manifestam as estruturas de qualquer sistema, e também com o método greimasiano que busca dar conta dos mais variados tipos de texto.

Aqui cabe uma ressalva: apesar de interessado no estudo geral de todas as linguagens, Hjelmslev não saiu da lingüística, isto é, de uma visão glotocêntrica (DEELY, 1990), e continuou a analisar as diferentes manifestações idiomáticas dos mesmos conceitos (no caso das cores, por exemplo). Isso nos permite pensar que, provavelmente, um estudo geral da linguagem humana deve ser construído em bases lógicas, entendendo-a como processo lógico e não apenas linguístico – a ciência de inspiração saussureana “é centrada exclusivamente em textos literários e nos outros artefatos da cultura, sempre tratados de acordo com os padrões da língua (...). Dentro dessa tradição, as possibilidades de entendimento semiótico, embora ricas e diversificadas, têm sido restritas aos limites do glotocentrismo” (DEELY, 1990: 21).

Fora desse círculo dedicado ao estudo da estrutura das linguagens, o formalista russo Vladimir Propp (1895 – 1970) “se viu retrospectivamente alistado na severa brigada dos precursores da semiótica” apenas por meio da “leitura de sua obra, feita trinta anos depois, por alguns pesquisadores ocidentais” (HÉNAULT, 1997: 98), como Lévi-Strauss, Roland Barthes e o próprio Greimas. Aqui, interessa-nos reter o estudo que Propp realizou partindo de uma série de contos fantásticos do folclore russo, o que deu origem ao livro *Morfologia do conto maravilhoso*, em 1928. Retomar o ponto de vista proppiano acerca da narratividade dos contos nos permite entender o olhar greimasiano sobre as relações sintáticas básicas do texto – o modelo actancial.

---

<sup>1</sup> Os planos de expressão de conteúdo têm, eles também, estratificações em forma e substância, o que é explicado no próximo capítulo.



Analisando contos que tratavam do mesmo tema – perseguições empreendidas por uma madrasta à sua afilhada –, Propp percebeu que, apesar das diferenças entre personagens, as ações desempenhadas e o modo como se desenvolviam nas histórias eram basicamente os mesmos, o que o fez considerar esses contos “idênticos, pois as ações dos protagonistas o eram”. Assim, ele foca a abordagem “a partir do ponto de vista das ações que cumprem os protagonistas” (PROPP, 1964: 54), chamando-as “funções” e levando a crer que os personagens são indissociavelmente ligados a sua própria ação – embora apresentem pormenores que variam de uma história para outra, eles são definidos pelo que fazem. Os avanços desse estudo, empreendidos por Propp e também por outros pesquisadores, levou à concatenação dessas ações em um número reduzido de funções e também de modelos de personagens, constituindo um estudo da composição dos contos folclóricos – “personagens distintos cumprem ações idênticas ou, o que é o mesmo, ações idênticas podem ser cumpridas de maneiras muito distintas” (PROPP, 1964: 61).

Esse estudo contribuirá significativamente para a semiótica greimasiana, ao permitir desmontar os encadeamentos da narrativa e destacar um conjunto de “órgãos” de algum modo simplificados, revelando a sequência de ações que compõem a história (eixo sintagmático) e as oposições categóricas (eixo paradigmático) que fazem uma categoria de personagens ou de eventos opor-se à outra – uma chegada opõe-se a uma partida, um herói que repara os erros opõe-se a um vilão que espiona e engana (HÉNAULT, 1997: 120). Mostrando que um conto, apesar de poder assumir aspectos superficiais aparentemente livres, organiza-se sempre de acordo com um nível de pressões narrativas, Propp chegou, “pela prática de um estudo sincrônico, sistemático e universalista, a demonstrar concretamente algumas constantes da forma do conteúdo” (HÉNAULT, 1997: 121).

E se Greimas é considerado um verdadeiro continuador da empreitada realizada por Saussure e Hjelmslev, ele chegou à semiótica de modo peculiar: em 1936, apesar de decidido a estudar Direito, ele ganhou uma bolsa para aprender francês em Grenoble, e em 1945 chegou a Paris depois de seus pais serem deportados pelos soviéticos. Sua carreira acadêmica começou em lexicologia e ele frequentou universidades em Paris, Alexandria e Ancara. Durante esse percurso, conheceu os textos de Saussure e, especialmente em um grupo de discussões que se reunia na França e do qual Roland Barthes também fizera parte, descobriu os trabalhos de Roman Jakobson, Hjelmslev, Lévi-Strauss, Lacan e Merleau-Ponty (HÉNAULT: 1996, 126).

A obra teórica elaborada por Greimas encontra-se solidamente fundada na vontade de abarcar teoria, prática e epistemologia em um projeto de estudo coerente, vigilante e rigoroso

– esse projeto começa no livro *Semântica estrutural*, publicado em 1966. No plano da prática, configura-se a necessidade de verificar o “ganho de inteligibilidade” (HÉNAULT: 1996, 130) que os conceitos adquirem ao servirem de suporte para analisar e entender uma série de práticas e objetos semióticos.

Por sua vez, esses conceitos vêm de um plano teórico, “que assume para Greimas um valor eminentemente descritivo, (...) por sua aptidão a realizar análises concretas, em rigorosa coerência com a base epistemológica” (HÉNAULT: 1996, 131). Veremos já no *Semântica estrutural*, deste modo, uma preocupação especial com a aplicação dos conceitos e ao mesmo tempo com a constituição de um método coerente que dê conta de descrever o sentido, compondo um arsenal teórico que possibilita a análise – afinal, o significado das coisas só aparece se for a transformação da linguagem dada. Nesse eixo, constata-se que “quando um crítico fala da pintura ou da música, pelo próprio fato de que fala, pressupõe ele a existência de um conjunto signifiante ‘pintura’, ‘música’, e sua fala constitui, em relação ao que vê ou ouve, uma metalíngua” (GREIMAS, 1966: 230). Para Greimas, essa metalíngua é o que deve ser a semiótica, como exercício de descrição e análise.

É por isso que no contexto greimasiano a teoria não se opõe à prática; ela deve ser validada pela prática ao passo que o nível epistemológico da teoria é o que funda intelectualmente o método (HÉNAULT: 1997, 131), especialmente ao se considerar que para Greimas, toda situação pode ser analisada se for lida como um texto. Isto é, o método se funda pela descrição de uma linguagem dada, por uma metalíngua que toma o objeto a ser analisado e o constitui como corpus, exaurindo as regras de sua constituição. Por meio de uma descrição que deve ser autônoma o suficiente para analisar os mais variados textos, pode-se estudar a significação.

Já o plano da epistemologia se constitui pelo olhar centrado nas estruturas transfrásticas do discurso, isto é, nas regras lógico-semânticas que escapam ao quadro formal, superficial e aparente da frase e garantem, num nível mais profundo, a coerência do discurso. O que se capta no primeiro momento da leitura é o aspecto sensorial do texto, seu plano de expressão; depois dessa primeira aproximação, é necessário operar um raciocínio e uma categorização que busca avaliar as grandezas na profundidade do texto – por meio dessa análise, para além do quadro superficial e aparente, articulam-se as unidades mínimas do sentido.

Preocupado com o estudo da significação e da constituição da semântica como campo científico, e, na esteira de Hjelmslev, buscando “descrever qualquer conjunto signifiante sob qualquer forma que se apresente independentemente da língua natural que pode servir, por

razões de comodidade, para a descrição” (GREIMAS *apud* MANGIERI, 2006)<sup>2</sup>, Greimas é levado a construir todo seu edifício teórico sobre a “necessidade de partir de uma estrutura fundamental da significação cujo princípio de imanência garanta a hipótese geral da constituição do sentido, da significação” (MANGIERI, 2006: 94). É assim que, a despeito da forma pela qual o texto se manifeste, ele tem sempre uma estrutura profunda, fundamental, de caráter lógico-semântico, que garante sua significação.

É nesse eixo que podemos encontrar a identidade dos postulados greimasianos com os projetos de Saussure e de Hjelmslev, ao focarem-se, respectivamente, no sistema de relações e na lógica das diferenças, e na necessidade de separar o plano do conteúdo do plano da expressão – “o modelo semiótico de Greimas está desenhado em boa parte (embora não totalmente) a partir de uma hipótese ‘forte’ de organização do plano do conteúdo (...); a definição de uma *lógica do sentido* é considerada como base fundamental da ciência da significação” (MANGIERI, 2006: 94).

Na época que se seguiu à publicação do *Semântica estrutural*, Greimas dedicou-se a entender de que modo uma lógica quase matemática do sentido, baseada nas oposições lógicas binárias, poderia aliar-se, no processo de constituição do discurso, aos modelos de uma gramática narrativa – porque esse foi também o momento em que as pesquisas em gramática narrativa se desligavam da análise de relatos figurativos (romances, mitos, contos) para estudar todas as espécies de discurso que traziam uma narratividade abstrata, como o discurso jurídico, o discurso espacial do urbanismo e o discurso das receitas culinárias (HÉNAULT, 1997: 137). Isso permitiu à semiótica embarcar nesse movimento e diversificar seus campos de interesse, estudando o discurso religioso, o discurso visual, o musical e a arquitetura.

Em uma reflexão não apenas sobre as oposições semânticas responsáveis pela constituição do sentido, mas também sobre as operações responsáveis que as geram, Greimas elabora o percurso gerativo do sentido, que segue um processo contínuo, por suplementos de articulação, do nível mais profundo (e mais elementar) ao nível mais superficial (e mais complexo). A cada um dos níveis postulados, novos procedimentos globais de formalização se sucediam e tornou-se objetivo da semiótica dar conta dessas diversas regularidades.

No nível *profundo*, reconhecera-se a pertinência do modelo constitucional, no nível intermediário, chamado de *narrativo*, as estruturas características da narratividade comandavam toda a constituição dos enunciados, no nível superficial *discursivo*, o

<sup>2</sup> As citações de Mangieri estão aqui em tradução livre. As originais em espanhol podem ser encontradas em MANGIERI, Rocco. **Tres miradas, tres sujetos (Eco, Lotman, Greimas y otros ensayos semióticos)**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2006.

dos atores e das figuras de temporalidade e da espacialidade, podiam-se postular novas regularidades que, naquela época, permaneciam obscuras, mas que vinham se tornando desde então uma prioridade da pesquisa. (HÉNAULT, 1997: 145)

Assim, a semiótica greimasiana debruçava-se em uma teoria do discurso que era também uma reflexão sobre o próprio fazer discursivo. Como consequência, esse movimento gerou uma série de conceitos operatórios – essas aquisições foram registradas em uma obra de consulta e referência, o *Dicionário de semiótica*, redigido por Greimas e J. Courtès, em 1979.

Por fim, em um terceiro momento, a partir de 1980, Greimas contesta todo o conjunto teórico que, a seu ver, “apresentava a grande falha de não apreender o verdadeiro devir, de não permitir fixar os momentos, os pontos exatos onde se operam as mudanças, visto que eles são totalmente graduais” (HÉNAULT, 1997: 146). Os últimos trabalhos deixados por Greimas se debruçam na esfera do sentimento e da experiência estética, “dos sentidos daquele que percebe e interpreta, na fronteira da enunciação do texto” (MANGIERI, 2006: 109), entendendo a figuratividade como uma “superfície da aparência cuja virtude consiste em entreabrir-se, em deixar-se entrever, graças ou por causa de sua imperfeição, como uma possibilidade ulterior de sentido” (GREIMAS, 1987). Esses últimos trabalhos encontram-se reunidos em *Da imperfeição*, de 1987, e *Semiótica das paixões*, de 1991.

Estes últimos trabalhos não nos interessam, porque estamos focados na estruturação global do texto, desde sua estrutura profunda. Dessa época cabe-nos reter o texto *Semiótica figurativa e semiótica plástica*, publicado em 1984 como prefácio de uma coletânea de artigos em torno de “reflexões dispersas que são comuns a um pequeno grupo de investigadores”, especialmente os que fizeram parte do *atelier* de semiótica visual (OLIVEIRA, 2004). Nele, Greimas discute a natureza do significante pictórico e plástico e busca um modo de compreender a semiose no terreno da semiótica visual.

Mais do que isso, vamos encontrar ali uma discussão em torno dos conceitos de “leitura” e “leitura de mundo” – é por isso que esse texto nos interessa particularmente. Vamos tentar, na esteira de Greimas, captar a abrangência desses conceitos, entendendo sua relação com o edifício teórico proposto por ele e por seus seguidores, testando-os em sua aplicabilidade a análises concretas – que, ao nosso ver, são modos de leitura – e, por fim, discutindo como permitem entender o lugar do leitor e da leitura na dinâmica da enunciação. Além disso, é claro, vamos assinalar que o conceito de leitura na semiótica greimasiana tem suas limitações, apesar de possibilitar entender a própria construção do sentido.

Antes de entrar propriamente nesse debate, vamos esclarecer que a leitura greimasiana identifica-se com o método estruturalista e que por isso, aos olhos das análises empreendidas

com a teoria da significação de Greimas, um texto é um objeto semiótico formado sobretudo por relações subjacentes aos investimentos figurativos que lhe são colocados ao nível superficial e que cabe à análise desvelar. A relação entre a teoria greimasiana e o estruturalismo é o assunto da próxima parte.

## 1.2 ESTRUTURALISMO E SEMIÓTICA GREIMASIANA

Este capítulo procura discutir o modo pelo qual o método estruturalista compreende e constrói seus objetos, dando conta de determinados aspectos que nos serão interessantes, como a visão sistêmica que procura encontrar a estrutura subjacente a determinadas organizações.

Levando em conta que este trabalho procura avaliar a proposta epistemológica de Greimas pela articulação dos conceitos de “leitura” e de “leitura de mundo”, estudando nesse processo o quadrado semiótico, o modelo actancial e as análises greimasianas que se valem desses modelos, compreender o estruturalismo nos será útil à medida que nos permite inscrever o exercício greimasiano de análise e leitura nos postulados do estruturalismo.

Deste modo, este capítulo vai discutir os apontamentos básicos do método estruturalista e como ele avançou ao longo do tempo, mencionando os autores que contribuíram para esse recorte em diferentes áreas do saber e especialmente no estudo da significação, a partir da vontade de Ferdinand de Saussure de constituir uma ciência que pudesse estudar o funcionamento do sistema da língua.

Veremos como um encontro entre o antropólogo Claude Lévi-Strauss e o linguista Roman Jakobson lançou as bases para a constituição de duas disciplinas – a antropologia estrutural e a linguística estrutural – e de que modo o linguista Louis Hjelmslev mudou a abordagem sistêmica da linguagem ao introduzir a noção de processo e de unidades mínimas, além de uma visão aprofundada do significante e do significado saussureanos. Finalmente poderemos resgatar o método e os meios que, para Greimas, dentro dessa filiação estruturalista, deveriam ser as verdadeiras preocupações da ciência da significação.

### 1.2.1 Estruturalismo e ciências da linguagem

Os estruturalistas propuseram-se a descobrir a organização (ou estrutura) que subjaz a uma disposição dada de elementos, sendo o estruturalismo o método – e não uma ideologia, uma fórmula pronta de pensamento – que permite alcançar essa estrutura:

De ahí la importancia de aclarar de antemano y de insistir constantemente en este criterio: el estructuralismo no es una ideología (aunque aparezca mezclado con tal o cual ideología); tampoco es una doctrina. Es un método, un criterio analítico, una herramienta (CASTAGNINO, 1975: 16-17)

E essa “ferramenta” vai possibilitar compreender que, a partir das relações entre os elementos que formam determinado conjunto, tais como elas são, forma-se uma estrutura que dispõe os elementos desta forma e é configurada por eles (BASTIDE, 1971: 2). Justamente por isso, alterar a ordem ou o lugar de quaisquer elementos, no que implica em mudar a relação entre eles, reflete também na estrutura

Y así como, por ejemplo, en la estructura que es un sistema social, los individuos no pueden salir de ella impunemente, del mismo modo, en las estructuras que constituyen un sistema económico o un sistema literario tampoco se pueden alterar las relaciones básicas sin que resienta el todo (CASTAGNINO, 1975: 16)

Interessante para nós é, aqui, lembrar que o método estruturalista chegou também a outras áreas do saber<sup>3</sup>. É o que acontece a partir de um encontro inusitado entre Claude Lévi-Strauss, antropólogo, e Roman Jakobson, linguista, promovido pelo filósofo francês Alexandre Koyré. “Koyré conheceu, também, Roman Jakobson (...). Ele insistiu junto a Lévi-Strauss para que eles se encontrassem. O trabalho de Jakobson a partir de Saussure, que vai ser introduzido de forma específica em antropologia com Lévi-Strauss, vai ter a irradiação que se conhece nas ciências humanas e sociais a partir da Segunda Guerra Mundial” (MOTTA, 2006).

Foi assim que os dois se conheceram na *New School*, em Nova York – ali, Lévi-Strauss assiste aos cursos de Jakobson sobre o som e o sentido; em contrapartida, Jakobson acompanha as aulas sobre o parentesco, lecionadas por L. Strauss. É deste encontro que nasce a antropologia estrutural (DOSSE, 1992: 33), cujos princípios de análise centravam-se na mudança do estudo dos fenômenos conscientes para o estudo da sua infra-estrutura inconsciente, na relação entre os termos, no sistema como um todo e na descoberta de leis gerais desse sistema (NÖTH, 1996: 113) – em verdade, o trabalho de Roman Jakobson no Círculo Linguístico de Praga em muito influenciou o estruturalismo francês.

No caso da linguística, aqui foco de nosso interesse, Saussure entendeu que a língua é um sistema em que o sentido se dá pelas relações, não existindo real motivação entre o significado das palavras e os objetos do mundo real. Deste modo, não pode existir sentido unicamente nas palavras; ele é apreendido apenas pelas relações que os elementos desse conjunto mantêm entre si e com o todo (SAUSSURE, 1915: 136). Isso nos permite

---

<sup>3</sup> “O êxito crescente da noção de sistema, depois da de estrutura, encontra-se vinculado ao conjunto das mutações científicas das diversas disciplinas na virada do século, principalmente à sua capacidade para explicar a interdependência dos elementos constitutivos do seu objeto próprio. Essa mutação afetou tanto a sociologia quanto a linguística, a economia tanto quanto a biologia.” (DOSSE, 1993: 34)

compreender por que Greimas entende a representação em imagens como intertextualidade e não semelhança com o objeto representado. Voltaremos a isso adiante.

À medida que os sujeitos delimitam não as coisas, mas a relação das coisas com as outras coisas, pode-se ter uma ideia de como, para o olhar estruturalista, o sentido não jaz absolutamente nos objetos em si.

Um sistema se compõe essencialmente de diferenças significativas. “Diferença” supõe “relação” e não se refere aqui a um modelo de tipo ontológico. Um sinal é sempre uma diferença, e esta diferença é significativa (isto é, tem sentido) em razão de sua posição no conjunto do sistema ao qual pertence. [...] O sentido é sempre relativo, é expressão de uma posição num conjunto, resulta das relações que o elemento entretém com os outros elementos do sistema [...] Definir, compreender, é relacionar, é perceber diferenças entre o elemento estudado e outros elementos relacionados a ele no sistema, mas distintos dele. (LEPARGNEUR, 1972: 19)

É claro que essa visão sistêmica é possibilitada por um recorte sincrônico que desconsidera as transformações sofridas pela língua ao longo da história. Além do entendimento de que a língua nada mais é que “um sistema cujos elementos são os signos e cuja estrutura consiste numa rede de oposições, diferenças e valores” (NÖTH, 1996: 39), podem-se destacar a partir de Saussure dois tipos de relações: as paradigmáticas (que constituem o conjunto de possibilidades virtuais que o indivíduo deve selecionar no momento de comunicar) e as sintagmáticas (que caracterizam a ordem da disposição dos elementos que o indivíduo utiliza ao enunciar). Mais tarde, essas duas relações básicas são denominadas por Roman Jakobson como “os dois eixos da linguagem” (*idem*).

A existência de uma estrutura frente a elementos particulares também pode ser entendida pela dicotomia língua e fala, que Saussure também introduz em seu pensamento. Nesse caso, a língua é um fazer coletivo que existe para além de diversas falas (o conceito de “fala” assume o significado de uma realização individual), sendo uma instituição social fora da qual a fala, esse ato do indivíduo, não é possível, como explicitado nesta citação de Roland Barthes:

Como instituição social, ela [a língua] não é um ato, escapa a qualquer premeditação; é a parte social da linguagem; o indivíduo, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; é essencialmente um contrato coletivo, ao qual nos temos de submeter em bloco, se quisermos comunicar; além disto, este produto social é autônomo (...), pois só o podemos manejar depois de uma aprendizagem. (...) É por ser um sistema de valores contratuais (...) que a língua resiste às modificações do indivíduo e que, por conseguinte, é uma instituição social”. (BARTHES, 1964: 12)

Na mesma esteira da distinção entre “língua” e “fala”, o linguista dinamarquês Louis Hjelmslev propõe, em sua glossemática, distinguir toda linguagem a partir dos termos “esquema” e “uso”. O primeiro é um conceito de “natureza puramente formal, ‘algébrica’; é o conjunto das relações (paradigmáticas e sintagmáticas) existente entre os elementos da língua



independentemente do modo como eles se manifestam” (DUCROT, 1972: 159)<sup>4</sup>, enquanto o “funcionamento da linguagem enquanto código, que supõe as unidades linguísticas estarem semanticamente e foneticamente definidas, não se inscreve mais no esquema linguístico, mas apenas naquilo que Hjelmslev chama de uso” (*idem*). Há ainda um terceiro elemento, a “norma”, onde se inscrevem as manifestações pertinentes, as não pertinentes, as regras determinadas por convenções sociais e também as improvisadas pelo indivíduo (*ibidem*). Assim, as dicotomias esquema-uso e língua-fala aproximam-se por sua função metodológica comum<sup>5</sup>.

Apesar de algumas semelhanças com Saussure, Hjelmslev guarda em relação a ele também algumas diferenças. Na tentativa de propor um método que dê conta de abordar a complexidade de toda linguagem, e partindo da semiologia de Saussure, ele postula que “ainda que se leve a análise das expressões de signos até o ponto em que é possível considerá-las como esgotadas, a experiência indutiva mostra que, em todas as línguas conhecidas, chega-se a um estágio na análise da expressão em que as grandezas que surgem não mais veiculam significação e, portanto, não são mais expressões de signos” (HJELMSLEV, 1961: 51).

Assim, Hjelmslev propôs que “o nível dos signos só deve ser analisado a fim de permitir a passagem para um além dos signos, para o domínio das figuras” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 96), ao contrário de Saussure, para quem “o plano dos signos é o lugar da manifestação semiótica” (*idem*), cabendo então à semiótica, na visão do dinamarquês, o estudo destas unidades mínimas desprovidas de sentido, as figuras, mas que podem compor-se em signos, estes sim capazes de significar. De um lado, se Saussure definia a linguagem enquanto um sistema de signos, Hjelmslev a definia como sistema de figuras que podem servir para formar signos:

A linguagem, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos. Uma língua que não fosse assim constituída não poderia preencher sua finalidade. Portanto, temos inteira razão de pensar que encontramos na construção de signos a partir de um número bem restrito de figuras um traço essencial e fundamental da estrutura da linguagem. (HJELMSLEV, 1961: 52)

---

<sup>4</sup> Todas as citações de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov usadas neste trabalho foram retiradas do *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, em tradução própria.

<sup>5</sup> “Hjelmslev apresenta sua oposição esquema-uso declarando-a análoga, essencialmente, à distinção língua-fala, em ‘Langue et parole’, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 1942, nº 2; artigo retomado em *Essais linguistiques*, Copenhague, 1959” (DUCROT, 1972: 160).

A manifestação das figuras, unidades mínimas constitutivas da linguagem, é apreendida simplesmente pelo que elas têm de diferente em relação às outras, visto que “a unidade, puramente negativa e relacional, não pode se definir em si mesma – a única coisa importante é *o simples fato de que ela seja diferente das outras* – mas somente pelas relações que a reúnem às outras unidades da língua” (DUCROT, 1972: 38). A essa definição, bem identificada com a noção de que a linguagem é um “sistema” e influenciada pelos trabalhos de Jakobson que destacavam “os traços distintivos como ‘átomos da língua’” (NÖTH, 1996: 87), vale acrescentar que “a semiótica de inspiração hjelmsleviana não corresponde, portanto, à semiologia de Saussure: não é mais ‘sistema’ (porque é ao mesmo tempo ‘sistema’ e ‘processo’), nem ‘sistema de signos’ (porque trata das unidades menores do que os signos)” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 96). A noção de “processo” permite entender que a linguagem se constitui em um percurso que, portanto, parte de unidades mínimas até assumir formas mais complexas. Isto nos será muito útil para compreender o percurso gerativo do sentido da semiótica greimasiana.

A necessidade de estudar as figuras, essas unidades mínimas, leva Hjelmslev a se afastar de Saussure também no que diz respeito à caracterização dos planos da linguagem, expressão (significante) e conteúdo (significado), o que fica mais fácil depois que os fonólogos evidenciam, pelo método da comutação, a existência de unidades menores que o signo. A título de exemplo, o signo “veau”<sup>6</sup> (“bezerro” em francês), compreende duas unidades ao nível da expressão, os fonemas /v/ e /o/. O mesmo método, aplicado ao conteúdo, revela unidades mínimas de sentido – chamados às vezes de “semas” – que revestem este signo: /bovino/, /masculino/ e /jovem/.

Hjelmslev pretende também reelaborar os níveis da linguagem, isto é, forma e substância. A substância saussureana, entendida como a realidade semântica ou fonética independente de qualquer manifestação, Hjelmslev chama-a “matéria”. A forma, na concepção de Saussure, entendida como configuração, Hjelmslev chama-a “substância”, e ele reserva o termo “forma” para significar a rede relacional que define as unidades. “Matéria, substância e forma dobram-se então de acordo com a expressão e o conteúdo, o que resulta finalmente em seis níveis linguísticos fundamentais” (DUCROT, 1972: 39). Assim, o que difere os dois linguistas é o modo de encarar o signo e a semiose:

Enquanto para Saussure esta se explica pela indissolúvel união entre significante e significado que assim se ‘enformam’ mutuamente e pela reunião de duas substâncias, que produzem uma forma linguística única, Hjelmslev distingue, para

---

<sup>6</sup> O exemplo foi retirado do “Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage”.

cada plano da linguagem, uma forma e uma substância autônomas: é a reunião das duas formas, a da expressão e a do conteúdo – e não mais das duas substâncias –, que constitui, a seu ver, a forma semiótica. (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 96)

Também é importante lembrar que o sentido não pode revelar-se senão por uma forma – ela é, portanto, sua via de apreensão. É pela forma que o plano imaterial dos conceitos pode ter uma existência palpável, e é também pela forma que podemos aceder aos conceitos. Tanto quanto um punhado de areia que pode formar diferentes desenhos ou as nuvens que podem assumir formas diferentes, “o mesmo sentido se estrutura diferentemente em diferentes línguas. O sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não tem outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer” (HJELMSLEV, 1961: 57).

### **1.2.2 Greimas: aspectos do estruturalismo no percurso da significação**

Tais observações nos serão agora úteis para entender em quais questões Greimas avançou. Ele pensou a semiótica como um estudo sistemático e organizado do “conjunto de relações responsáveis pelo sentido do texto” (FIORIN: 1995, 5), interessando-se menos pelo que diz o texto e mais pela rede de relações que se articulam no plano do conteúdo para fazer o texto significar.

A partir daí, compreende-se que o sentido do texto, que pode ser de natureza artística, literária, jurídica, técnica, científica ou qualquer outra, é arquitetado em um percurso que parte do mais geral e abstrato para o mais concreto e individual, isto é, de uma estrutura profunda para uma estrutura de superfície – no Dicionário de Semiótica, o verbete “estrutura de superfície” elucida que o termo “não se define senão em relação a estrutura profunda; nesse sentido, uma frase de superfície é a forma que resulta de uma transformação (...) operada sobre uma organização profunda” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 490), o que significa dizer que o nível superficial é possível porque existe o nível profundo que lhe é subjacente. Entretanto, a superfície do texto não é uma transposição de sua organização profunda, não é a versão superficial dela; são duas instâncias diferentes que interagem, via transformações, na construção do sentido. As etapas dessa construção – o percurso gerativo do sentido – serão melhor exploradas no próximo capítulo.

No próximo capítulo, vamos esclarecer as acepções dos termos “leitura” e “leitura de mundo” e perceber como eles estão atrelados à concepção greimasiana de “texto”. Adiante, abordaremos o nível fundamental, o das estruturas elementares da significação, onde figuram

o modelo actancial e o quadrado semiótico, para entendermos de que modo todos esses conceitos se relacionam, tendo um eixo epistemológico como motivador de sua formulação.

### 1.3 TEXTO, LEITURA E LEITURA DE MUNDO

Os postulados da semiótica greimasiana não só permitem incluir no mesmo método de análise todas as manifestações entendidas como conjuntos estruturados que produzam sentido, isto é, “textos” (incluídos aí imagens em suas mais diversas realizações; textos diversos, ficcionais ou não; filmes, esculturas, obras de arquitetura e também os diversos fazeres do homem no mundo, entendidos como programas narrativos), mas também preveem que o sentido de todo objeto semiótico consiste em uma rede de relações que parte dos elementos mais simples até se configurar em conjuntos mais complexos.

É importante ter sempre em mente que, apesar de esse percurso gerativo estar na proposta do texto, ele não se basta a si mesmo: o leitor ocupa um lugar importante nesse percurso. O sentido decorre de um processo de reconhecimento operado pelo enunciatário, que se depara com o objeto semiótico e deve decompô-lo em elementos menores, relacionando-os, percebendo aí as diferenças, as equivalências, até por fim recompô-lo em conjuntos de significação que se constituam em uma verdadeira rede de relações. É esse processo de reconhecimento, decomposição e reconstituição das relações a que chamamos “leitura”.

Vamos agora nos debruçar sobre esse conceito e perceber de que modo ele permite entender o que é texto, o que é o leitor e como essas concepções se alinham ao eixo epistemológico da semiótica greimasiana.

#### 1.3.1. O texto, o mundo e suas leituras

Antes de aprofundar as questões concernentes à leitura, vamos passar brevemente pelo entendimento de texto – ou, mais especificamente, “universo semântico” (GREIMAS, 1966). Dentro da proposta greimasiana, todo *corpus* tomado isoladamente e que tenha sentido pode ser entendido como texto – encaixam-se nessa definição as obras de arte, produtos de comunicação de massa, obras arquitetônicas, contos e fábulas, histórias (verídicas ou não), situações da vida cotidiana ou qualquer outro objeto que possa ser modificado pela nossa leitura, “enformado pelo espírito humano” (GREIMAS, 1966), a partir do pressuposto de que esses objetos são estruturados e gerados de acordo com um percurso.

O percurso gerativo é a própria explicitação do fazer textual e permite ver que a significação começa num estado puramente abstrato e lógico – o nível profundo do sentido,

que compreende uma semântica<sup>7</sup> fundamental (categorias semânticas binárias) e uma sintaxe<sup>8</sup> fundamental (operações de negação e afirmação operadas sobre tais categorias), definidas em termos universais de tipo lógico (CHABROL, 1977: 19-20). O nível profundo é a etapa “*a quo* do percurso gerativo” (GREIMAS; COURTÉS, 1979), isto é, ilustra os mecanismos a partir dos quais o texto é gerado.

Tendo em vista que o sentido surge dos espaços diferenciais e que estes se constituem justamente pelo estabelecimento de uma relação entre pelo menos dois elementos (já que, partindo de um termo isolado, não existe relação), a semântica fundamental tenta entender as categorias de sentido mais genéricas e abstratas que revestem todo e qualquer texto, articulando esses espaços diferenciais mínimos – os semas – a partir de identidades e alteridades, isto é, delimitando o que eles têm de comum e de diferente, definindo o que são e o que não são, num procedimento semelhante ao da comutação<sup>9</sup>:

A origem da significação é definida como uma relação elementar constituída pela diferença entre dois termos semânticos. Por exemplo, a diferença entre os itens lexicais “filho” e “filha” é devida a uma oposição semântica que pode ser definida pelos traços “masculino” e “feminino”. Mas, para Greimas, esta estrutura semântica binária já possui um aspecto duplo: a diferença entre masculino e feminino, que é uma disjunção, pressupõe o reconhecimento de alguma semelhança semântica, neste caso, a categoria semântica de “sexo”, que é comum tanto a masculino quanto feminino. (NÖTH, 1996: 151)

A categoria semântica e os traços mínimos – os semas – são entidades abstratas da substância de conteúdo, conforme entendido pela compreensão hjelmsleviana, e podem ser investidos na forma do quadrado semiótico (o que será trabalhado no capítulo 2). Neste nível, ainda latente, as unidades de significação ainda são independentes da forma que elas tomam ao serem manifestadas em um texto específico e compreendem um universo que representa a totalidade de categorias conceituais da mente humana (NÖTH, 1996: 152).

O texto não é só puramente semântico: ele também tem um dispositivo sintático que organiza e coordena as relações. No nível fundamental, essa sintaxe se caracteriza por

---

<sup>7</sup> “Considerando que o plano de expressão de uma língua é constituído de desvios diferenciais e que as esses desvios do significante devem corresponder desvios do significado (interpretáveis como traços distintivos da significação), essa nova abordagem [a semântica estrutural] encontra aí um meio de analisar unidades lexicais manifestas (...), decompondo-as em unidades subjacentes, menores, que são os traços semânticos, ou semas”. (GREIMAS: 1979, 432)

<sup>8</sup> “A sintaxe, tanto a tradicional como a recente (...) é essencialmente uma sintaxe da frase, limitando-se a estudar as combinações, as substituições e as equivalências situadas no interior dessa unidade sintagmática de dimensões restritas. (GREIMAS: 1979, 472)

<sup>9</sup> Para mais esclarecimentos sobre a comutação, ver o verbete “commutation” no “Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage”.

categorias puramente virtuais – os actantes, também objeto de nosso interesse no capítulo 2 – que existem para além de qualquer investimento semântico ou ideológico. Elas ajudam a entender os tipos de relações lógicas que os elementos mantêm uns com os outros, além de servirem para classificar objetos, animais, pessoas e conceitos indistintamente. “O termo actante remete a uma determinada concepção da sintaxe que articula o enunciado elementar em funções (tais como sujeito, objeto, predicado), considerando o predicado como núcleo do enunciado” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 21). Cada actante possui um lugar no chamado modelo actancial, e cada posição determina e é determinada pelas ações dos actantes.

Já o nível de superfície do sentido (semântica narrativa e sintaxe narrativa de superfície) engloba as operações pelas quais os conteúdos das categorias semânticas vão se tornando valores em junção ou disjunção com sujeitos em seus fazeres – este nível superficial compõe, com o profundo, as estruturas sêmio-narrativas. O pensamento greimasiano apresenta aí uma semelhança em relação ao do linguista norte-americano Noam Chomsky, pelo modo de conceber a correspondência entre os dois níveis. Para Chomsky, são as transformações gramaticais que levam uma proposição elementar a configurar-se em uma frase real, visto que “para formar uma sentença real partindo deste sistema subjacente de proposições elementares, aplicamos certas regras (em termos modernos, certas transformações gramaticais)” (CHOSMKY, 1966: 47). Do mesmo modo, para Greimas, o percurso que leva do nível fundamental ao de superfície compreende transformações no âmbito da sintaxe e da semântica.

Se, na semântica fundamental, os termos de uma categoria sêmica podem articular-se em um quadrado semiótico, esses termos precisam ser negados ou afirmados, por meio da ação de um sujeito que com eles vai entrar em conjunção ou disjunção. Deste modo, os sujeitos representados pelos actantes, a partir do que são e fazem, recobrem-se de uma série de performances, baseadas em suas competências, vontades e conhecimentos, impelindo a que os estados na narrativa, por meio de ações, sofram transformações. É por meio dessa operação conjunta entre semântica e sintaxe que se pode chegar ao nível narrativo de superfície, que apresenta, em relação à semântica fundamental, uma seleção dos valores virtuais possíveis, e, em relação à sintaxe fundamental, programas narrativos que se formam quando sujeitos assumem esses valores:

Enquanto o nível fundamental se apresenta como um dispositivo axiológico suscetível de servir de base à geração de um leque tipológico de discursos possíveis, o nível narrativo da semântica é o lugar das restrições impostas à combinatória, em que se decide em parte o tipo de discurso a ser produzido. O molde sintático em que se efetua o investimento dos valores selecionados é o enunciado de estado. Independentemente da natureza do valor, sua inscrição no actante-objeto em junção

com o sujeito define este último em seu “ser” móvel, mobilizável com vistas ao programa narrativo que o transformará. (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 438)

Por fim, a semântica discursiva e a sintaxe discursiva comportam os mecanismos pelo qual o texto toma sua forma particular. Em âmbitos sintáticos, isso se dá por um procedimento de debreagem, “operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta para fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base” (GREIMAS: 1979, 111). É assim que o enunciado constrói um simulacro de enunciador. Já o nível da semântica discursiva compreende os discursos temáticos<sup>10</sup> ou figurativos, onde o texto pode assumir um aspecto mais geral, e por isso mesmo mais temático (como uma história sobre a disputa entre operários e patrões, mas sem maiores especificações), ou um aspecto mais particular e, portanto, figurativo (como uma reportagem sobre uma greve em que a disputa entre operários e patrões aparece encarnada em personagens específicas).

É assim que a semiótica greimasiana enxerga em cada texto a concretização não apenas de um sistema, mas de um sistema em processo, partindo de aspectos mais gerais e abstratos e estabelecendo uma rede de oposições, substituições e equivalências que por fim desembocam no nível discursivo. O percurso gerativo do sentido tem, portanto, duas instâncias – a discursiva e a sêmio-narrativa, que por sua vez tem um nível fundamental e um superficial.

O fenômeno da leitura empírica é, então, o percorrer – inconsciente, de certa forma - dessas etapas, enquanto o foco da teoria gerativa é explicitar os meios pelos quais essa leitura ocorre. No entanto, a problemática da leitura agrega outras questões, como as que concernem a conexão do texto a conjuntos significantes maiores (como o mundo), principalmente nas pesquisas direcionadas à visualidade, cujas inquietações se deram pela criação de um campo de pesquisa específico a partir dos anos 1970 – a semiótica plástica – e cujo mérito foi estender a questão da representação para além do logocentrismo<sup>11</sup> (FONTANILLE, 2005).

---

<sup>10</sup> “Em semântica discursiva, a tematização é um procedimento que, tomando valores (da semântica fundamental) já atualizados (em junção com os sujeitos) pela semântica narrativa, os dissemina, de maneira mais ou menos difusa ou concentrada, sob a forma de temas, pelos programas e percursos narrativos, abrindo assim caminho à sua eventual figurativização” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 496).

<sup>11</sup> No contexto das pesquisas sobre a iconicidade, o logocentrismo é a ação de reconhecer um elemento da imagem como elemento lexicalizado, recorrendo à língua natural; nesse caso, “a figura percebida na imagem tem um nome na língua; é, portanto, um ícone” (FONTANILLE, 2005: 101). É essa dependência da língua natural no processo de leitura que a semiótica greimasiana procura ultrapassar.



A leitura não se torna problema específico da visualidade, porém, porque permite entender o percurso gerativo do sentido em qualquer tipo de texto, mas é em “Semiótica figurativa e semiótica plástica”, de autoria do próprio Greimas, que podemos acompanhar de perto uma discussão em torno do termo “leitura”. Esse artigo, de 1984, propõe uma reflexão sobre a necessidade de se estudar o sentido dos sistemas visuais, levando em conta seu caráter construído apesar de fortemente motivado pela semelhança com o mundo dito “natural” (GREIMAS, 1984).

Percebemos aí uma referência à semiótica de Charles Peirce – ao reconhecer que as imagens guardam uma relação de semelhança com o objeto representado, Greimas se aproxima da noção de “referência” da semiótica peirceana, entendida como “motivada”, por causa dessa “semelhança ou contiguidade” que o signo estabelece com o objeto (GREIMAS: COURTÉS, 1979). No entanto, Greimas retrabalha a noção de “referência motivada” devido à influência herdada da proposta saussureana, que entende essa mesma referência como “arbitrária” (*idem*). Essa re-elaboração do que é o referente nos leva aos conceitos de leitura de mundo e de mundo-texto, que vamos retomar mais à frente.

O artigo mencionado acima permite entender o problema da representação e da iconicidade dos textos visuais, sugerindo que é no plano do conteúdo, ao nível das relações, que se deve abordar a representatividade pictórica, o que abre portas para semioticistas posteriores teorizarem sobre textos de naturezas diversas, como Jean-Marie Floch, que, com a publicação em 1985 de *Petites mythologies de l'œil et de l'esprit*, debruça-se sobre vários textos visuais, como pinturas, fotografias, histórias em quadrinhos e anúncios publicitários.

Para entender como se constitui um sistema semiótico – um texto – é necessário ater-se menos ao plano da expressão (o significante) – visto que ele varia amplamente – e mais à articulação entre este plano e o plano do conteúdo (o significado) – cuja sistematização era já preocupação de Hjelmslev. O mundo, tal como se manifesta, é um conjunto amplo, complexo e denso de qualidades sensíveis – esses traços sensíveis permanecem insignificantes a não ser que uma leitura venha articulá-los em um sistema coerente de relações:

Queremos ressaltar a amplitude incomensurável do visível e a necessidade que temos de recortá-lo para dele dar conta. As imagens das coisas, dos objetos, das pessoas ocupam o imenso terreno no qual circulamos incessantemente e constituem o nosso mundo visível (...). Visamos com ela atentamente parar, olhar, para ver, enfim, que essa multidão de imagens está no mundo e faz sentido além de sua significação própria, mas também em relação à de todas as outras. Mais importante ainda (...), objetivamos fazer ver que essa visibilidade significativa significa no momento em que com ela entramos em relação. (OLIVEIRA, 2004: 16)

É portanto somente pela relação entre o meio e os sujeitos que a semiose, entendida como a junção de um significado a um significante, é possível – e é pelo crivo de leitura que o mundo também pode se fazer texto diante de nós. A todo momento nos deparamos com a necessidade de classificar o mundo e é somente pelo recorte operado pela leitura que o mundo torna-se manuseável, classificável e portador de sentido.

É este crivo de leitura que nos torna significante o mundo ao nos permitir identificar as figuras como objetos, ao nos permitir classificá-las, relacioná-las umas às outras, interpretar os movimentos como processos que se podem atribuir ou não a sujeitos, etc; sendo de natureza semântica – e não visual, auditiva ou olfativa, por exemplo – ela serve de “código” de reconhecimento que torna o mundo inteligível e manuseável. Compreende-se então que é a projeção desse crivo de leitura – uma espécie de “significado” – do mundo – sobre uma tela pintada que nos permite reconhecer o espetáculo que, segundo se pensa, ela representa. (GREIMAS, 1984)

Essa “leitura de mundo” permite reconhecer objetos e processos apenas quando um traço semântico, aplicável pelo leitor e não dado imediatamente nas configurações do mundo como ele se apresenta, se junta às figuras do mundo para transformá-las em objetos e processos (GREIMAS, 1984). É assim que a leitura permite operar um recorte sobre esse conjunto significante que é o próprio universo, deixando-o segmentável, decomponível, legível enfim, possibilitando enxergar aí as relações.

Além disso, enfatizando que a “projeção desse crivo de leitura, espécie de ‘significado’ do mundo, sobre uma tela pintada nos permite reconhecer o espetáculo que ela representa” (*idem*), Greimas ressalta a importância da relação que existe entre o texto e o texto-mundo: todo discurso guarda uma relação com um co-texto, que se configura como um texto maior. E, ao reforçar que a leitura é de ordem interoceptiva, mental e semântica, Greimas reforça o caráter construído da significação.

Elas [as figuras do mundo natural] não podem ser reconhecidas como objetos a não ser que o traço semântico “objeto” (enquanto algo que se opõe, por exemplo, a “processo”) – de ordem interoceptiva e não exteroceptiva, já que não está inscrito na imagem primeira do mundo – venha juntar-se à figura para transformá-la em objeto; supondo que reconheçamos, a seguir, esta ou aquela planta, este ou aquele animal, as significações “reino vegetal” ou “reino animal” farão parte da *leitura humana do mundo* e não do próprio mundo (GREIMAS, 1984)

É essa leitura humana de mundo que constrói o sentido das coisas a partir da “imagem primeira do mundo”, que é o significante dado de pronto. Essa concepção permite ver o lugar fundamental que a análise e a descrição ocupam na semiótica greimasiana, que, na procura por métodos comuns para o estudo de qualquer texto, situa que “todo objeto não é senão pela sua análise, ou, numa formulação ingênua, não é senão pela sua decomposição em partes menores e pela reintegração das partes nas totalidades que constituem” (*idem*), ou ainda que

“um objeto semiótico, em vez de um dado, não é senão o resultado de uma leitura que o constrói” (*ibidem*). A leitura tem um papel central na proposta greimasiana porque qualquer objeto – inclusive o mundo – só pode ter significado e só pode ser analisado se for tomado como texto, como um *corpus* de relações semânticas e sintáticas.

De tal modo, apesar de pouco explorado pelos comentadores, a definição de “leitura humana do mundo” é, a nosso ver, basilar para enxergar a posição de entendimento pelo qual a semiótica greimasiana recorta o mundo. Excluindo-lhe toda a materialidade e negando-lhe o caráter de imprevisibilidade, o mundo se torna uma linguagem estruturada que necessita da nossa leitura para fazer sentido. É também assim que se pensa a constituição científica desta semiótica e das ciências humanas: “as ciências do homem podem assim afirmar sua autonomia, que resulta não da ‘natureza’ dos objetos de investigação (palavras ou coisas, natureza ou cultura), mas do *método de abordagem que constitui os objetos humanos*, isto é, significantes para o homem” (GREIMAS, 1970: 49).

A atenção voltada para a construção do texto permite que Greimas retrabalhe justamente a questão da referência, como colocamos anteriormente. Em “Semiótica figurativa e semiótica plástica”, ele apresenta o exemplo da pintura figurativa para demonstrar que a produção do sentido – neste caso, pelo pintor – não se constitui somente no processo técnico da pintura: é preciso considerar sua orientação de leitura. Entendendo que a pintura icônica (aquela que busca uma grande semelhança entre a figura do mundo e o objeto pintado) e a pintura abstrata (caracterizada pelo despojamento máximo da representação) são apenas níveis diferentes da mesma pintura figurativa, pode-se entender que “iconização e abstração não são, pois, quanto à sua natureza, duas maneiras de pintar diferente da pintura figurativa; constituem antes graus variáveis da figuratividade, já que esta é determinada – repetamos – por um certo modo de leitura” (GREIMAS, 1984).

Pintura abstrata e pintura figurativa não são, portanto, diferentes ao nível da expressão ou da técnica – novamente, o que as diferencia é o processo de reconhecimento, o modo de leitura que, do lado do enunciador, motiva a construção das relações entre os objetos enunciados e, por parte do enunciatário, motiva a reconstrução do seu sentido. Se há alguma diferença entre o figurativo e o abstrato, ela está no eixo das relações. Por isso mesmo, Greimas recoloca a questão da referência para além de uma simples “semelhança” que o signo mantém com seu objeto.

Uma imagem pode ser uma representação do mundo mesmo sendo pouco semelhante a ele (pintura abstrata). O que nos permite classificá-la como representação é a análise do processo pelo qual ela se constitui, pela sua estruturação interna, em relação à estruturação

interna do possível referente, porque “são os formantes da dimensão plástica que, haja o que houver, produzem, sob determinadas condições, e entre outros, efeitos icônicos” (FONTANILLE, 2005: 102).

A questão da representação fica assim posta porque é da ordem do fazer-parecido, pertence ao domínio das operações que o discurso toma para construir um efeito de representação. Por mais semelhante que a imagem seja ao mundo natural, por mais “icônica”, essa semelhança é, sobretudo, uma construção, resultado de uma estruturação orientada pela leitura de mundo (do enunciador) e que precisa se submeter a outro processo de leitura – o do leitor – para, como representação, ser assim sancionada.

Em breve vamos voltar a esse ponto sobre o fazer-parecido, ou o parecer-verdadeiro, de um discurso – por enquanto, o que podemos afirmar é que o papel da leitura no âmbito da representação constitui-se pela organização dos “formantes visuais da dimensão plástica, agrupados e estabilizados em formas reconhecíveis, *a partir das quais* uma leitura icônica da imagem é possível” (FONTANILLE, 2005: 102).

Sendo assim, se o leitor, deparando-se com determinado texto visual, questiona-se de que modo ele representa o mundo, a resposta a esse questionamento não deve ser buscada na “relação icônica, como uma relação de ‘semelhança’ simples entre as figuras visuais planares e as configurações do mundo natural” (GREIMAS, 1984), mas sim “ao nível do crivo de leitura comum ao mundo e aos artefatos planares”<sup>12</sup> (*idem*). A semelhança, “se ela existe, é um efeito produzido pelo dispositivo semiótico e uma propriedade construída, reconhecível *a posteriori*, da relação entre a figura e um eventual referente” (FONTANILLE, 2005: 100).

Aqui, acrescentaríamos que a representação, “além do crivo de leitura comum ao mundo e aos textos”, cabe também ao tipo de contrato estabelecido na enunciação e ao processo gerativo do texto. Vamos explorando esses pontos aos poucos, nas partes seguintes.

Tendo conhecimento disso, podemos avançar nessa discussão ao nos propormos entender, mais especificamente, como o texto-mundo participa na elaboração dos textos e que lugar o leitor deve tomar nessa dinâmica de enunciação e leitura – sem perder de vista, é claro, o eixo epistemológico que tanto nos interessa.

---

<sup>12</sup> Os termos “relação icônica”, “figuras visuais planares” e “artefatos planares” referem-se especialmente ao universo da pintura, principal objeto de interesse do *atelier* de semiótica visual e também do texto “Semiótica figurativa e semiótica plástica”, que nos está servindo de base. Porém, como o próprio Greimas postulou, essas questões concernem também a textos de outras ordens, como os textos escritos: “(...) os problemas colocados pela análise dos ‘textos visuais’ se comparam aos dos textos verbais, literários ou não: a questão, levantada pela organização interna das figuras visuais a serem lidas como objetos do mundo, lembra imediatamente a do funcionamento das imagens de outras metáforas e metonímias nos discursos verbais” (GREIMAS, 1984).

### 1.3.2 O texto e o seu co-texto: como Greimas entende a “verdade” do discurso

É próprio da semiótica greimasiana prezar o estatuto independente, autônomo e fechado do texto. Essa visão, certamente herança do estruturalismo e da semiologia de Saussure, acaba por propor uma imanência à linguagem e aos textos, imanência entendida como um nível profundo e autônomo que possibilita uma manifestação (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 255).

Além disso, postular que o texto é independente e fechado acaba por obviamente isolá-lo de seu entorno, de seu contexto físico e material. Ainda que mantenha algum contato com situações externas a si mesmo, o texto registra internamente esse contato, que acaba por fazer parte de seu próprio processo gerador. Abordar o exterior do texto durante a análise pode ser “prejudicial à homogeneidade da descrição” (*idem*).

Do mesmo modo que os aspectos de representação do texto precisam ser buscados ao crivo de leitura comum a ele e ao mundo, as referências externas precisam ser resgatadas em sua estruturação interna, nos rastros que o texto-mundo deixa no seu interior. O contexto pode assim ser considerado “desde que seja entendido como uma organização de textos que dialogam com o texto em questão. Assim concebido, o contexto não se confunde com o ‘mundo das coisas’, mas se explica como um texto maior, no interior do qual cada texto se integra e cobra sentido” (BARROS, 1990: 83).

A abordagem do contexto como elaboração textual maior, como co-texto que dialoga com os textos, e não como entorno físico e material, revela um ponto da proposta epistemológica da semiótica greimasiana, pela qual se tomam em consideração as relações entre os textos e o texto-mundo, e não as relações entre o texto e o objeto físico que ele representa. Vamos retomar essa proposta no capítulo 2, quando abordarmos a estrutura elementar da significação, entendendo-a conjuntamente a esse modelo epistemológico.

Desprovido de referências ao seu entorno físico, então, o discurso se torna um simulacro no qual existem apenas “efeitos de sentido” – inclusive os efeitos de representação – produzidos pelos nossos sentidos (SANTAELLA; NÖTH, 2004) e que variam de acordo com a estruturação do texto, de acordo com a construção de um referente interno. A teoria greimasiana deixa de considerar então a verdade material externa ao discurso, focando-se nos processos pelos quais o texto constrói sua própria verdade, seu dizer-verdadeiro, sua veridicção, que é definida como uma “propriedade intrínseca do dizer e do dito” (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

Porém, como já mencionado, as condições externas ao discurso devem ser consideradas apenas como texto, como co-texto com o qual o discurso em questão contrai relações – essas condições se impõem principalmente quando se trata de considerar os aspectos de representação de um texto, porque falar de representação já nos obriga a falar de referência. Mesmo assim, esse co-texto se torna presente em elementos do próprio texto – reforçando que a leitura, de “natureza semântica” (GREIMAS, 1984), deve manter-se nos limites do discurso, confinada entre ele e o leitor. Captamos aí um ponto interessante que vale a pena reter: ainda que seja uma representação, o texto não diz respeito a aspectos externos, mas sim internos, próprios.

O contexto externo não é, portanto, um terceiro elemento que participa na interpretação do texto. No máximo, ele impõe condições variáveis de leitura – “o crivo de leitura de mundo é de natureza social, estando sujeito ao relativismo cultural (...). A visão de mundo de cada cultura impõe condições variáveis ao reconhecimento dos objetos e à identificação das figuras visuais como algo que ‘representa’ os objetos do mundo” (*idem*). Tomando o mundo como co-texto cujas relações se projetam e se entrecruzam com outras elaborações textuais, elimina-se o referente como tudo aquilo que é contíguo e semelhante ao texto.

O mundo extralinguístico, o mundo do “senso comum”, é enformado pelo homem e instituído por ele em significação, e tal mundo, longe de ser o referente, é, pelo contrário, ele próprio uma linguagem biplana, uma semiótica natural (ou do mundo natural). O problema do referente nada mais é então do que uma questão de cooperação entre duas semióticas, um problema de intersemiotividade (intertextualidade). Concebido desse modo como semiótica natural, o referente perde, assim, sua razão de existir enquanto conceito linguístico (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 415).

Nessa passagem vemos novamente como Greimas coloca a questão da referência entre o texto e o mundo: posto que “não há referente”, a referência torna-se então uma questão de intertextualidade, de inter-relações entre o texto e esse texto-mundo que também é uma linguagem estruturada – o que justifica ser a representação, “mais do que simples semelhança”, uma questão de crivo de leitura comum ao mundo e ao texto.

Aqui, propomos demonstrar, com um breve exemplo, de que maneira uma leitura centrada na “verdade interna” de um texto-notícia desencadeou uma comoção nos meios de comunicação do mundo inteiro, em torno de um fato que na verdade não ocorreu.

Essa ilustração nos servirá como exercício de reflexão acerca da relação entre “leitura” (e como enriquecimento do que vamos entendendo por esse conceito), e a proposta de entendimento greimasiano em torno dos fenômenos de enunciação, aplicado a uma situação concreta vivida no âmbito do jornalismo.

Em 15 de outubro de 2009, órgãos de imprensa de diversos países, inclusive do Brasil, noticiaram o caso de um menino de 6 anos que “estaria dentro de um balão caseiro”, voando em alta velocidade no Colorado, Estados Unidos. Segundo as notícias, redes de TV americanas mostraram ao vivo as imagens do balão<sup>13</sup>, numa operação que mobilizou a polícia e até o controle de tráfego aéreo dos Estados Unidos. Três dias depois, no entanto, as autoridades confirmaram: a história fora um embuste criado pela família para chamar atenção e se autopromover. Embora o balão tenha realmente sobrevoado o Colorado, o menino nunca esteve dentro dele<sup>14</sup>.

Não nos interessa culpar os erros de apuração que porventura os jornalistas tenham cometido, nem entrar nos âmbitos da ética da profissão e do compromisso com a verdade, até por acreditarmos que esse debate não nos oferece um exercício de reflexão ao nível do que queremos analisar. Pelo contrário, vamos nos focar na relação de leitura estabelecida entre os enunciatários e o enunciado, isto é, entre os leitores e esse texto-notícia que produziu um efeito de sentido de verdade que os enunciatários aceitaram.

É necessário então lembrar que o enunciado é produto de uma construção que se dá entre as duas instâncias da enunciação, enunciador e enunciatário. Nesse processo simétrico denominado contrato de veridicção (GREIMAS; COURTÉS, 1979), o enunciador elabora um simulacro de verdade, tarefa “essencialmente ligada tanto a seu próprio universo quanto ao do enunciatário e, sobretudo, à representação que o enunciador se faz deste último” (*idem*).

Nesse aspecto, a noção de “contrato” parece combinar com a de “leitura” se a considerarmos como atividade que acompanha, por parte do enunciador, a produção do discurso que parece verdadeiro e a projeção de um enunciatário dentro dele, e, por parte do enunciatário, a aceitação desse discurso como verdadeiro e o fazer interpretativo, a reestruturação do texto.

Mesmo tendo sido uma falácia, é inegável que o texto-notícia produziu um efeito de verdade que resultou em toda a atenção dada ao caso pela mídia e pela polícia. A estruturação do discurso, além do contrato estabelecido entre as duas instâncias da comunicação, imprimiu marcas de uma verdade ao texto, construiu seu próprio referente interno. Exercício mental,

---

<sup>13</sup> A notícia pode ser encontrada na versão eletrônica da Folha de S. Paulo, sob o título “Menino de seis anos decola em balão caseiro nos EUA, diz mídia”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u638505.shtml>> Acesso em: 27 mai. 2010.

<sup>14</sup> A explicação de como e por que a história era mentirosa pode ser encontrada em notícia da CNN International, sob o título de “Authorities: ‘balloon boy’ incident was a hoax”. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2009/US/10/18/colorado.balloon.investigation/index.html?iref=allsearch>> Acesso em: 27 mai. 2010

que trabalha desde a virtualidade das estruturas e caminha sobre a estruturação do próprio texto, a “leitura” proposta pela teoria greimasiana faz o texto romper com seus referentes externos, com as verdades físicas e materiais que o rodeiam (os aspectos mentais da leitura e virtuais das estruturas textuais serão retomados no capítulo 2).

Sendo assim, esse eixo epistemológico, junto com o que vamos entendendo por “leitura”, nos permite concluir que toda notícia, falaciosa ou verdadeira, é só um texto – toda notícia constitui-se, ao entrar em contato com nossa leitura, em simulacro de estruturação própria e imanente, aliado das verdades do mundo e dona de sua própria verdade, de seus próprios modos de se constituir como representação.

Em outras palavras, o enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas discursos que criam efeitos de verdade ou falsidade, que *parecem* verdadeiros ou falsos e como tal são interpretados. Por isso, emprega-se o termo “veridicção” ou “dizer-verdadeiro”, já que um discurso será verdadeiro quando for interpretado como verdadeiro, quando for dito verdadeiro. Dessa forma, uma história de Monteiro Lobato é tão verdadeira ou falsa quanto uma notícia sobre a Assembleia Constituinte (BARROS, 1990: 64).

Mais à frente, vamos retomar esse exemplo para abordar as limitações dessa proposta. Por enquanto, já podemos estabelecer como a leitura está associada a um contrato: para que os efeitos de sentido venham à tona, o enunciatário (para quem todo texto é uma manifestação) precisa aderir ao contrato proposto no enunciado, e, no momento da leitura, deve “atribuir este ou aquele estatuto ao nível da imanência do discurso (a decidir sobre o seu *ser* ou o seu *não-ser*)” (*ibidem*).

O efeito de verdade depende, portanto, dos dois movimentos: de um contrato entre duas instâncias e da leitura que constrói efeitos de sentido desde a imanência do texto, sua estrutura elementar, até sua forma final.

Munidos desse exemplo e das compreensões formuladas até agora, vamos entender qual o papel e o lugar do leitor no processo de leitura que a semiótica greimasiana propõe. Isso nos permitirá perceber de que modo o texto trata com sua própria interpretação e com seu leitor, a partir do seu mecanismo interno, de seu percurso gerativo.

### **1.3.3. O lugar do leitor na interpretação proposta pelo texto**

Já colocamos que o sentido está sujeito à leitura de mundo, e que o reconhecimento das imagens que representam o mundo pode variar. Essa variabilidade de leituras já havia sido postulada em *Semântica estrutural*, no exemplo que Greimas dá acerca das cores. Para ele, “pode-se afirmar que (...) as articulações sêmicas [de cores] diferentes (que caracterizam, é



claro, não somente o espectro das cores, mas um grande número de eixos semânticos) são apenas categorizações diferentes do mundo, que definem culturas e civilizações em sua especificidade” (GREIMAS, 1966: 37).

A questão da leitura coloca em debate a problemática da construção variável do sentido – se é o sujeito quem, por meio da leitura, constrói o sentido, a construção (e portanto o sentido) deve ser mais ou menos variável de pessoa para pessoa, ou de comunidade para comunidade, embora o texto seja o mesmo. Em verdade deve-se reconhecer que esse crivo de leitura está “sujeito ao relativismo cultural, [e] tem-se de admitir que ele varia amplamente – mas não excessivamente – no tempo e no espaço” (GREIMAS, 1984).

O problema das leituras múltiplas “se coloca, sobretudo, em semiótica literária, pois os textos ‘práticos’ (como as receitas culinárias) (...), mesmo comportando, inevitavelmente, ambiguidades no nível dos enunciados, oferecem, quase sempre, meios de remediá-las propondo o contexto-discurso como o lugar de sua desambiguação” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 282). Aqui, reaparece o estatuto do co-texto como lugar de ancoragem onde se limita o leque de leituras possíveis.

O olhar focado na textualização do mundo – procedimento necessário para que ele possa ser lido e estudado – e nos rastros que esse texto-mundo deixa no texto propriamente dito permite entender a que ordem pertence o leitor na dinâmica da enunciação. É preciso abstrair o leitor empírico e entendê-lo como instância proposta pelo texto no caminho de sua própria interpretação.

É necessário excluir dessas considerações as condições psicofisiológicas dos leitores (...): o enunciatário é por definição um actante conforme ao texto, e não uma classe inesgotável de atores individuais<sup>15</sup>. Isto posto, admite-se que um mesmo texto pode conter diversas isotopias de leitura; em compensação, afirmar que existe uma leitura plural dos textos, isto é, que um texto dado oferece um número ilimitado de leituras, nos parece uma hipótese gratuita, tanto mais que é inverificável” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 282).

O conceito de isotopia, definível como “um conjunto redundante de categorias semânticas que tornam possível uma leitura uniforme do texto, tal como provém de leituras parciais dos enunciados e da resolução de suas ambiguidades, que é guiada pela busca de uma leitura única” (GREIMAS *apud* RECTOR, 1978: 74), permite entender que o texto oferece seus próprios caminhos de leitura, sendo que “as leituras podem ser várias, mas em número finito; as variações provêm do leitor que ‘destrói’ ou ‘desestrutura’ o texto” (RECTOR, 1978: 75). Mais ainda, “as leituras, ao contrário do que se possa parecer, não são independentes,

---

<sup>15</sup> Os conceitos de “actante” e “ator”, bem como a diferença entre eles, serão explicados mais à frente.

mas estabelecem relações determináveis entre si” (*idem*), o que nos leva a crer que essas leituras, apesar de admitirem variações, ainda se reúnem em torno de algo que as torna comum, que é o próprio texto.

Parece-nos claro que a leitura, por parte do enunciatário que se depara com o texto, exige uma competência sua, isto é, um saber que pode se atualizar em um saber ver, saber perceber, saber ler. Essa competência, “em relação à performance que é um fazer produtor de enunciados, é um saber-fazer, é esse ‘algo’ que torna possível o fazer” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 75). Dotado, pois, de uma competência, e operando sensível e cognitivamente, o enunciatário pode desvendar a teia de relações que compõem o objeto semiótico:

O chamado ao que olha a pintura para edificá-la impõe que esse destinatário repinte a rede de remissões que lhe são impostas e, somente ao cabo da realização de uma série de operações cognitivas, é que o sujeito, modificado em suas competências sensíveis, compreende como a tela impõe meios específicos para ser apreendida e, enfim, ser vista. O ver pressupõe um saber ver que só se operacionaliza na medida em que se adentra na teia de significados que permite, de posse de um saber, atingir um outro, na complexidade em que o saber se apresenta. Então, apenas as transformações das competências cognitivas do enunciatário, modificadas pela aquisição de outras competências sensíveis, o tornam sujeito competente para o desempenho que lhe permite galgar a significação da tela. (OLIVEIRA, 2004: 19)

A semiose é, portanto, estabelecida também por um “tipo de contrato comunicativo que o ‘eu’ que enuncia, o enunciador, instaura na sua obra, que, por sua vez, guarda em sua organização relacional um outro, um ‘tu’, ou seja, o enunciatário” (OLIVEIRA, 2004).

O contrato instaurado no texto permite entender que “o leitor abstrato está inscrito no texto e é um tipo de simulacro imanente” (CALABRESE, 1984). Na estrutura interna do texto, portanto, está não só “a organização do texto em sua extensão, mas também a relação entre a sua modalidade de produção, do texto em si mesmo, e a relação entre o texto e seu leitor abstrato (...), previsto por ele” (*idem*).

Em outras palavras, “o nível do enunciatário tem de ser previsto pelo enunciador. Na construção de um discurso que deixa assim aparecer a presença do enunciatário, o enunciador também o *constrói*” (SANTAELLA; NÖTH, 2004). Ao domínio desse enunciatário não pertencem os leitores empíricos, o público-alvo – noção muito evocada no curso de Jornalismo quando é proposto o planejamento de qualquer produto jornalístico, e que entende o leitor como classe sócio-econômica homogênea. A interpretação não é só empírica, porque se dá também na articulação interna dos níveis estruturados do texto. O receptor do discurso também não o é necessariamente: ele é um simulacro inerente ao texto e que o enunciador constrói, elabora, ele mesmo, ao estruturar o discurso.

Por isso, o enunciador não apenas deixa no texto marcas de sua produção, como também de sua leitura – “um texto deve apresentar na sua própria estrutura interna marcas de sua estrutura comunicativa, e deve conter, de fato, a explicitação ou fazer referências às teorias abstratas sobre a própria criação ou sobre sua própria interpretação” (CALABRESE, 1984). É deste modo que o texto oferece os caminhos para sua interpretação. A abstração do leitor por parte do enunciador e sua tomada como simples instância pressuposta ao texto faz parte do processo de estruturação do enunciado, e demonstra que não é necessário a todo o momento preocupar-se com o que o leitor empírico vai interpretar. Isso corrobora a ideia de que “o texto contém e deveria ‘registrar’ internamente tudo aquilo necessário e suficiente para descobrir sua significação” (MANGIERI, 2006: 94).

Retomamos aqui que, na teoria greimasiana, não está incluído o problema da referência do texto “em termos de todas aquelas condições ou elementos extratextuais que o ‘rodeiam’” (*idem*). Tudo que é importante e suficiente para a produção do sentido está nas relações que o texto constrói internamente, o leitor aí incluído.

Finalmente, na próxima parte vamos nos focar nos aspectos operatórios da leitura: isso implica em demonstrar de que maneira a leitura caminha pelos eixos sintagmático e paradigmático da linguagem, reconstruindo efetivamente as relações no texto.

#### **1.3.4. Leitura como articulação dos eixos sintagmático e paradigmático**

Essa discussão nos coloca novamente em confronto com o papel construtor da leitura e com o processo que faz o texto significar. “Se o objeto pode efetivamente adquirir sentido para um sujeito é, portanto, porque já deixou de ser somente o que é (...), pois para fazer sentido ao *fazer imagem*, é preciso antes de mais nada que, na extensão ou na duração, uma coisa se movimente, no mínimo em relação a ela mesma” (LANDOWSKI, 2004: 110).

Tal movimento pode ser construído pela leitura à medida que o próprio leitor retraça as relações do texto, constituindo “percursos cujas estratégias definem-se no e pelo perceber as partes do todo ou o todo e suas partes. (...) Entre esse ir e vir, a comparação entre os traços e o estabelecimento das semelhanças e das diferenças torna visível o percebido” (OLIVEIRA, 2004: 115). Delimitar o texto é, portanto, o primeiro passo para expandi-lo – nesse eixo, a “expansão” do texto pode ser compreendida tendo por base o que Greimas entende por *semiose*: “uma operação que, conjungindo um significante e um significado, resulta na produção de signos”. O crivo de leitura, de natureza semântica, solicita as figuras do

significante e dota-as de significado, transformando-as assim em signos-objetos (GREIMAS, 1984).

Nesse sentido, entendemos que a leitura não é uma simples descrição do que o texto apresenta em sua superfície – esta seria uma análise centrada apenas no plano da expressão. A leitura precisa despojar a figuratividade do texto e ultrapassar o que se apresenta superficialmente para dar conta de suas relações subjacentes, de seu funcionamento interno (MANGIERI, 2006: 94). Isso permite, ao mesmo tempo, discutir as características mais abstratas do texto, como as articulações de seu universo semântico e a narratividade, entendida como transformações de estado operadas por ações. Mais do que uma operação voltada para aquilo que o texto apresenta, a leitura pode voltar-se para os processos que fazem o texto se apresentar tal como ele é (FIORIN, 1999).

Situando o movimento de “ir e vir” que o leitor opera para construir o texto na dinâmica da construção de relações, pode-se dizer que esse movimento começa pelo recorte que reduz o texto a elementos discretos, unidades que o leitor considera relevantes para a análise. No caso do texto visual, essas unidades podem ser as regiões da superfície significante (o que está à direita em oposição ao que está à esquerda, por exemplo) e se tornam mais claras depois de um primeiro recorte. Já que a leitura, como ato de delimitar o texto para identificar os elementos e relacioná-los, é também o estabelecimento de uma articulação entre um plano de conteúdo a um de expressão, devemos esclarecer a correspondência entre esse ato de leitura e a constituição dos eixos paradigmático e sintagmático da linguagem. Situados em ambos os planos, esses eixos se constituem pela identificação de elementos discretos e da percepção de como cada elemento se apresenta juntamente a outros.

Demarcar um traço no objeto examinado permite constituir uma relação do tipo “ou... ou” com os traços da mesma categoria e que estão ausentes, que são contraditórios ou contrários. Essa pressuposição depende de um conhecimento anterior da categoria semântica, conhecimento que, constituindo “uma linguagem artificial adequada” que é a própria “descrição semiótica da significação” (GREIMAS, 1970: 14), se apresenta antes da análise e a possibilita. A construção das relações do tipo “ou... ou” permite a constituição do eixo paradigmático, formado de “uma classe de elementos que podem substituir-se uns aos outros num mesmo contexto” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 358), elementos esses que “não se reúnem em uma categoria senão por associações de ideias” (DUCROT, 1972: 142), o que os une em torno de algo em comum.

Mas o texto não é apenas uma série de elementos isolados; ele se forma igualmente pela copresença desses elementos em relação a outros, pela manifestação simultânea das unidades, cuja delimitação depende não apenas de conhecer as categorias a que pertencem e de que modo se relacionam com os termos contrários, contraditórios ou complementares, mas também de individuá-las em relação a todos os outros termos que estão ali presentes.

Com isso surge a necessidade de reconhecer que o texto não é apenas um sistema de traços correlacionados na disjunção lógica “ou... ou”, mas principalmente se apresenta como um processo formado por relações onde os traços estão em conjunção lógica do tipo “e... e” – daí que “quase não há enunciados, em uma língua, que não se apresentem como associação de diversas unidades (sucessivas ou simultâneas)” (DUCROT, 1972: 139).

Em um texto escrito ou falado, a noção de sucessão e linearidade pode até ser pertinente, mas em um texto visual, por exemplo, “a relação ‘e... e’ (...) não deve ser interpretada senão como a copresença de grandezas no interior de um enunciado” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 470) – entendemos que o eixo sintagmático se constitui pela presença simultânea de unidades em um enunciado, e que a copresença desses elementos não se faz necessariamente em uma ordem determinada pela materialidade do significante, mas sim pela sua apreensão relacional, “na função que o leitor atribui a este ou àquele termo com relação aos demais” (GREIMAS, 1984).

É assim que, em um texto plástico ou visual, o leitor pode divisar cores e formas. Os eixos paradigmático e sintagmático da linguagem constituem-se e se articulam pela leitura à medida que “a apreensão de um termo como unidade pressupõe uma dupla apreensão da mesma, levando-se em conta sua descrição na medida em que é distinta do que a envolve, e como unidade levando-se em conta sua integralidade, na medida em que é individuada como tal” (*idem*).

Vemos aqui como a leitura, operando pelos eixos da linguagem, constitui-se em exercício lógico de relacionar grandezas – ora em torno de algo que as torna comum (eixo paradigmático), ora em torno da simultaneidade em que essas grandezas se apresentam (eixo sintagmático).

### **1.3.5 Mundo, texto, representação, leitura e leitor: entendimentos iniciais**

Com este capítulo visamos a ressaltar o caráter construtivo da leitura, e como ela permite trazer à tona o sentido por meio dessa mesma construção. Também pretendemos situar o conceito de leitura, da forma como o entendemos, dentro da tradição estruturalista.

Além de não permitir infinitas interpretações, porque está condicionada à dinâmica mesma da enunciação, à medida que o enunciador constrói, no enunciado, um enunciatório, a leitura condiciona-se igualmente por uma leitura de mundo que constrói o sentido das ações do homem no mundo dito natural:

O universo do mundo natural, do mesmo modo que o universo pictórico, apresenta-se ao homem como um conjunto de qualidades sensíveis. Cabe precisar que a semiótica, ao aplicar o qualificativo natural ao mundo, visa a evidenciar o paralelismo deste com as línguas naturais e a assinalar a sua anterioridade ao indivíduo, que, desde sua concepção, insere-se nesse mundo significante e, por aprendizagem, com esse entra em relação. (...) A presentificação de uma *aparência* do universo, que, ao invés de excluir outras, com essas coexiste, é uma das várias elaborações discursivas do sujeito cognitivo. A partir das relações estabelecidas com os objetos, o sujeito, em quaisquer das linguagens sistematizadas ou a sistematizar, como assistimos em nosso século com a informática e com o vídeo, constrói enunciados. O mundo natural é, portanto, um entre esses enunciados (...). (OLIVEIRA, 2004: 123).

É assim que essa “semiose do mundo natural, do mesmo modo que todas as demais semióticas estruturadas pelo homem, pode ser correlacionada uma com as outras” (OLIVEIRA, 2004: 124) – aqui podemos reconhecer que um texto pode gerar mais de uma análise possível (o que é diferente de dizer que ele gera possibilidades de interpretação infinitas), porque sua construção depende dos elementos que o leitor, pautado em sua leitura de mundo, escolhe como mais pertinentes para operar seu deciframento. A leitura de mundo antecede e influencia a leitura do texto porque ele mantém, no plano do conteúdo, uma relação com o texto-mundo.

Do mesmo modo que o sentido de todo texto corresponde a um percurso que parte de elementos imanentes e mínimos e assume formas mais complexas, sendo o papel de uma leitura constituir esse percurso gerativo, entendemos que o mundo natural, onde se situa o homem em seus fazeres diários, é também organizado de acordo com uma estrutura subjacente – e é uma leitura de mundo que permite ao homem organizar e categorizar esse universo, para, em relação com ele, entendê-lo.

O sentido dos múltiplos enunciados produzidos e desvendados pelo homem, especialmente os que representam aspectos do mundo, se dá pela projeção dessa leitura de mundo no objeto semiótico, o que acaba por consistir na atividade de leitura e na apreensão do sentido pelo estabelecimento de relações – ele aparece então pelo modo como o sujeito interage com o objeto, entendendo-o pelas possíveis relações que apresenta em seu interior, comparadamente às relações existentes no mundo.

Olhar o mundo como texto acaba por isolar os discursos das condições materiais que os rodeiam como entorno, como contexto físico. É assim que a semiótica greimasiana chega à conclusão de que todo texto produz sua própria verdade, “constrói seu próprio *referente interno*” (OLIVEIRA, 2004: 124), por meio de estratégias de verificação que a análise pode desvendar. Esses efeitos de sentido produzidos pelo texto reforçam o caráter mental da leitura greimasiana, que se justifica pelo aspecto – também mental – das categorias semânticas na estrutura elementar da significação. Voltaremos a isso no capítulo 2.

A análise de relações, análise centrada no plano do conteúdo, é o que permite tomar o mundo como texto e como co-texto que deixa rastros no interior do texto a ser analisado. Por isso, a leitura não é um processo que sai dos limites do discurso durante a busca da intertextualidade – esta última se faz presente no próprio discurso. Além disso, o texto, como entidade autônoma, tem seu próprio caminho gerativo e interpretativo, estabelecido em contrato que se fabrica a partir do momento que o enunciador constrói seu enunciatário. Assim, entendemos que a “leitura” não pode ser trabalhada isoladamente à noção de contrato: ler é entrar no jogo de relações proposto pelo texto, é acatar ao contrato implícito e aí acessar o sentido.

#### 1.4 HERANÇAS DO ESTRUTURALISMO E APONTAMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DA “LEITURA”

Antes de prosseguirmos, pensamos ser necessário fazer uma recapitulação dos conceitos trabalhados até agora. Assim percebemos como eles se articulam e como se constituem a base epistemológica trabalhada pelos autores mencionados até agora.

Na primeira parte deste trabalho, apresentamos nosso objeto de pesquisa e caminhamos rumo ao entendimento de como a semiótica europeia constituiu-se como disciplina percebendo seu lugar no estruturalismo, além de elucidar os conceitos de leitura e leitura de mundo, necessários àquilo que queremos compreender.

Assim, vamos trabalhando no eixo que busca traçar uma relação entre o conceito de “leitura”, o quadrado semiótico e o modelo actancial, enquanto exercícios de raciocínio e entendimento que, na construção de uma análise, permitem desvelar o sentido desde o nível mais profundo do texto.

A leitura é um processo que busca entender um elemento do texto em relação aos outros, tornando possível compreender as partes do texto e também o todo. Não se trata de entender o texto como representação, mas como elementos organizados e estruturados que formam um conjunto capaz de, por si só, gerar efeitos de sentido.

Esse “o que” da pintura que o semiótico quer tornar visível são os processos de estruturação de seu todo a partir da apreensão das unidades pertinentes e da evidência do modo como essas são arranjadas na sua manifestação textual com o propósito de assinalar que é em função da construção da sua obra que a significação é produzida. (OLIVEIRA, 2004: 116)

O que entendemos por “leitura” não pode ser trabalhado alheamente ao conceito de “leitura de mundo”, fundamental nessa discussão porque põe em evidência o caráter construído da significação, possível apenas pela relação que o leitor estabelece com o texto e com o mundo. Essa relação se pauta no que o leitor conhece deste mundo que a semiótica greimasiana chama de “natural”, onde os textos, a partir dele, se manifestam. É essa “leitura humana do mundo” (GREIMAS, 1984), atividade de categorização e entendimento do mundo, que conduz a leitura de um texto na constituição do sentido.

A leitura não deve ser entendida como estágio final do processo da enunciação, visto que a produção de qualquer texto – uma pintura, por exemplo – exige já do enunciador uma competência de leitura. Assim, desde o começo do processo de enunciação, o pintor – ainda no nosso exemplo – organiza no quadro relações estruturadas de acordo com sua leitura de mundo, isto é, a partir do que ele entende do mundo natural. Assim, visando a determinados



efeitos de sentido, ele compõe a pintura e já aí inscreve seu leitor, essa instância abstrata que se configura pelo próprio modo como o quadro se constrói. “Um texto é um produto cuja condição interpretativa deve formar parte de seu mecanismo gerativo. Gerar um texto significa organizar uma estratégia que compreenda de algum modo as previsões dos movimentos do outro” (MANGIERI, 2006: 123).

Deve ficar claro que a semiótica greimasiana quer elucidar o modo pelo qual o texto estrutura-se pela projeção de relações análogas às relações que permitem ao mundo natural ser, também ele, um texto dotado de estruturas profundas e superficiais. É assim que se exclui da análise a questão da referência que o texto faz ao mundo externo, ao “mundo das coisas” (BARROS, 1990). Essa “referência” só pode ser considerada se o mundo natural for tomado, ele também, como um texto – ressaltando que, ainda assim, a referência está dentro mesmo do texto, porque cada texto produz seu referente.

Nesse cenário, conhecer aspectos básicos do estruturalismo e da história da semiótica francesa ajuda a entender que esses conceitos possuem lugar em uma tradição de estudos determinada. No caso da leitura e da produção do texto, por exemplo, sabemos que elas buscam a construção de um referente interno porque não há verdade externa ao discurso; o texto pertence ao sistema da linguagem e é, como ela, sincrônico e arbitrário.

No eixo que buscamos traçar, o da relação entre leitura e os modelos da semiótica greimasiana, podemos ver também que a análise – e a aceitação de alguns conceitos – caminha na esteira do estruturalismo ao entender que o texto se forma a partir de um percurso que compreende estruturas profundas e superficiais, e que é o papel dessa análise encontrar meios de abordar os aspectos subjacentes a todo texto – seu universo profundo, lógico e mais abstrato –, sem esquecer a especificidade de cada texto – que se manifesta na composição da estrutura superficial.

Do mesmo modo, a leitura pressupõe uma competência, que, como conceito, possui uma semelhança com a “língua” de Saussure. “Língua e competência são consideradas dotadas de uma existência virtual, opondo-se (e sendo logicamente anteriores), uma à fala, outra à performance, concebidas como atualizações de potencialidades prévias” (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

Anterior à leitura, que é um desempenho, e em relação a ela, a competência possui em sua virtualidade aspectos lógicos que são atualizados no ato de ler – é a possibilidade de poder reconhecer os traços, as formas, os conjuntos significantes, de poder opô-los logicamente a outros termos da mesma categoria e de poder assimilá-los na simultaneidade da manifestação.

Na dinâmica da enunciação, o enunciador pressupõe um enunciatário analogamente competente a si mesmo.

Faz-se necessário destacar que, apesar das acepções fortemente herdadas de Saussure, a semiótica greimasiana apresenta alguns avanços ao querer dissecar o texto, ao propor níveis que se correlacionam e revelam os aspectos que tornam a leitura possível. Nesse eixo, Greimas compreende que o sistema do texto não é tão rígido quanto o sistema da língua proposto por Saussure. Se, para o linguista genebrino, esse sistema imutável e fixo possibilita a comunicação enquanto em um nível superficial se dão as transformações experimentadas pela evolução da linguagem (HÉNAULT, 1997), para Greimas as alterações superficiais do texto podem levar também a transformações em seu nível profundo, visto que a formulação deste depende do crivo de leitura trazido pelo leitor em conjunção com os aspectos sensoriais do objeto.

Percebe-se uma diferença na proposta dos dois autores: Saussure não se interessa pela fala e por isso desconsidera a questão do contexto na constituição do ato de linguagem, o funcionamento sincrônico e interno da língua é o que importa; já Greimas entende que o texto tem um fator de intertextualidade e que por isso a leitura é possível. Nesse sentido, toda mudança frasal ou superficial em determinado texto deve ser levada em conta pela análise, porque o modifica e o faz contrair relações outras com seu co-texto e com sua estrutura de base.

Os conceitos de língua e competência, trazendo à tona a natureza virtual do sistema da linguagem, chamam a atenção para o fato de que a semiótica greimasiana, pela formulação do quadrado semiótico e do modelo actancial, está preocupada com o funcionamento lógico do sistema de todo texto, amparada pelo seu fundo histórico e pelas preocupações de uma tradição de pesquisa que a motivou.

Pelo trabalho posterior de futuros pesquisadores, como Roman Jakobson e Louis Hjelmslev, esse olhar alinhou-se sobremaneira ao estruturalismo e ampliou-se para os processos que fazem toda linguagem – e não apenas a língua falada e escrita – significar. A partir principalmente de Hjelmslev, entendendo que a linguagem tem planos estratificados, a semiótica greimasiana vai constituir-se em torno da noção de que o texto é um conjunto de estratificações, e que todo texto se manifesta a partir de transformações operadas sobre um nível profundo, imanente.

Assim, voltamos a que o objeto dessa semiótica é o processo de significação do texto, entendendo que, dentro de uma visão estruturalista, a linguagem possui um “mecanismo” segundo o qual os textos podem ser estruturados. É esse mecanismo que o quadrado semiótico

e o modelo actancial, em certa medida, procuram elucidar. Entendemos que por tentarem alcançar a estrutura profunda do texto em seus aspectos lógicos e mais gerais, servindo de base para compreender como a significação se constrói, o quadrado semiótico e o modelo actancial são esquemas importantes para a compreensão do exercício de leitura, relacionados aos aspectos mentais e virtuais desse nível profundo. Esse é o assunto do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2. OS FUNDAMENTOS DA ESTRUTURA ELEMENTAR DA SIGNIFICAÇÃO: O QUADRADO SEMIÓTICO E O MODELO ACTANCIAL**

Com este capítulo, queremos chamar a atenção para a importância de se compreender o que a semiótica greimasiana chama de “estrutura elementar da significação”. Essa estrutura elementar não só está em continuidade com o legado de Saussure ao basear-se na constituição puramente relacional do sentido, como também revela uma proposta: elaborar um nível textual que possa abarcar a semântica e a narratividade em qualquer tipo de texto, não importando o gênero.

Há poucas probabilidades de que um texto (um romance, um discurso político) se inscreva numa só gramática. Concebe-se que esse problema reapareça, com toda sua pertinência, sempre que o analista tenta passar das estruturas profundas para as de superfície e, particularmente, na elaboração de uma tipologia dos gêneros. Foi essa dificuldade que levou A. J. Greimas a conceber um nível fundamental comum a todas as gramáticas, que seriam “superficiais” em relação a ele. Este nível se constituiria essencialmente de uma semântica fundamental e de uma gramática fundamental, definidas em termos de universais formais de tipo lógico (CHABROL, 1977: 19-20).

Abordar a estrutura elementar da significação nos permite entender o lugar epistemológico pelo qual a semiótica greimasiana estuda a significação no mundo e nos confronta com dois modelos de descrição dessa estrutura elementar: o quadrado semiótico, que articula as relações entre os termos de categorias semânticas, e o modelo actancial, uma demonstração das relações básicas gramaticais pelas quais as unidades sintáticas mínimas de um texto participam na construção da narratividade. Estudar esses dois modelos nos parece essencial para entender o lugar greimasiano na abordagem da significação e para compreender o lugar por onde se fundam ditas análises.

### **2.1 O QUADRADO SEMIÓTICO**

Todo texto organiza-se a partir de um nível fundamental imanente. O sentido começa a ser estruturado tendo por base uma categoria semântica cujos termos lhe servem de base. A categoria pode ser entendida como eixo semântico que se caracteriza pela articulação lógica desses termos.

Essas categorias podem ser pensadas no nível profundo das estruturas sêmio-narrativas do texto, correspondendo à semântica fundamental, e são puramente virtuais, abstratas, anteriores a qualquer investimento figurativo ou esboço de narratividade.

Fortemente inspirada no legado de Saussure, segundo o qual – ao contrário do atomismo – qualquer linguagem possui uma natureza relacional e não substancial, essa concepção “nos obriga a utilizar o termo categoria para designar relações, e não os elementos resultantes dessas relações. A partir daí, é possível falar-se da categoria do gênero, por exemplo, como articulando-se em *masculino/feminino*, mas não da categoria do feminino” (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

Portanto, o que interessa a uma análise é, mais do que assinalar os termos euforizados pelo texto, perceber como ele trabalha a valorização de um termo ou outro *em relação* ao termo logicamente contrário, dentro da mesma categoria – o que confirmaria o pressuposto segundo o qual o texto é uma rede relacional.

Dada uma categoria semântica S, podemos visualizar a articulação entre os termos S1 e S2 (*masculino e feminino*, no nosso exemplo) no seguinte desenho (FIDALGO, 1999):

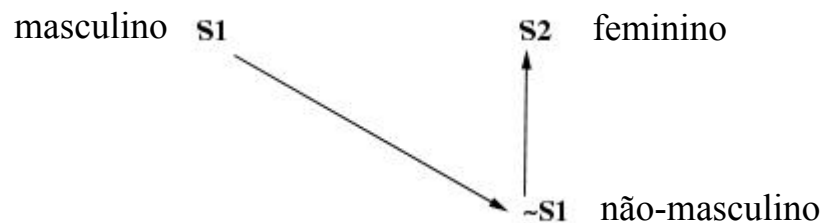


Figura 1

A negação de S1 produz sua contradição ~S1, “que se caracteriza por não poder coexistir simultaneamente com S1. A seguir afirma-se ~S1 e obtém-se S2. Isto é, se não é masculino é feminino” (FIDALGO, 1999). O caminho inverso, negando S2 para chegar a S1, pode ser observado como segue:

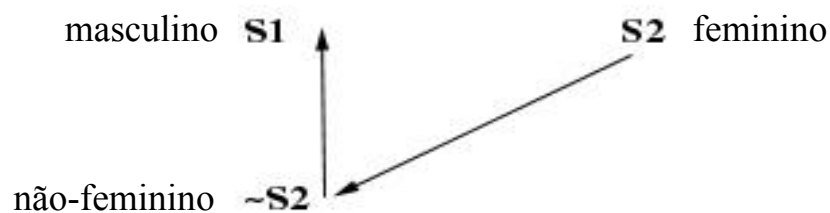


Figura 2

Trabalhar um termo em relação ao outro na mesma categoria põe em evidência o “princípio de participação” (DUCROT, 1972: 150), que, segundo Hjelmslev, expõe a lógica interna da linguagem, ou sublógica. Pelo princípio de participação, é possível notar que um termo participa na compreensão do termo oposto no mesmo eixo semântico. “Se, de fato, (...) admite-se que uma única unidade semântica [o termo *homem*] corresponde ao conjunto das significações de *homem* [isto é, tanto o ser humano quanto o ser humano masculino], deve-se dizer que ela inclui a unidade semântica *mulher*” (DUCROT, 1972: 150). É assim que, por exemplo, o termo *feminino* ajuda a entender o que significa *masculino* e vice-versa.

Para Hjelmslev, a noção de participação de um termo na compreensão de outro é pré-lógica e, como dito anteriormente, é análogo ao entendimento pela comutação – *masculino* e *feminino* têm entre si semelhanças e diferenças lógicas e, por isso, pertencem à mesma categoria semântica. Além disso, o filósofo e lógico R. Blanché chegou a definir, para as categorias do pensamento “natural”, “um tipo de organização bem parecida, mas que se funda sobre as relações lógicas mais tradicionais” (DUCROT, 1972: 151). O projeto de Blanché buscava “explicitar e estudar um modo de estruturação essencial, diretamente operado por operações completamente elementares, sem as quais o pensamento, até mesmo o mais simples, não poderia funcionar” (HÉNAULT, 1997: 143).

A organização lógica de categorias semânticas proposta por Greimas se torna então visível no quadrado semiótico:

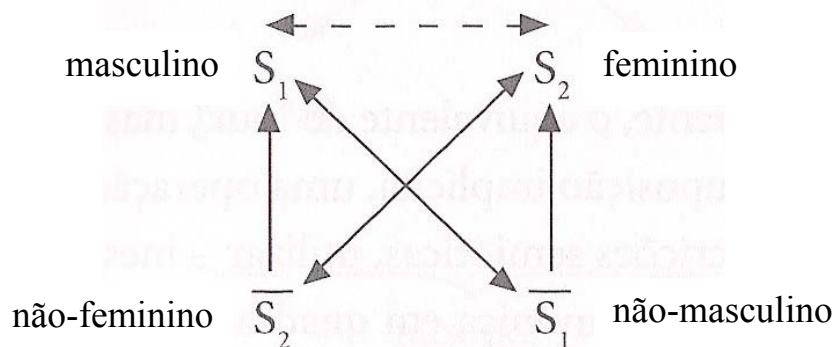


Figura 3

Esse modelo permite ver que S1 e S2 são contrários, isto é, mantêm uma relação de pressuposição recíproca. Já S2 e ~S2, ou S1 e ~S1, são contraditórios pela impossibilidade mesma de se apresentarem simultaneamente. A operação que permite partir de ~S1 e chegar a S2, ou de ~S2 a S1, é uma implicação que faz aparecer a complementaridade entre esses termos: *não-feminino* implica em *masculino* e *não-masculino* implica em *feminino*. Por ser o

quadrado um sistema fechado, cada termo guarda uma memória em relação ao termo logicamente anterior e, dentro desse mesmo raciocínio, aponta para o posterior: sabe-se que *não-feminino* é uma negação do *feminino* e aponta para o *masculino*. Mais à frente, isso nos permitirá entender de que maneira o quadrado semiótico pode representar um esquema narrativo básico.

Nesse eixo, Greimas proporciona uma aproximação entre Blanché e Hjelmslev. Para o lituano, esse mecanismo se funda na visão pela qual existem “estruturas elementares da significação” (DUCROT, 1972: 151), isto é, esquemas lógico-semânticos que constituem a imanência dos textos e que se tornam possíveis apenas pela capacidade cognitiva – a leitura humana – de categorizar, relacionar e comparar grandezas.

O quadrado semiótico torna-se, então, representação visual de um paradigma, visto que “a estrutura elementar da significação, quando definida como uma relação entre ao menos dois termos, repousa apenas sobre uma distinção de oposição que caracteriza o eixo paradigmático da linguagem” (GREIMAS; COURTÉS: 358). Além disso, o quadrado é ilustração de um

dispositivo de oposições, complementaridades e implicações que pode ser gerado a partir de qualquer posição sêmica. Esse conjunto lógico, apreendido fora de todo campo de sentido particular e universalmente válido na aparência, concretizava e explicitava, talvez pela primeira vez, no campo das ciências humanas, uma estrutura autêntica (HÉNAULT, 1997: 143).

Não só uma estrutura autêntica, mas também, no eixo de Saussure, um modelo visual pelo qual se percebe a articulação e o aparecimento do valor linguístico, que, na proposta do signo saussureano (união de conceito e imagem acústica), é a “propriedade que a palavra tem de representar uma ideia” (SAUSSURE, 1915). O valor, puramente diferencial, é percebido pelas relações que contrai no sistema interno da língua e se define “não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente pelas suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 1915).

Isso não só revela a linha epistemológica proposta pelo quadrado semiótico de Greimas, em perfeita continuidade com o trabalho de Saussure, mas revela outra característica desse modelo visual: ele se constitui basicamente por operações de negação e afirmação dos termos mínimos do sentido (os semas) – operações que compõem a sintaxe fundamental do percurso gerativo –, levando, por pressuposição lógica, aos termos contraditórios, complementares e contrários. A negação de *masculino* produz sua contradição *não-masculino*, ao passo que a afirmação de *não-masculino* nos leva logicamente, pela implicação, ao *feminino*.

O entendimento de que o sentido é gerado por meio dessas oposições nos remete historicamente para ainda mais longe, à filosofia pré-socrática. Já nas ideias de Anaximandro de Mileto (610 a 547 a.C.), sucessor de Tales de Mileto, a separação dos contrários tem um papel central, visto que para ele “a gênese das coisas é explicada através da separação dos contrários (como quente e frio, seco e úmido) – ao observar a transformação recíproca dos quatro elementos, não quis tomar um destes como substrato, mas um outro diferente” (BORNHEIM, 1967: 25).

No eixo epistemológico, vemos como essa observação choca-se com outros pontos de vista que, ao invés de tomar o outro como algo inteiramente diferente, consideram haver uma continuidade entre os elementos sem essa trágica ruptura (o sinequismo de Peirce, por exemplo). Apesar de parecer articular uma transformação entre os semas, o que o quadrado semiótico faz é registrar as rupturas que os tornam contrários uns aos outros.

Além disso, Anaximandro assinala que, anterior aos objetos do mundo, existe um princípio ilimitado (*arké*), uma unidade primordial de onde todas as coisas nascem (pela separação). “Ele se recusa a ver a origem do real em um elemento particular; todas as coisas são limitadas, e o limitado não pode ser a origem das coisas; deve haver, por isto, um princípio que lhes seja anterior e que permita compreender tudo o que é limitado. Do ilimitado surgem inúmeros mundos (...)” (BORNHEIM, 1967: 24). Por esse ponto de vista, é coerente conceber uma estrutura profunda da significação: é nesse nível subjacente, para além da concretude superficial e aparente do mundo, que o sentido pode ser pensado, minimamente, como articulação entre contrários.

Pelo viés greimasiano, os diferenciadores da significação são justamente os semas. Eles são do domínio da metalinguística – é onde podem ser concebidos para servir a uma descrição, para diferenciar os elementos na massa amorfa que é o plano imaterial dos conceitos, nas palavras de Hjelmslev. Por meio dessa diferenciação semântica, o plano imaterial dos conceitos pode ter uma existência palpável (HJELMSLEV, 1961).

Além disso, o universo dos semas representa a “totalidade de categorias conceituais da mente humana” (NÖTH, 1996), o que revela outra característica do eixo epistemológico dessa tradição semiótica: alinhada ao racionalismo francês do século XVII, que começa em Descartes e antecipa o modelo sígnico diádico de Saussure (NÖTH, 2003), a teoria greimasiana acaba por focar-se nos processos mentais de onde decorre a própria significação.

Em contrapartida à tradição estoica, que tinha postulado a materialidade do signo, a contribuição do racionalismo francês está na descrição do significante como imaterial, como ideia de uma tal coisa. Nesse caso, o signo verbal – o significante – não seria a expressão acústica da palavra pronunciada, mas a representação ou o



modelo mental daquele som e daquela articulação no momento da recepção. Como esse significante mental “excita” um significado que é igualmente mental, o processo semiótico fica completamente confinado à mente, desde a recepção até a compreensão final do signo (NÖTH, 2003: 41).

A produção de sentido, e também a leitura, é um fenômeno mental que trabalha a partir da “virtualidade inicial das estruturas” elementares da significação, chegando à realização final do discurso (SANTAELLA; NÖTH, 2004). É esse enfoque cartesiano que acaba por excluir da semiótica greimasiana o interesse pelas condições materiais externas ao texto, desde o nível profundo, tornando a leitura um movimento mental e dualista entre a estruturação interna do texto (o significante) e as categorias semânticas trabalhadas na mente de quem lê (o significado).

Além disso, a estrutura elementar da significação concebida à maneira greimasiana guarda uma relação com o estruturalismo não-orgânico de Lévi-Strauss.

A ideia fundamental de Lévi-Strauss é que, subjacentes às narrativas e, em particular, aos mitos, existem categorizações semânticas profundas articulando valores, constituindo códigos inconscientes (de parentesco, naturais, cosmológicos, etc) e que se projetam nas articulações sintagmáticas (daqui resulta a ideia de que a narratividade consiste na projeção do eixo paradigmático no sintagmático). As categorias semânticas profundas são universais do imaginário, distintas do semantismo lexical superficial manifesto. (ÁLVARES, 2000: 12).

Nesse eixo, o funcionamento da semântica fundamental se integra, frente à mente que lê e que se depara com o texto (ou texto-mundo), em termos de constitutivos psíquicos e universais, intrínsecos da mente humana:

A semântica profunda funciona de forma *contextual* e *global*. Ela *seleciona* determinados traços semânticos (semas) específicos a partir das figuras lexicais superficiais. Mas os conteúdos que ela articula (vida/morte, natureza/cultura, masculino/feminino, divino/humano etc) não são significações referencialmente definíveis. São espécies de “pregnâncias” psíquicas (pulsões e/ou ideologias) “que dão sentido à vida” e *cujo sentido não é nunca apreensível como tal mas somente através de sua conversão em estruturas actanciais*. (PETITOT<sup>16</sup> apud ÁLVARES, 2000: 12).

Retomando as palavras de Anne Hénault, a mirada epistemológica alinhada ao racionalismo francês e à abordagem estruturalista-saussureana é o que leva Greimas a propor o quadrado semiótico como método de análise – o “nível epistemológico da teoria é o que funda intelectualmente o método”, enquanto a teoria deve ser validada pelas possibilidades reais da análise prática (HÉNAULT, 1997: 131).

<sup>16</sup> As citações aqui colocadas foram traduzidas livremente das originais em francês, que podem ser encontradas em ÁLVARES, Cristina. **A viragem morfodinâmica e a naturalização das ciências humanas: o caso da semiótica narrativa**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8692/1/viragemmorfo.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2010.

### 2.1.1 O quadrado semiótico como estruturação da narratividade básica

Além de ilustrar esse primeiro sistema virtual de articulações lógicas sobre as quais o enunciado é trabalhado até tomar sua forma final, o quadrado semiótico permite visualizar também a lógica sequencial básica de qualquer narrativa – pelo fato mesmo de se configurar a partir das operações (de negação ou afirmação) que formam as relações entre os termos.

Nesse caso, ele se torna capaz de ilustrar não só categorias semânticas, como também todo dispositivo que se constitui de dois elementos básicos e contrários entre si, formando um percurso que é um processo evolutivo (HÉNAULT, 1997). É assim que a narrativa pode ser entendida.

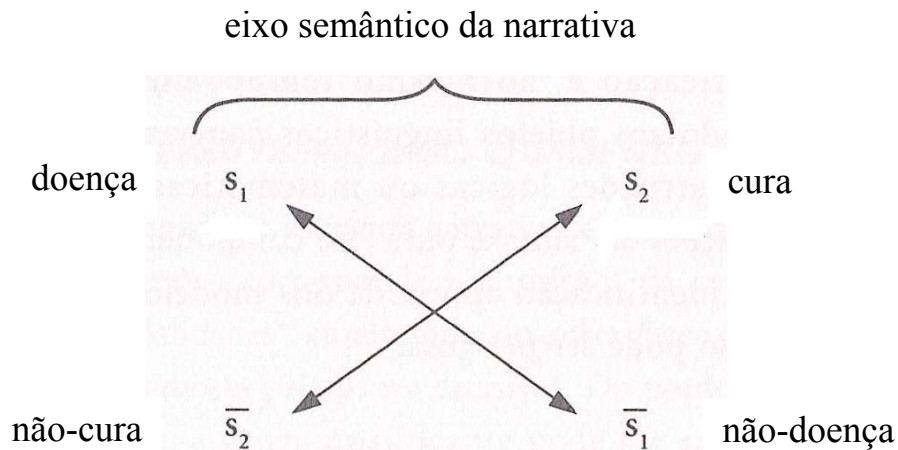
A abordagem semiótica da narratividade possibilitou estender, à medida que a disciplina foi se desenvolvendo, “as leituras narrativas de textos verbais, plásticos ou comportamentais, quando nada, *a priori*, permitia pensar que eles ‘contassem uma história’” (HÉNAULT, 1997: 141). Essa possibilidade se deu em grande parte ao estudo e à constituição de uma teoria das modalidades, da qual falaremos no próximo capítulo quando abordarmos o modelo actancial.

Dentro da abordagem greimasiana, a narratividade básica toma a forma de um esquema fundamental que consiste na passagem de um estado a outro, por meio de uma transformação.

Quando, por meio de oposições, diferenciamos num relato os estados 1 e 2, é preciso prestar atenção a que a percepção da diferença implica, ao mesmo tempo, algum nível ou grau de semelhança (de um modo análogo, descontinuidade e continuidade só podem ser percebidas no relato uma em relação à outra). O jogo entre identidade e alteridade é o que concede coerência ao texto ou discurso. O estados 1 e 2 devem estar aparentados entre si de algum modo, sem o que um relato seria absurdo. (CARDOSO, 1997: 15).

Dessa maneira, propõe-se o quadrado semiótico como modelo de ilustração e entendimento dessas operações pelas quais a narrativa se constrói: para chegar ao final, o relato precisa negar o estado inicial e, confirmando essa operação de negação, implicar o segundo estado. Esse esquema só se torna possível porque a narrativa trabalha com dois pólos opositivos de um mesmo eixo. Por exemplo, “se o estado 1 tiver a ver com *doença*, o estado 2 poderá ligar-se a *cura* – mas não a *riqueza*. O contrário supõe o seu contrário: o próprio fato de dois termos ou situações serem cada um o contrário do outro cria um vínculo entre eles” (*idem*).

Projetadas no quadrado semiótico, essas operações podem assim ser compreendidas:



*Figura 4*

O funcionamento narrativo profundo do texto só acontece se as três etapas – estado inicial, transformação, estado final – estiverem logicamente presentes, ainda que não explicitamente colocadas. Mesmo que o relato elida uma operação ou outra, a “lógica do esquema se mantém, posto que a elipse de um elemento posterior leva a que ele fique implicado, ao passo que a elipse de algo anterior obriga a que ele seja pressuposto” (*idem*). Fica então claro como *implicação*, *contradição* e *contrariedade* ajudam a entender a sucessão lógica de etapas em uma narrativa.

Nesse sentido o quadrado é “gerador de narratividade” (ÁLVARES, 2000). Ao articular categorias mentais, ou “pregnâncias psíquicas”, na forma de um sistema paradigmático, “o quadrado semiótico cria as condições para a representação narrativa dos semas profundos irrepresentáveis, através dos percursos sintáticos que os fazem circular como valores” (ÁLVARES, 2000: 15).

A conclusão de que a história nada mais é que uma transformação de estados gerada por uma perturbação (ou crise) se deve já a Propp, para quem o progresso da narrativa se dava por um modelo canônico “equilibrado pancrônico” que descreve “uma oscilação ao redor de alguma norma homeostática (equilíbrio – violação do equilíbrio – restabelecimento do equilíbrio)” (LOTMAN, 1984: 97). O olhar de Propp, no entanto, não distingue entre semântica e sintaxe, pois se foca propriamente nas rupturas e nas intervenções que a história sofre. A abordagem greimasiana permite expandir os estudos de Propp ao trabalhar paralelamente os conteúdos semânticos e as operações sintáticas que os articulam no texto.

Em outras palavras, Greimas estabelece, por meio do próprio quadrado semiótico, “a mediação entre as duas fontes lévi-straussiana (semântica fundamental) e proppiana (sintaxe

actancial) da teoria das estruturas narrativas” (ÁLVARES, 2000: 15). Se, por um lado, o quadrado semiótico permite representar, a própria condição de produção e apreensão do sentido, por meio da “articulação elementar da pregnância a-semântica de que é feita a substância semântica” (*idem*), ele guarda um mecanismo que permite visualizar o desencadeamento sintagmático dessa substância, isto é, o modo como ela se desenrola ao longo do relato.

Esta articulação tem uma componente morfológica que é de ordem taxionômica e que trata das relações constitutivas entre os semas profundos; e uma componente sintática que transforma as relações taxionômicas paradigmáticas em operações sintagmaticamente ordenadas (*ibidem*).

Esse mecanismo de transformação “é a chave de todo o percurso gerativo porque vai permitir interpretar por conversão as operações lógico-semânticas como fazeres antropomórficos” (*ibidem*). Essa noção torna-se, para nós, central: trata-se de perceber a textualização (do mundo e dos textos) como um processo de estruturação global que começa em possibilidades lógico-abstratas e exaure-se em um esquema de ações, dos fazeres transformativos dos sujeitos sobre determinados objetos-valores. A leitura torna-se um movimento contrário: consiste em interpretar movimentos e ações como transformação sintática de categorias virtualmente anteriores a qualquer investimento. No entendimento do que é leitura, o quadrado semiótico tem, portanto, um papel fundamental.

Em termos da própria narratividade, porém, o quadrado ilustra principalmente a transformação de estados em termos semânticos, isto é, o modo como o texto caminha pelas categorias semânticas de um termo a outro (*natureza vs cultura, feminino vs masculino, vida vs morte, doença vs cura, pobreza vs riqueza, sagrado vs profano, humano vs santo* entre outras). As operações que efetivamente provocam mudanças são operadas por sujeitos narrativos em posse dos valores sistematizáveis pelo quadrado – algo que já é da alçada sintática do relato. Isso é o que vamos discutir na próxima parte.

## 2.2 O MODELO ACTANCIAL

Como foi dito anteriormente, o nível profundo do percurso gerativo compreende uma semântica e uma sintaxe fundamentais. A semântica fundamental se traduz nas categorias binárias cujos termos podem ser logicamente distribuídos e entendidos pelo quadrado semiótico. A sintaxe fundamental, por sua vez, compreende as próprias operações lógicas de afirmação e negação que levam de um termo do quadrado semiótico a seu contrário ou contraditório.

Assim, “a semântica fundamental aparece como inventário de categorias sêmicas, suscetíveis de serem exploradas pelo sujeito da enunciação, e cujos valores só se atualizam no nível narrativo, no momento de sua junção com os sujeitos” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 437). Quando os sujeitos narrativos entram em contato com os valores que os termos das categorias semânticas representam, esses valores tomam existência “concreta” e abandonam o estatuto puramente virtual da semântica fundamental.

A estruturação dos processos narrativos que descrevem as ações desses sujeitos compreende a sintaxe narrativa de superfície. Mencioná-las já nos obriga a falar de um inventário mínimo, de um esquema narrativo, que possa abarcar a constelação básica de tipos de sujeitos e de suas ações características. Isso se torna possível justamente pelo modelo actancial, interesse deste capítulo.

### 2.2.1 Contexto histórico e proposta do modelo actancial

Como já mencionado no começo deste trabalho, o grande mérito de Vladimir Propp foi o de estabelecer, a partir de um *corpus* de contos do folclore russo, um “metaconto” pelo qual todos os outros eram possíveis. Desse olhar dedutivo “se depreendia que o desenrolar da ação era a constante que se buscava” (HÉNAULT, 1997: 115). Nesse caso, o interesse maior é analisar o desenrolar sintagmático do relato, cuja narrativa se forma graças às funções de sujeitos típicos – “função”, aqui, entendida não como “aquilo ‘que serve a’, mas como ação considerada segundo sua situação no curso da narrativa” (HÉNAULT, 1997: 116).

Depois do esquema proppiano, “o modelo narrativo mais influente do século XX foi o modelo actancial de Greimas” (SANTAELLA, 2001: 319), ou ainda, modelo atuacional (GREIMAS, 1966), formulado a partir da linguística da frase e de outros esquemas narrativos, como o de Dumézil (narrativas mitológicas) e o de Souriau (narrativas do teatro). A proposta greimasiana é clara: “explorar a primeira definição de Propp, perguntando em que medida ela

pode ajudar na compreensão e justificação de um modelo atuacional *mais geral, utilizável num maior número de descrições de micro-universos míticos*” (GREIMAS, 1966: 252).

Os modelos nos quais Greimas inspira-se têm, entretanto, a mesma característica: delimitar, a partir de um inventário, uma reduzida quantidade de actantes – palavra que designa “aquele que realiza ou sofre o ato, independentemente de qualquer outra determinação” (GREIMAS, COURTÉS, 1979: 20) e indica “um tipo de unidade sintática, de carácter propriamente formal, anteriormente a qualquer investimento semântico e/ou ideológico” (*idem*).

A formulação de Dumézil, por exemplo, consiste em descrever uma população divina presente em um conjunto de mitos. O método é o seguinte: “procurando uma divindade qualquer, ele constitui, com o auxílio de todos os textos sagrados, um *corpus* de proposições nas quais o deus em questão entra como atuante. A partir do inventário das mensagens funcionais, constitui-se o que podemos designar como *esfera* de atividade da divindade” (GREIMAS, 1966: 225). Paralelamente, em outro corpus, está a “totalidade de qualificações dessa divindade, tais como as encontramos sob a forma de cognomes, epítetos, atributos (...), o que permite estabelecer a fisionomia moral da divindade considerada” (*idem*). Esse movimento permite identificar um actante tanto por suas funções (o que faz) quanto por suas qualificações (o que está apto a fazer).

Já da linguística da frase, Greimas aproveita os alcances da sintaxe tradicional que enxerga nas funções os papéis desempenhados por palavras – “o sujeito aí é alguém que faz a ação; objeto, alguém que sofre a ação” (GREIMAS, 1966). A formulação do modelo actancial greimasiano começa, portanto, na divisão entre duas categorias atuacionais, também sob a forma de oposições: *sujeito vs objeto* e *destinador vs destinatário*, situação em que se torna fundamental observar, como no quadrado semiótico, que um actante só pode ser entendido em razão do outro.

Tal olhar permite desvelar uma investidura semântica que orienta essa relação: a partir de Propp e Souriau, Greimas constatou que o movimento de um sujeito frente a um objeto “realiza o efeito de sentido ‘desejo’” (*idem*). Em muitos casos particulares, o desejo aparece manifestado sob a forma de “procura”, encarnado em um sujeito que procura, quer ou deseja um objeto.

Já a oposição *destinador vs destinatário* vem com clareza do inventário de Souriau, em cujas palavras essa categoria se constitui de um “Árbitro, atribuidor do bem” oposto a um “Obtenedor virtual desse bem” (*ibidem*). Nas histórias do folclore russo analisadas por Propp, o destinador é a figura mandante, que instaura o sujeito e o despacha em jornada com vistas à

transmissão do objeto para um destinatário, enquanto o “campo de atividade do destinatário se funde completamente com o do sujeito-herói” (*ibidem*).

O eixo *destinador vs destinatário* funda-se, por sua vez, no domínio do “saber” e da comunicação: o objeto circula entre os dois graças a um saber situacional e a um contrato mesmo. “O objeto se encontra entre um destinador que dá o objeto (por exemplo, ao herói) e um destinatário que o recebe (por exemplo, das mãos do herói)” (NÖTH, 1996: 157). Nas histórias em que o herói parte em busca de uma princesa raptada, por exemplo, o pai dela representa o destinador, que manda o herói resgatá-la para oferecer as mãos da princesa em casamento a um destinatário (que pode ser um terceiro ou ainda o próprio herói) (*idem*).

Aplicada a situações concretas do mundo natural, a categoria *destinador vs destinatário* explica o mecanismo de transferência de informações-valores em um processo de comunicação, “entendida como transmissão do saber” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 425). É assim que – conforme já anunciamos em capítulos anteriores – todo enunciado pressupõe um enunciador e um enunciatário, isto é, uma estrutura actancial mínima orientada pelo domínio do saber. “O saber assim transferido apresenta-se inicialmente como uma estrutura transitiva: é sempre o saber sobre alguma coisa, pois é inconcebível o saber sem o objeto do saber” (*idem*).

Reconfirma-se aí a orientação do sentido no enunciado, a previsão instaurada no texto dos movimentos interpretativos do outro: um enunciado não se constrói jamais para ninguém – é sempre para alguém (um alguém tão lógico e abstrato quanto o actante destinatário) que ele se estrutura. Por isso, como texto que necessariamente transmitirá um saber (ou um saber sobre algo) entre duas instâncias, ele contém já em si mesmo as marcas implícitas de sua orientação de leitura e de produção (OLIVEIRA, 2004).

Finalmente, uma última categoria de actantes participa dessa organização elementar: *adjuvante vs oponente*, fruto de duas esferas de atividades logicamente opostas: “trazer auxílio, agindo no sentido do desejo, ou facilitando sua comunicação” (GREIMAS, 1966: 233) e “criar obstáculos, opondo-se quer à realização do desejo, quer à comunicação do objeto” (*idem*). No modelo actancial de Greimas, o adjuvante facilita ou viabiliza a ação (Propp se referia a esse actante como *ajudante* ou *doador*), enquanto o oponente é quem verdadeiramente interfere com vistas a bloquear a ação – em Propp, ele recebe o nome de *vilão*.

No universo dos mitos, em relação àqueles temas universais pelos quais trabalha a mente humana na categorização e entendimento do mundo, o adjuvante e o oponente correspondem, de maneira esquemática, às forças do bem e do mal (GREIMAS, 1966), ou,

ainda, forças psíquicas projetadas pelo próprio sujeito: “na manifestação mítica, que nos preocupa, entendemos que o adjuvante e o oponente não são senão projeções da vontade de agir e resistências imaginárias do próprio sujeito, julgadas benéficas ou maléficas em relação ao seu desejo” (GREIMAS, 1966: 235). Trata-se de uma categoria orientada pelo domínio do “poder”, o que consiste em propulsionar o sujeito rumo à ação ou impedir que isso aconteça.

A categoria *adjuvante vs oponente* é, nas palavras do próprio Greimas, um conjunto de “participantes circunstanciais” (GREIMAS, 1966: 234). Em verdade, o núcleo sintático de todo enunciado recai necessariamente na relação entre sujeito e objeto, já que “comparar as categorias sintáticas de Propp e Souriau nos obrigou a considerar essa relação como mais especializada, comportando uma investitura sêmica mais ‘pesada’, de ‘desejo’” (GREIMAS, 1966: 236).

Deste modo, a organização sintática do discurso começa nessa relação e pode vir a se expandir nas outras categorias, que são investturas suplementares (GREIMAS, 1966). Greimas se vale da sintaxe da frase para comparar o papel do adjuvante e do oponente com a função dos adjetivos e dos advérbios: os adjetivos e os advérbios apenas modificam os nomes ou os verbos (*idem*). Quem domina a realização do movimento na frase são realmente substantivos e verbos.

O modelo actancial completo pode ser assim visualizado (NÖTH, 1996):

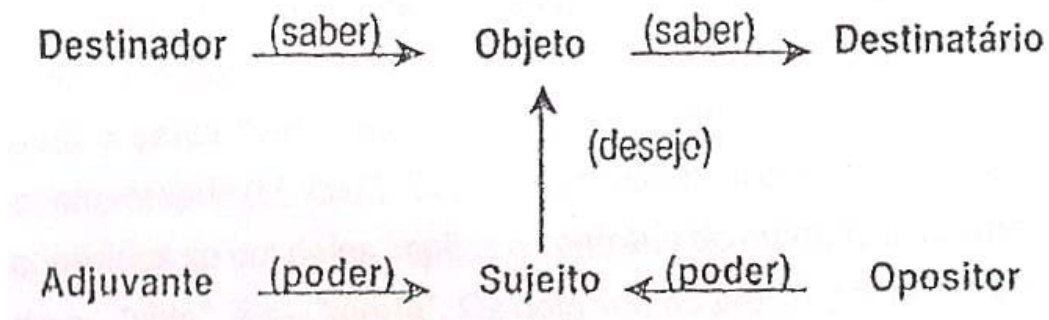


Figura 5

Ilustrado sobre a forma de um modelo de seis termos distribuídos de acordo com suas implicações lógicas, os actantes formam assim um paradigma: o modelo actancial torna-se uma possibilidade virtual de realização. Em continuidade com Propp, “a estrutura actancial é invariante, estável e universal, regida por uma sintaxe que *sintagmatiza*, ao longo do que Greimas chamou de esquema narrativo global, um *paradigma* actancial constituído de



relações sujeito-objeto, destinador-destinatário, adjuvante-oponente” (PETITOT *apud* ÁLVARES, 2000).

No discurso específico, cada um desses termos pode ser assumido por vários personagens ou apenas um deles, porque o actante é estático – “todo atuante e todo papel atuacional são suscetíveis de serem investidos num ator disjuncto e autônomo, e inversamente, todas as disjunções operadas no nível da estrutura atuacional podem ser neutralizados por investimentos conjuntos em atores cada vez mais complexos” (CHABROL, 1977: 186). Daí vem a distinção entre actante e ator, tão cara a Greimas, porque permite separar essas atividades actanciais estruturais e básicas das ações particulares executadas em cada relato.

O ator aparece como “figura autônoma do discurso” (GREIMAS; COURTÉS, 1979) e pode ser, além de uma personagem, objetos, seres vivos ou até um conceito, uma projeção psíquica; no eixo destinador-destinatário, é o nosso leitor individual e empírico. Ele foge das classificações homogêneas do público-alvo, porque pode ser qualquer pessoa, individualizada em quaisquer investimentos figurativos, tantos quantos forem possíveis. Ele representa o papel actancial do destinatário, este sim pressuposto no enunciado, à medida que o texto é da dinâmica da enunciação e pressupõe, do mesmo modo, um enunciador (que só existe enquanto houver um enunciatário, e vice-versa).

As estruturas do enunciado são marcadas por índices dêiticos, que parecem indicar de uma maneira indireta a presença da pessoa que produz o enunciado, o aqui e o agora da sua enunciação e a pessoa para a qual o enunciado se dirige. Portanto, essa indicação da presença dos sujeitos da enunciação é em verdade um mero simulacro, conforme Greimas e Courtés (1979: 55), pois o verdadeiro enunciador e o enunciatário ficam sempre invisíveis, sendo uma instância meramente implícita (SANTAELLA; NÖTH, 2004: 118).

O mesmo vale para o enunciador: como destinador, não é o produtor empírico do enunciado, não é o sujeito que fala, pois pertence ao nível mais profundo da enunciação, sendo uma construção discursiva e lógica responsável pelo texto, mas também construído por ele (SANTAELLA; NÖTH, 2004).

Consideramos importante atentar para o fato de que o modelo actancial, tanto quanto o quadrado semiótico, é um exercício de pensamento e não uma pura ferramenta de análise. O papel do modelo no decorrer da leitura não é engessar os papéis narrativos, mas, sim, permitir entender as implicações e as contradições lógicas existentes entre os movimentos actanciais e o modo como essas relações motivam a sucessão de etapas e transformações de estados no discurso.

Na próxima parte deste capítulo, vamos propor entender quais são as motivações que impõem os sujeitos à ação. Isso nos permitirá entender o que são as modalidades e os

programas narrativos, que servem a um leque razoável de análises não só de textos literários, mas também visuais, e têm, portanto, um importante papel na leitura como a descrição da estruturação global do texto.

### 2.2.2 Modalidades e programas narrativos no projeto da descrição

Enquanto a sintaxe narrativa de superfície é a etapa do percurso gerativo que descreve as relações-funções entre pelo menos dois actantes, entendendo essas relações como princípio basilar do predicado e, por expansão, do enunciado (GREIMAS, COURTÉS: 1979), a semântica narrativa descreve os processos pelos quais os valores virtuais do nível profundo se impõem à combinatória, em conjunção ou disjunção com sujeitos e circulando entre eles.

Já que essa circulação de valores, o que caracteriza a narrativa, é possível apenas porque existem sujeitos que modificam estados e objetos, só é possível haver modalidades também nesse instante: a partir do entendimento da linguística geral, o ato, ou, em termos abrangentes, uma modificação do predicado pelo sujeito, é o lugar do surgimento das modalidades (GREIMAS, 1976). Elas constituem um corpo de fundamentos que impelem o sujeito em seus programas narrativos e se formulam a partir do entendimento pelo qual o ato é “o que faz ser” (*idem*). É o momento de focar-se na “*enunciação*, numa tentativa de sublinhar os meios por que possibilidades semióticas são transformadas em palavras reais com conseqüências reais”<sup>17</sup> (KATILIUS-BOYDSTUN, 1990).

Greimas demarca aí uma estrutura de dois predicados básicos: *fazer vs ser*, que descreve bem o sistema da narrativa porque guarda uma relação com *performance vs competência*, no sentido em que o ser (a qualificação, que descreve a competência) do sujeito lhe permite o fazer (a esfera de ação).

A partir dessa categoria de matriz dicotômica, postulam-se duas instâncias: enunciados de fazer, que descrevem uma transformação, e enunciados de estado, que descrevem a junção entre sujeitos e objetos-valores. O predicado elementar, que constitui a relação nuclear do enunciado (*ibidem*), pode assim ser entendido como função lógica de um sujeito S1 que, por meio de uma ação, modifica um estado onde outro sujeito S2 esteja em conjunção com um objeto-valor O<sup>18</sup>. Essa função é de fato o programa narrativo e não há modo melhor de

<sup>17</sup> Citação traduzida livremente do inglês.

<sup>18</sup> Projetado em uma fórmula canônica, o programa narrativo elementar fica assim formalizado:  $PN = F[S1 \rightarrow (S2 \cap O)]$ , onde a seta indica a transformação/ação e o símbolo  $\cap$  significa “conjunção”. Essa fórmula pode expandir-se conforme o desenrolar das ações empreendidas (BARROS, 1990: 20).

descrevê-lo que não seja “um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado” (BARROS, 1990: 20). Todo predicado que rege outro predicado torna-se, “por sua posição sintática, um predicado modal” (GREIMAS, 1976: 62).

A partir daí, diferentes organizações modais dão origem a um leque de descrições diferentes de ações e suas motivações. Por exemplo, há os enunciados onde *fazer* modifica *ser*, *ser* modifica *fazer*, ou, ainda, *ser* modifica *ser* e *fazer* modifica *fazer*. Trata-se de modalizações translativas, pois o sujeito modificador é diferente do sujeito cujo enunciado é modificado (GREIMAS, 1976). O enfoque do *ser* que modifica o *ser* nos interessa em especial porque constitui uma categoria veridictória e nos permite entender a leitura como sanção cognitiva, “juízo epistêmico sobre o ser do sujeito [do texto, nos nosso caso], e mais genericamente, sobre os enunciados de estado que ele sobredetermina, graças às modalidades veridictórias” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 426). É assim que, ao explicitar a estruturação do texto, a análise pode sancioná-lo como discurso verdadeiro sem precisar do referente externo.

A categoria veridictória pode ser projetada no quadrado semiótico e ser assim compreendida (GREIMAS; COURTÉS, 1979):

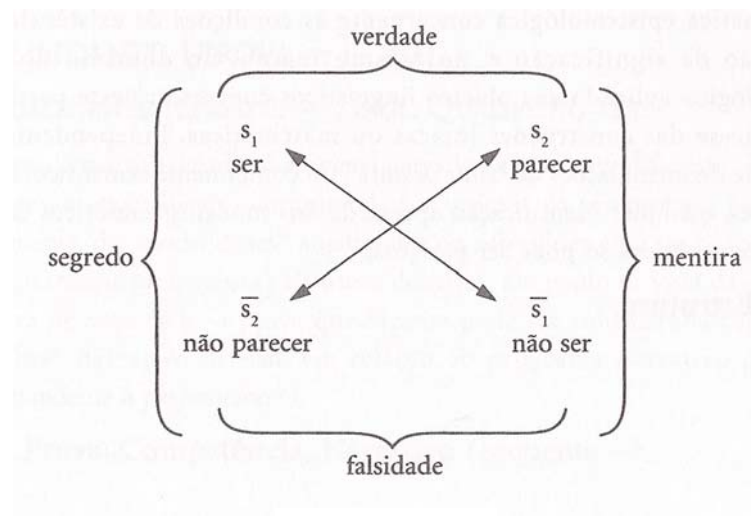


Figura 6

O sema “ser” descreve a imanência, e o “parecer”, a manifestação do discurso. Os metatermos “verdade” e “falsidade” podem ser logicamente opostos e formar uma nova categoria, *verdadeiro* vs *falso*, da qual o julgamento de veridicção pode se servir para avaliar a verdade interna do discurso (GREIMAS, 1976). Essa leitura se dá pela análise das marcas de veridicção no texto, que o fazem ostentar-se como verdadeiro, e é um movimento fundado por um contrato intersubjetivo proposto entre as instâncias da enunciação (SANTAELLA; NÖTH, 2004)

Greimas propôs outras quatro modalizações “susceptíveis de modular o estado inicial chamado competência e reger, assim, os enunciados de fazer e os de estado, modificando de certa maneira seus predicados” (GREIMAS, 1976: 69), retiradas da análise de discursos narrativos em algumas línguas europeias (*idem*). São elas o *querer*, o *poder*, o *dever*, o *saber*. Cada uma delas sobremodaliza os enunciados de fazer ou de ser e compõem o universo motivacional de um só sujeito – a grande motivação de Greimas por trás disso é construir um leque de ações narrativas previsíveis, a partir das competências instauradas em cada actante.

A organização desses predicados “apoiar-se no reconhecimento dos esquemas canônicos da narração, em que se distinguem nitidamente duas instâncias – a da instauração do sujeito e a da qualificação do sujeito” (GREIMAS, 1966). A instauração marca-se pelas modalidades /dever-fazer/ e /querer-fazer/ e a qualificação por /poder-fazer/ e /saber-fazer/.

Essas modalidades, investidas em actantes, convertem-nos em papéis actanciais num percurso narrativo, desenvolvimento do programa narrativo básico – o papel actancial corresponde ao actante modalizado: é o sujeito competente, sujeito do querer, sujeito do saber etc (BARROS, 1990). Esse percurso é sempre caracterizado pela forma como a competência do sujeito se relaciona com sua performance. Assim, existem sujeitos que não-querem e não-sabem-fazer, mas que depois adquirem uma competência e se tornam aptos a querer e saber-fazer. Do mesmo modo, pode haver sujeitos que devem-fazer mas não sabem-fazer, e tornam-se capazes de saber-fazer, entre outras situações.

Já o destinador é o actante capaz de fazer-ser ou fazer-fazer; ele pode qualificar o sujeito para a ação, dando-lhe valores modais de querer-fazer, dever-fazer, saber-fazer e poder-fazer (BARROS, 1990). É dessa forma que o destinador é frequentemente classificado como manipulador ou julgador: sua esfera de ação é da ordem do convencimento, do contrato, da persuasão ou ainda da avaliação.

Essas diferentes possibilidades podem ser postas no quadrado semiótico da seguinte maneira, dentre outros:

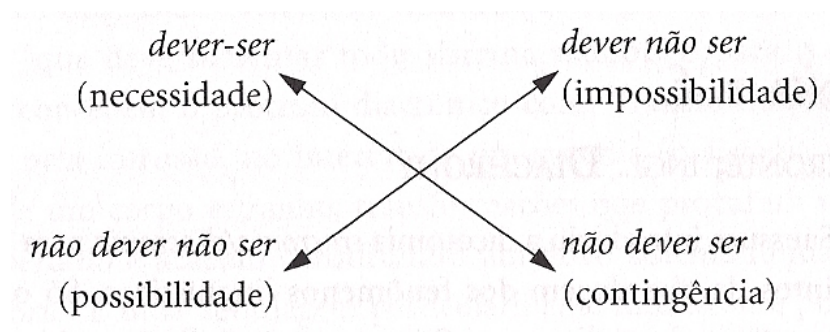


Figura 7

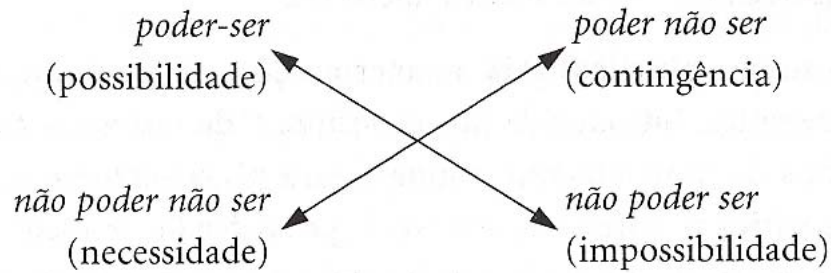


Figura 8

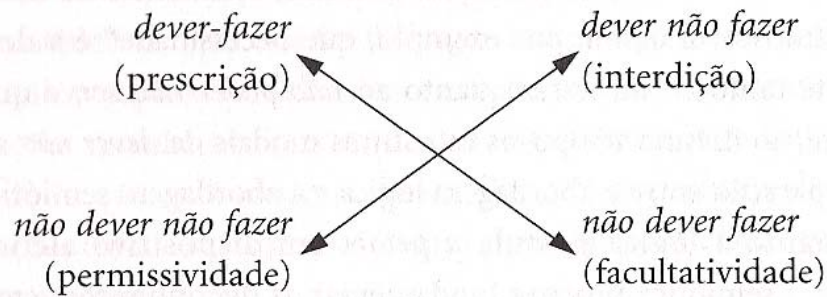


Figura 9

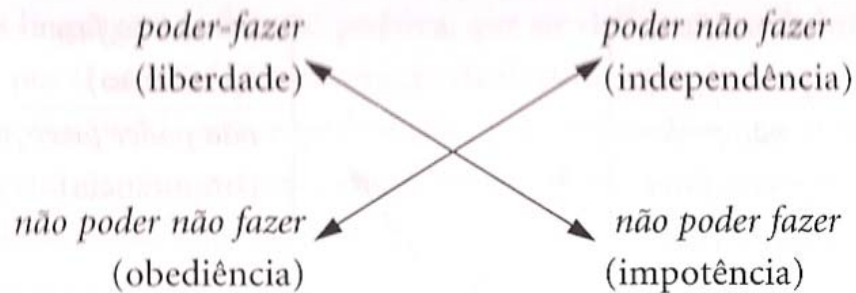


Figura 10

Como se vê, esse jogo de combinações e restrições, descritoras da ação humana no mundo, preenche quadrados semióticos e, nesse eixo, torna-se uma definição estrutural de como o sentido e a vida podem ser pensados pelo viés greimasiano. Concebidas dentro das possibilidades mesmas do quadrado semiótico, essas combinações estabelecem “as restrições semióticas cujas interações regulam nosso caminhar pelo pensamento, comunicação e ação, um trabalho que liga o pensamento às operações da linguagem e que sugere que a mente é a fonte da ação” (KATILIUS-BOYDSTUN, 1990).

Por fim, as modalidades permitem entender os efeitos passionais no discurso:

As paixões simples decorrem da modalização pelo querer-ser. Há paixões em que o sujeito quer o objeto-valor, como na cobiça, na ambição ou no desejo; outras em que o sujeito não quer o objeto-valor, como na repulsa, no medo ou na aversão; outras ainda em que ele deseja não ter certos valores, como no desprendimento, na generosidade ou na liberalidade; e, finalmente, aquelas em que o sujeito não quer deixar ter valores, como na avareza ou na sovinice. As paixões simples diferenciam-se pela intensidade do querer e pelo tipo de valor desejado. O desejo de valores cognitivos caracteriza, por exemplo, a curiosidade ou o querer-saber (BARROS, 1990: 48).

Outras situações passionais são a decepção, que gera efeitos de amargura, desilusão e desengano, quando contratos são rompidos, por exemplo. A frustração gera o efeito de insatisfação. Os efeitos contrários, gerados por situações de satisfação e confiança, geram efeitos de alegria e felicidade, ou esperança e ilusão, ou ainda amizade e estima, quando o sujeito consegue o objeto ou confia no outro. Já a insatisfação pode gerar efeitos de hostilidade, antipatia, aversão, ou raiva, cólera e rancor (BARROS, 1990).

As paixões, enfim, sejam simples ou complexas, “se explicam como uma configuração modal sustentada pela organização narrativa” (BARROS, 1990: 52). O exame dessas paixões, sob a forma de percursos modais, permite galgar a organização semântica da narrativa, que se configura pelos “estados de alma” dos sujeitos; ao longo do relato, eles entram em contato com uma série de organizações modais e aí são modificados em suas competências e fazeres. É claro que a análise em torno dessa organização semântica da narrativa pressupõe um conhecimento de sua organização sintática básica, que o modelo actancial permite explicitar.

Adiante, vamos concluir de que maneira os assuntos trabalhados neste capítulo nos remetem à nossa problemática inicial e nos permitem chegar ao entendimento mais próximo do que é leitura, ao mesmo tempo em que vamos entendendo a proposta epistemológica greimasiana para a abordagem da construção da significação.

### **2.2.3 Estrutura elementar da significação: o sentido entre a imanência inconsciente e as tensões dramáticas**

Neste capítulo, vimos que a proposta greimasiana para o entendimento do sentido se funda no pressuposto de que todo enunciado tem um dispositivo imamente, virtual e lógico, anterior a sua manifestação. Como estratégia geral de investigação, “quase todo o edifício greimasiano se apoia na hipótese ‘forte’ de que as estruturas sêmicas são anteriores a suas múltiplas manifestações, (...) e que a semiótica deve ocupar-se unicamente do funcionamento textual interno” com vistas à coerência da teoria (MANGIERI, 2006: 94).

O enfoque nos sistemas de relações, na lógica das diferenças, “deixando à margem (ainda que não completamente de fora) a substância dos signos” (MANGIERI, 2006) revela a fidelidade da proposta greimasiana ao projeto de Saussure.

A ciência da significação à maneira de Greimas, como vimos, tem como base a definição de uma lógica do sentido – para isso é necessário postular a existência das estruturas sêmio-narrativas, que têm papel fundamental na constituição desse estatuto lógico, trabalhando já “abaixo” do texto e determinando a percepção da significação. Elas traduzem a maneira de ser fundamental de todo objeto semiótico, são sua “condição primeira de existência” (GREIMAS *apud* MANGIERI: 2006).

As estruturas sêmio-narrativas se caracterizam por um componente semântico e outro sintático. Semanticamente, o que determina a construção do sentido (ou sua reconstrução, quando da leitura), são as categorias universais, cujo estatuto é mental e lógico. Herança da antropologia de Lévi-Strauss, essas categorias são inconscientes e permitem ao homem “enformar” o mundo à sua maneira. Caracterizadas por uma oposição entre dois termos logicamente contrários, elas opõem termos ao mesmo tempo discrepantes e parecidos – por meio dessa categorização, atividade primordial da “leitura humana de mundo” (GREIMAS, 1984), é possível tecer o sentido, visto que ele não é nada mais que uma diferença.

No entanto, é apenas no âmbito da sintaxe que esse conteúdo semântico pode tomar forma – se as categorias semânticas, representáveis em quadrados semióticos, correspondem ao estado *a priori* do discurso (herança do racionalismo francês, como assinalamos), elas precisam se submeter às pressões sintáticas e forças da combinatória por meio das quais o conteúdo se torna factível e transmissível.

Aí entram os actantes, organizados em um modelo que parte do núcleo sintático do predicado (sujeito vs objeto) e se expandem até outras duas possíveis categorias, e aí se alojam como “algoritmos”, dando origem a “sequências canônicas” que funcionam como descrição dos programas narrativos e das estruturas modais (querer, saber, poder, dever) (MANGIERI, 2006: 100).

O modelo actancial constitui, também ele, um paradigma e é em função do “objeto da busca” que o sujeito pode ser definido. Sua configuração nos “recorda, sem dúvida, a estrutura dramática básica do teatro ocidental e nos convida a ver a produção do sentido como uma ação dramática contínua” (MANGIERI, 2006: 101), resultado de uma rede tensional, onde as ações são descritas como fruto de tensões geradas entre interesses e paixões contrários dos actantes. É nesse sentido que “sujeitos de estado devem converter-se em sujeitos do fazer para modificar sua situação inicial” (*idem*).

Se, por um lado, o actante é um elemento funcional e lógico da narrativa, as personagens que realmente saem em busca de valores e modificações de estados (seja no relato ou no mundo natural) são, na terminologia greimasiana, “atores”. É na figura do ator (e também em elementos de tempo e espaço) que encarna “a condição dramatológica virtual da significação elementar” (*ibidem*). Os atores também “reúnem e acoplam em uma figura significante os papéis passionais, actanciais, temáticos e modais. Eles dão aspecto a essas dimensões constituindo o espaço próprio da enunciação: espaço imprescindível de articulação entre as estruturas semionarrativas e as estruturas textuais (o texto manifestado)” (*ibidem*).

Essa visão de personagem como ator que “encarna” um sistema virtual de operações lógicas se deve à proposta greimasiana alinhada ao estruturalismo e a Vladimir Propp. A visão proppiana de que a narrativa é, acima de tudo, um sistema auto-organizado, fechado e “pancrônico” (LOTMAN, 1984) estimula Greimas a dedicar, no percurso gerativo do sentido, um componente sintático profundo que permite analisar o crescimento do relato não como sucessão cronológica de estados, mas como modificações impostas por posições e relações lógicas opositivas. Essas mesmas posições geram um mecanismo de tensões que explica os estados de alma (paixões).

Insistimos nesse ponto porque ele nos permite mais uma conclusão acerca do sentido de acordo com a visão greimasiana: “é uma descrição do mundo do sentido como ‘conflito’ tensional, que se desdobra do espaço virtual (abstrato) do nível sêmio-narrativo, até o espaço das performances figurativas da enunciação” (MANGIERI, 2006: 101). O percurso gerativo do sentido é, portanto, a descrição de um quadro tensional pelo qual as categorias semânticas universais tomam forma no texto circulando como valores. A leitura fica assim caracterizada como movimento de análise desses conflitos narrativos, tendo por base os mandamentos da estrutura mais profunda. Isso nos permitirá entender as leituras-análises que escolhemos para o próximo capítulo.

Fruto desses movimentos tensionais, originados no jogo de posições actanciais e relações lógicas, a enunciação e a comunicação ficam também entendidas como conflito e jogo de interesses: aí se fundamenta a noção de comunicação como manipulação ou contrato estabelecido entre as duas instâncias da enunciação. No cenário de investigação em que estamos (Comunicação – Jornalismo), podemos entender que o produto jornalístico se oferece ao leitor como simulacro cujas marcas internas de “parecer verdadeiro” devem ser lidas para assim receberem um estatuto de verdade. A “realidade” contada pelo texto é mais da ordem da eficácia do que da verdade externa.



Assim podemos assinalar a relação entre a estrutura elementar da significação (mais especificamente, sua fundamentação epistemológica e funcionamento lógico) e o conceito de leitura, tendo por base a proposta greimasiana de estudo da significação: como exercício de raciocínio que busca explicitar relações em todos os níveis textuais, a leitura (em movimento contrário à estruturação do texto) realiza-se em graus de abstração (MANGIERI, 2006) a partir da superfície manifesta até valores e lógicas profundos. É uma operação sensível de categorização dos elementos do mundo, pela percepção de diferenças, que só permite alcançar o sentido porque este remete a categorias opositivas mentais e organizações sintáticas básicas (e inconscientes), inerentes ao modo como o homem lida com o mundo.

Vemos aí as influências do racionalismo francês (sentido estabelecido em relação diádica texto-mente), do estruturalismo de Lévi-Strauss (categorias semânticas mitológicas inconscientes e universais, como pregnâncias psíquicas), da semiologia de Saussure (sentido apreendido por diferenças relacionais) e da narratologia de Propp (estrutura invariante de posições sintáticas responsável por colocar em processo os valores semânticos paradigmáticos).

Por fim, explicitar as estruturas e as transformações operadas sobre elas, o que resulta no texto acabado, é o papel fundamental da leitura. Dentro dessa semiótica de tradição estruturalista, conhecer as estruturas profundas é basilar, não só para entender o que é leitura mas também para perceber que é esse mesmo processo de manifestação e retorno à imanência que governa o relacionamento do homem com o mundo e dita a construção do sentido nas mais variadas formas.

No próximo capítulo, munidos do conhecimento de tantos conceitos operatórios, vamos estudar quatro análises construídas por autores que trabalham com a matriz greimasiana, procurando entender as questões levantadas e os caminhos escolhidos por eles no entendimento de como a significação se manifesta nos textos analisados.

### CAPÍTULO 3. COMPREENDENDO ANÁLISES GREIMASIANAS

O propósito deste capítulo é permitir uma reflexão a partir de quatro análises. Deste modo, observamos de que forma o “edifício teórico” reorganizado por Greimas (HÉNAULT, 1997) sustenta-se servindo a uma série de diferentes leituras, não como técnica ou ferramenta, mas como exercício de pensamento acerca de diversas questões que englobam o mundo humano e a produção de sentido.

Vamos, então, apresentar os principais pontos discutidos em um corpo de análises que vem de diferentes comentadores da teoria greimasiana, inseridos em ambientes de pesquisa igualmente díspares. Somados à discussão principal das análises, fazemos comentários próprios, com referência a outros autores, de como entendemos o debate e como ele pode ser sustentado pelas questões já apresentadas neste trabalho.

Nesse sentido, a primeira análise que apresentamos é uma leitura de uma pintura do espanhol D. Velázquez, “Anciã fritando ovos” (ou *Vieja friendo huevos*, 1618). A análise foi elaborada por Ignacio Assis Silva, apresentada em 1980 como atividade de pesquisa em Paris, sob o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), além de publicada na revista *Actes sémiotiques – documents II*. A versão que consultamos está no livro *Semiótica plástica*, organizado por Ana Cláudia de Oliveira.

A segunda análise é um estudo de anúncios classificados que propõem relacionamentos interpessoais – sejam amorosos ou sexuais – realizado pela professora Elizabeth Bastos Duarte, do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A terceira e a quarta análises fazem novamente uma reflexão sobre duas pinturas, mas com recortes diferentes. A primeira é um estudo sobre uma indeterminação semântica em um quadro de Peter Paul Rubens (O caçador da lança partida, 1616), realizado pelo professor colombiano Rocco Mangieri e publicado em 2006 no livro *Tres miradas, tres sujetos*. Dentre os muitos pontos levantados pela análise, vamos focar sobretudo aquele que discute a estrutura actancial do quadro.

A outra é um estudo da intertextualidade na pintura a partir de uma obra do alemão Holbein (Os Embaixadores, 1533, pintado em Londres), publicado em 1984 na Universidade de Urbino, Itália, pelo professor Omar Calabrese.

### 3.1 VIEJA FRIENDO HUEVOS: UM FRITAR DE OVOS COMO MEDIAÇÃO ENTRE NATUREZA E CULTURA

Nosso objetivo ao abordar essa análise é verificar de que maneira um estudo propriamente linguístico de um texto plástico pode dar conta dos processos que o fazem significar. Nesse sentido, o analista chama a atenção para o fato de que *Vieja friendo huevos* (doravante VFH) é uma reunião de desencontros orientados pelo dinamismo da pintura, pela representação da gestualidade, dos olhares e da distribuição dos objetos em cena, como podemos ver abaixo:



*Figura 11*

Frente a esse conjunto de desencontros, o recorte operado pelo analista recorre a dois procedimentos básicos: “ficar no interior do quadro” (SILVA, 1980), tomando-o como *corpus* fechado, sem recorrer a quaisquer informações externas, trabalhar na desintegração figurativa da pintura para “resgatar as tensões subjacentes” e entendê-las como “suporte para um desvio semântico” (*idem*). São os eixos profundos, entendidos como tensões, como orientações de percursos, que organizam a superfície figurativa do quadro.

Silva opta também por encarar o quadro como reunião de ações, não de figuras estáticas. Isso corresponde a negar a ideia de que o sentido da imagem corresponde necessariamente a uma frase (BARTHES, 1985), desalojando-o das influências da língua natural. Nesse cenário, o analista refere-se aos objetos não como termos-objetos em si, mas como encontros de cor, forma e articulação de direções, tensões e lugares. Esse olhar é o que dá a tônica de toda a análise.

O interesse então passa para os eixos, para o movimento e para a expansão (na categoria condensação *vs* expansão) – “essa leitura não quer revelar ‘o’ ou os sentidos de VFH, mas um certo sentido, isto é, o sentido relativo ao percurso, relativo à direção” (SILVA, 1980).

No entanto, falar sobre o movimento (ação que envolve espaço e tempo) impõe a dificuldade de abordar o fator tempo, que, no âmbito da semiótica plástica, não é considerado como categoria ou eixo semântico da expressão (ao contrário das categorias topológicas, cromáticas, eidéticas). O tempo pode ser considerado na imagem apenas no âmbito da linha – “o fator tempo intervém desde que um ponto entra em movimento e se torna linha” (KLEE *apud* SILVA, 1980). Justifica-se aí a abordagem, central nesta análise, da linha como figurativização de um eixo subjacente e que participa na estruturação do quadro em conjunção com o olhar do leitor.

Essa percepção se dá ao fim de três momentos: 1) a desconstrução que busca os componentes ou categorias formais subjacentes – etapa onde “os ritmos e os dinamismos são desfigurativizados e aproveitados como relações” e cada gesto é visto como função de base que atravessa os objetos representados na tela e os projetam para diante, “tecendo de certa forma a estrutura do quadro” (SILVA, 1980) –, 2) a (re)construção da forma onde se restitui às figuras o “direito participante na construção do quadro” (*idem*), e 3) o momento da leitura simbólica ou mítica, etapa em que os procedimentos de veridicção do texto ajudam a compreender a maneira como os conteúdos semânticos podem nele ser percebidos.

A análise começa a decomposição figurativa pelo desencontro relacional entre os rostos da mulher e do rapaz, disjunção que é “um desvio significativo” (*ibidem*), além de lugar da gênese dos tipos de relação que ligam os elementos em cada plano da imagem, visto que a figura da anciã, decomposta em unidades mínimas do significante (linha / diagonal / orientada / direita → esquerda) e do significado (movimento / separação / tendência ao inferativo) “nos obriga a dividir o quadro diagonalmente num primeiro plano constituído pela mulher e pelos objetos dominados por sua figura, oposto a um segundo plano formado pelo fundo negro de onde emerge o rapaz” (*ibidem*).

As duas faces, lidas em termos de aspectos mínimos, ficam assim representadas (*ibidem*):

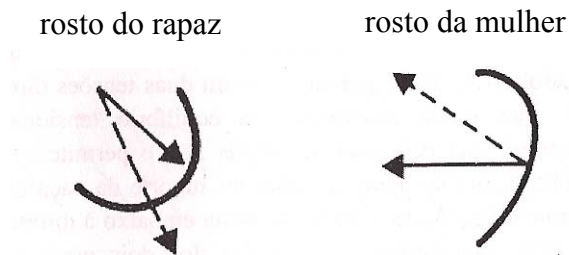


Figura 12

As faces podem ser entendidas como manifestações plásticas de traços nucleares topológicos, como /frontalidade/, /inferatividade/, /perspectividade emergindo/voltado para fora/ (rosto do rapaz), ou /lateralidade/, /superatividade/, /perspectividade emergindo/voltado para dentro/ (rosto da mulher). Assinalar esse desencontro já permite ao analista um segundo movimento: localizar o espaço da enunciação no quadro e perceber como se dá a geração de um leitor abstrato, pela elaboração de um olhar externo (e que não deixa de ser interno, próprio à imagem).

Vamos por partes. O desencontro entre os olhares das personagens marca, também e de certa forma, uma conjunção, visto que a senhora, apesar de cozinhar os ovos, não os olha, olha para o rapaz. Este, por sua vez, “despreza” a ação da mulher porque observa algo fora do quadro – no entanto o nariz (figurativização da direção de seu rosto) aponta para a panela onde estão sendo fritos os ovos. A panela torna-se então um ponto de convergência, visto que a mulher também a aponta com o eixo indicado por suas mãos. A cena representada pela pintura pode ser entendida por um triângulo cujos vértices A, B e C correspondem, respectivamente, ao rapaz, à senhora e à panela (*figura 13*).

Todavia, e agora entramos no papel fundamental que o leitor construído (e a leitura pressuposta) tem no reconhecimento desse processo, o cozinhar praticado pela mulher só pode ser reconhecido no apoio da categoria (da expressão) englobado *vs* englobante. Ora, o primeiro plano onde está a mulher – e onde o cozer de ovos é desenvolvido como gestualidade, em posição central – se deixa englobar pelo segundo plano, o fundo escuro de onde emerge o rapaz. “Trata-se, aqui, de uma gestualidade narrada (enunciada), isto é, uma gestualidade vista pelo espectador (e pelo pintor) a partir do espaço englobante. Nestas

circunstâncias, uma tal gestualidade só tem sentido quando se projeta para fora do quadro” (*ibidem*). Ao mesmo tempo, porém, a formulação desse enunciado está também no texto mesmo: a figura do rapaz se torna o centro elaborador do leitor abstrato e, por isso, das ações que são descritas e vistas. O espaço englobante, onde se formula o leitor, torna-se o vértice D de um segundo triângulo que tem como base os vértices A e B, assim (*ibidem*):

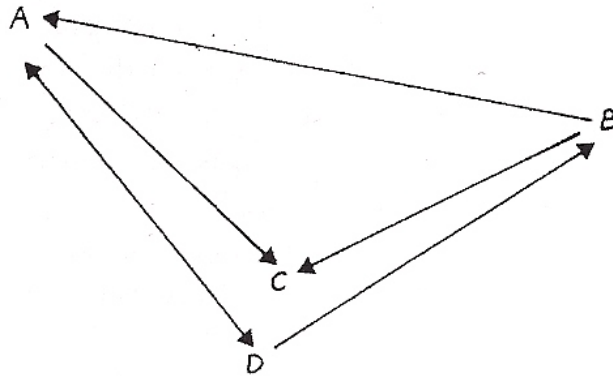


Figura 13

O vértice D instaura o triângulo ABD como o espaço da enunciação, o espaço onde pintor, leitor e texto entram em relação, ao passo que ABC é propriamente o triângulo que representa o espaço do enunciado em si. Esse esquema permite concluir que um não pode existir sem o outro, visto que o texto não pode gerar-se sem a participação do leitor que o próprio texto trata de construir. “Só assim, pela enunciação enunciada, ostensivamente manifestada pelo olhar do rapaz, é que nós reencontramos a anciã” (*ibidem*).

O reencontro com a figura da mulher é momento crucial para a geração da leitura como percurso, reorganizando as relações do quadro (entendidas como tensões) que, como assinalado, não param nos objetos, ultrapassam-nos estruturando a pintura pela própria direção do olhar. No âmbito gerativo-abstrato, é isto a leitura desta imagem: organização de tensões subjacentes que impulsionam o olhar e resultam na própria distribuição dos objetos representados na tela. No âmbito empírico, do mundo manifestado, a leitura é o olhar efetivo.

Nesse panorama, o analista ocupa-se em encontrar os traços profundos dos quais os objetos pintados são manifestações, procurando entender as oposições que daí resultam e se orquestram na imagem. Relações importantes são assinaladas nesse momento: a oposição entre a manifestação da mão direita do rapaz (F – fechada e estática) e da senhora (E – aberta e dinâmica), decorrente de uma oposição topológica (lugar e modo como são representadas); o peso visual da panela (C) que é “enterrada” na relação com os gestos da mulher, a

inclinação do rosto do rapaz e a garrafa de vinho que ele segura; e a tensão estabelecida no eixo ovo cru – melão, passando pelos ovos (orientação diagonal, /movimento/) cozinhando no interior da panela circular (forma circular sem orientação, /inércia/). “A partir deste eixo, a orientação pela gestualidade começa a dar lugar à orientação pelos contrastes eidéticos e cromático-luminosos: além da passagem da horizontalidade à verticalidade, observa-se uma progressão: do elipsoide ao circular, do pequeno ao grande (massa, peso), do branco ao dourado, do opaco ao luminoso (transparente)” (*ibidem*).

Um esquema da organização subjacente do quadro pode ser assim concebido:

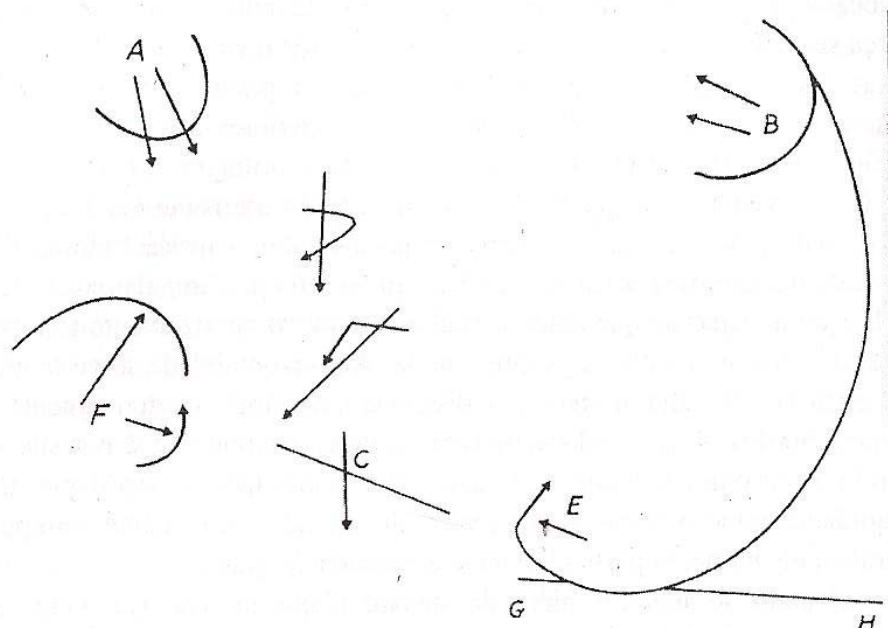


Figura 14

Deste primeiro momento, resta esclarecer que o eixo G – H é composto pelo prato vazio com faca (G) e a extremidade da mesa (H), onde descansam alguns objetos. Este eixo é importante porque, a partir do ritmo estabelecido entre as cores e as formas dos objetos na mesa (o almofariz dourado com pilão diagonal, o prato branco com a faca em diagonal) chama-se atenção para a panela ocre com os ovos fritos em diagonal e o melão amarelo amarrado por um cordão também em diagonal. Assim, a análise volta-se para as relações entre o prato, a panela e o melão e adentra seu segundo momento: o de conferir às figuras (objetos figurativizados) participação na estrutura do quadro.

Prato, panela e melão são articulações no sentido da forma (curvilinidade, concavidade, tendência ao plano ou ao volume) e da direção (aberto para o alto, avançando para o lado etc) que, arrematadas por uma estrutura construída por contrastes cromáticos, formam o percurso branco → amarelo, ao mesmo tempo em que este mesmo percurso

cromático “é modulado pelas gradações de tonalidade como um percurso ‘escuro e opaco’ → ‘luminoso e transparente’” (*ibidem*). Esses percursos remetem a uma oposição ainda mais fundamental (no sentido de estrutura profunda) – claro vs escuro – que comanda a divisão do quadro em primeiro e segundo planos, além de esquerda e direita.

A aspectualização dessas articulações – isto é, a descrição do enunciado como “marcha”, ‘desenvolvimento’” por meio de um “ponto de vista sobre a ação” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 39) – leva o analista a concluir, a partir de um olhar sobre o cromático-luminoso, que a forma “é atraída por uma tensão destrutiva para o nada (caos) que é a brancura indiferenciada da tela” e que “a esta força se opõe a tensão construtiva para o estado diferenciado (cosmos [organização]) de brancura (=luz) vs negrura (=obscuridade)” (SILVA, 1980). Ou seja, em VFH, as articulações eidéticas, cromáticas e topológicas que formam os objetos levam gradualmente, por meio dos eixos e das tensões, a um estado quase máximo de brancura (principalmente do prato vazio), que tem como contraponto a tensão (entre claro e escuro) que constrói a imagem. Sendo um aspecto profundo e lógico do quadro, momento onde tudo começa, essa tensão pode ser entendida no quadrado semiótico:

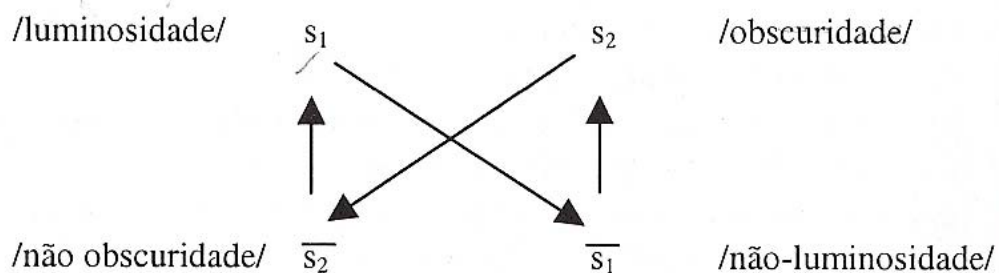


Figura 15

“Estas tensões caracterizam o percurso da anciã como: S<sub>1</sub> → ~S<sub>1</sub> → S<sub>2</sub> e o percurso do rapaz como S<sub>2</sub> → ~S<sub>2</sub> → S<sub>1</sub>. Não luminosidade e não obscuridade não são simples negações; como o afirmativo em si, elas guardam a memória do percurso precedente” (*idem*) – isto é, a senhora (e todos os objetos que se agregam em torno de sua figura) representa o domínio da luz e da cor, mas a direção do seu olhar a afasta dessa manifestação luminosa e a conduz rumo à escuridão do segundo plano, enquanto o rapaz emerge dessa obscuridade e, carregando o melão dourado, inclina-se na direção da claridade. Temos aí a organização basilar de VFH (claro e escuro), cujos semas são negados e afirmados de acordo a direção dos olhares das duas personagens.

Também nesse jogo entre o rapaz e a anciã vamos encontrar o esboço actancial profundo do quadro: a panela “aparece como o lugar de convergência de um verdadeiro



concerto de articulações topológicas e cromático-luminosas. Em nível de enunciado, uma tal concentração de elementos nos indica este eixo como o lugar sintático do enunciado constituído pela gestualidade pragmática [fazer] da mulher” (*ibidem*). Ao passo que a anciã é o sujeito envolvido na ação de cozinhar os ovos (provável objeto de sua busca), o rapaz é o enunciador dessa ação (já que ela se torna visível apenas por intermédio dele) e, na posição de um destinador sancionador, projeta um enunciatário (o leitor) nesse fazer. Seu olhar, enquanto “instala o rapaz como um eu/tu em relação ao espectador, o instaura também como o lugar do enunciador, o qual projeta, por sua vez, o espectador como enunciatário” (*ibidem*).

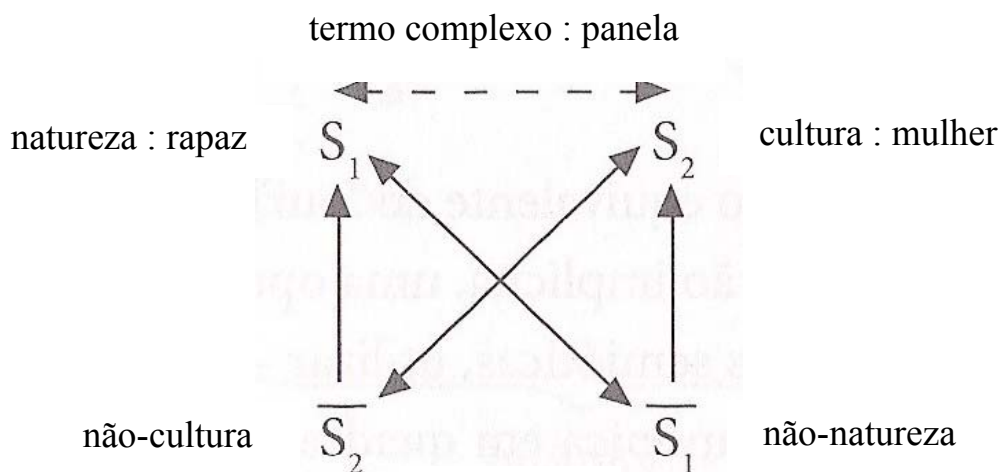
Finalmente, a leitura simbólica do quadro se dá por um movimento que busca compreender os eixos visuais da imagem como conotantes de valores simbólicos, a partir de dois momentos: 1) tomando o eixo prato vazio – melão como “plano de expressão às compatibilidades e incompatibilidades funcionais dos elementos que o constituem”, entendendo-as junto à projeção sobre o melão e o rosto do rapaz, por causa do impulso ascendente que constitui o eixo. 2) “Em seguida esta projeção serve de significante metonímico de uma projeção ainda mais larga, da qual o suporte é a deslocação relacional entre o programa gestual da anciã e do rapaz” (*ibidem*). Isto é, a articulação simbólica que se dá no eixo melão – prato vazio acaba por se aplicar a todo o quadro, pela projeção dessa mesma articulação sobre a relação entre a senhora e o rapaz.

Esse movimento pode caminhar junto à referencialização interna das figuras representadas, porque a representação icônica é uma das maneiras de se construir um referente interno. É o momento de considerar que a figuratividade do quadro é, então, um efeito, produto desses eixos subjacentes que tornam as figuras “orientadas para o mundo natural” (*ibidem*). O texto-imagem constrói-se como icônico, por um “efeito de conotação veridictória, relativa a uma determinada cultura, que julga certos signos ‘mais reais’ que outros, e que conduz, em certas condições, o produtor da imagem a se submeter às regras de construção de um ‘faz de conta’ cultural” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 254). Sob tais circunstâncias a relação entre as duas faces pode ser lida como natural, “sensata” (SILVA, 1980), assim como a distribuição dos outros objetos em cena.

Dando continuidade à análise da representação dos objetos e das figuras que tendem a um efeito de verdade, resta perceber que, em termos simbólicos, as figuras distribuídas pelo cenário podem orientar-se a partir de uma categoria semântica profunda “natureza vs cultura”. Quem figurativiza sobremaneira essas categorias são a anciã e o rapaz, peças-chaves na constituição simbólica do quadro porque são, ao mesmo tempo, o centro organizador de sua veridicção. Fica posto que, do lado da anciã, predomina o cultural (artificial), governando “as

articulações que a caracterizam como ator-sujeito do cozinhar e como ator-sujeito do olhar” (*idem*), ao passo que toda a pintura “surpreende o momento intermediário” desse cozinhar que leva do natural ao cultural – “por um lado, ele é a negação do natural, carregado da memória do termo negado; por outro, ele é uma afirmação que aponta para o cultural” (*ibidem*).

Do lado do rapaz, que é o oposto da anciã em termos plásticos, fica a pregnância do “natural”, dirigindo as articulações que o tornam sujeito do levar e do olhar. Sua postura fechada, retida de certo modo, deixa-o parecer “como um sujeito concentrado no fazer cognitivo [olhar] que o liga ao espectador” (*ibidem*). A pintura tem também um termo complexo, reunindo características dos dois domínios: a panela não só representa uma transição – cozinhar – que leva os ovos crus (natureza) a serem cozidos (cultura), como também é o ponto central de um eixo que comunica polos opostos (o lado direito e o esquerdo do quadro). No quadrado semiótico, a semântica básica da imagem pode ser assim pensada:



Semanticamente, a panela representa uma transição, e não só: plasticamente ela também pode ser lugar de desencontro, do ponto de vista da gestualidade, enquanto do ponto de vista visual formal (cores, formas, gradações) é um ponto de passagem (*ibidem*). Mas em todos os âmbitos, a panela é o fator tempo no quadro: semanticamente, pela transformação progressiva dos ovos fritando; sintaticamente, pelas tensões que a tornam ponto intermediário do desencontro e da passagem. Esse aspecto de transição vem fortemente apoiado pelo desencontro dos olhares, instaurando esta imagem como representação de um momento fugaz de desordem e tensão, “ação necessitada pela passagem em catástrofe de um estado a outro” (*ibidem*).

Enfim, o interessante na proposta desta análise é entender uma composição plástica como motor de um movimento, como força que leva de um estado a outro, não apenas ao

nível da representação, mas em termos de como ela é gerada. A análise das tensões subjacentes tem seu lugar, porque são sugestões de percursos que se completam na leitura, ao mesmo tempo em que a geram. São elas, associadas aos ritmos das formas e das cores, que funcionam de suporte para um desvio semântico.

E assim a análise é construída: o interesse sobretudo nos contrastes e nas oposições (pois é disto que é feita uma estrutura e, portanto, o sentido) leva à pressuposição de uma organização subjacente que se realiza na superfície sensível, e a constituição dos eixos “abaixo” do quadro é que ditam as regras. Nesse cenário, torna-se uma descrição do próprio fazer imagem, da própria geração de sentido e de conflitos, focada na ação e interessada em uma visão verbalizante do texto – visão orientada pela linguística que busca os processos de constituição do efeito de temporalidade no discurso.

A proposta greimasiana encoraja o analista a supor que a temporalidade está na própria imagem levando à negação de qualquer motivação externa – as relações do mundo natural, que motivam o efeito de representação, estão geradas também dentro do discurso e é por isso que se pode falar em um efeito icônico. O sentido é assim descrito em um movimento diádico e cíclico: o texto gera sua leitura, mas a realização da leitura começa no texto e termina dentro dele – enunciado e interpretação compõem uma tessitura cujas partes só podem existir em interdependência.

A próxima análise que vamos comentar não trabalha em níveis puramente internos – ao contrário, busca entender como vivências externas ao texto deixam nele seus registros.

### 3.2 *PROPÕEM-SE CONT(R)ATOS IMEDIATOS: A CARÊNCIA AFETIVA NA BUSCA PELO OBJETO-VALOR*

Esta análise é um estudo de anúncios classificados que propõem relacionamentos interpessoais, sejam afetivos ou puramente sexuais, como o que segue: “procuro uma gatinha meiga, sensual, de bumbum arrebitado e que tenha fantasias de conhecer um rapaz bem dotado para irmos juntos a um motel e vivermos divertidas fantasias (...)” (DUARTE, 2000). Em geral, essas tantas propostas se constroem a partir de parâmetros culturais, e a proposta da autora é, nesse recorte, assinalar “que valores são esses e como eles se fazem texto” (*idem*).

Se o corpo humano, como força primitiva, orgânica e, acima de tudo, orientada para a procriação, é constantemente regido por aspectos do domínio da *natureza*, é também pelo domínio da *cultura* que ele se faz perceber nos meios sociais. “Estão aí chinesas de pés aprisionados em sapatos de cobre, mulheres-girafas de pescoços que se alongam pela

superposição de anéis, ocidentais – madonas de músculos desenhados com horas de musculação em academias. (...) Sob a aparência do natural, há uma parafernália de artefatos” (*ibidem*) – são todos esses adereços que instauram a indústria da beleza como verdadeira destinadora, sendo ela a única capaz de arranjar os meios para que os sujeitos realizem seus desejos.

Porém, nem sempre isso é o bastante – às vezes as carências são satisfeitas por outros meios, pela projeção ou construção de uma imagem ideal em outros sujeitos e na busca por relacionamentos interpessoais. A reelaboração do próprio corpo torna-se fundamental nesse processo: “reconhecer a própria imagem é um ato de liberdade que supõe aceitação do corpo não mais como *sentido* ou como um ser para si, mas como *visto*, como um ser-para-outrem, o que remete circularmente à Cultura” (*ibidem*).

Nesse panorama os anúncios classificados podem ser enquadrados especialmente quando propõem relacionamentos entre pessoas, em que um sujeito explicita os objetos de sua busca, que não é “o público em geral, mas segmentos ou pessoas interessadas, informando sobre a existência de algo disponível” (*ibidem*). O que é anunciado “é uma intenção, a afirmação de um desejo, apresentada sob a forma de uma proposta”, em um texto simples em que podem ser lidos os “mecanismos psíquicos, culturais e sociais implicados na construção da imagem corporal” (*ibidem*).

Além disso, esses anúncios têm todos uma característica comum: registram uma *falta* que aparece em verbos como “desejo”, “procuro”, “quero”, “preciso”. A partir dessa carência constrói-se uma proposta, um contrato a ser aceito ou não, o que consiste na própria comunicação humana – “toda proposta é metáfora do ato comunicativo, toda proposta se materializa num processo de significação” (*ibidem*) e que só pode ocorrer entre duas instâncias pressupostas: “morena, 30 anos, liberal, carinhosa, de boa aparência e multiorgástica, deseja conhecer homens, casais e mulheres bissexuais ou não para encontros sociais e íntimos” (*ibidem*).

A geração do texto é também o momento em que se selecionam os leitores possíveis. “Toda proposta pressupõe um proponente (destinador, emissor) e um proposto (destinatário, receptor), ambos devidamente qualificados. Se não preencherem os pré-requisitos, é-lhes vedada a participação. É interessante tentar imaginar o que se passa nessa relação enquanto prescrições, interdições e/ou pressuposições lógicas” (*ibidem*). O leitor-“alvo” da proposta vem cercado de atributos: “solteiro, 35 anos, (...) procura moça católica praticante, solteira, não-fumante, para namoro e compromisso sério” (*ibidem*).

Como vimos, a proposta greimasiana sugere que por trás do anúncio explícito existe uma estrutura fundamental de actantes necessariamente contrários em termos de competências e necessidades. Essa estrutura simples, seja sujeito *vs* objeto ou destinador *vs* destinatário, constitui-se de oposições lógicas que se realizam, na superfície, como sujeitos em busca de um amor ou de um ato específico que algum outro sujeito guarda consigo.

O texto torna-se em si mesmo o lugar onde os termos do contrato podem ser lidos; é onde as instâncias da comunicação estabelecem um encontro, e a partir desse encontro se conhece o que se passa entre eles no “mundo natural”. “Toda proposta se estrutura como um percurso de qualificação, aquisição ou doação de competência. São qualificados os atores textuais e o próprio desenrolar da ação futura que fica, de antemão, regida por um contrato. A ação virá depois, é posterior. Não faz parte do texto, embora seja normatizada por ele” (*idem*).

A análise de diferentes anúncios demonstra diferentes modalidades de proposta: podem valorizar o sujeito que busca o objeto (“Sexo com carinho é o que procuro. Sou moreno claro, solteiro, (...) desejo conhecer mulheres solteiras, casadas ou separadas (...), não admito drogas”), ou o sujeito que se oferece como objeto da busca de alguém (“Gata bem safadinha, sensual, fogaosa, linda, loura, cabelos longos, olhos azuis, meiga, 21 anos, modelo, 167 cm, liberal, procura as delícias do sexo com muita ternura”).

A autora se vale de três quadrados semióticos para entender o arranjo semântico, em diferentes instâncias, dos anúncios, com se vê abaixo (*ibidem*):

## Sobre relacionamentos

### Quanto ao sentimento

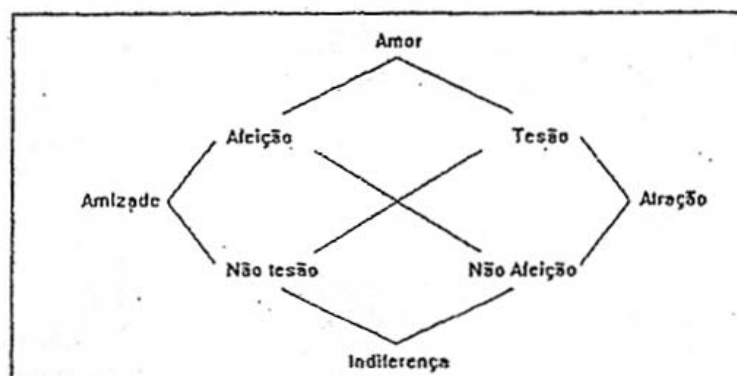
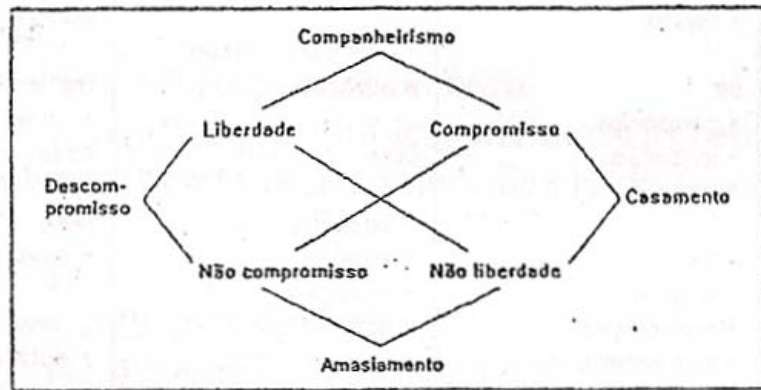


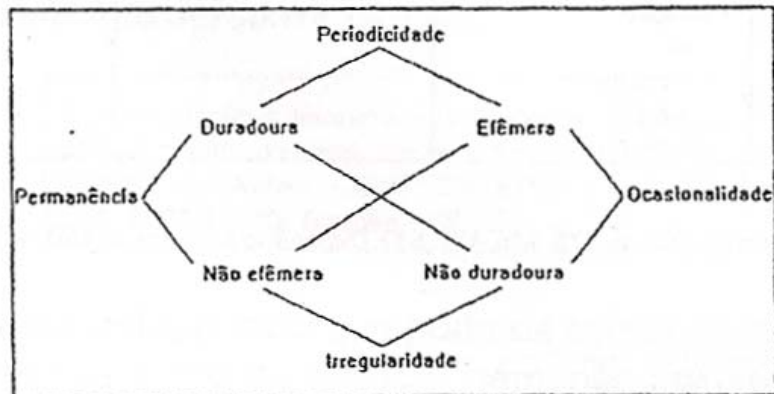
Figura 17

### Quanto à estrutura



*Figura 18*

### Quanto à duração



*Figura 19*

Cada termo nesses quadrados semióticos é uma unidade mínima de sentido que, sendo negada ou afirmada, é levada a circular no texto como valores que os sujeitos propõem ou recusam. É nesse sentido que se pode falar de relacionamentos duradouros que buscam o companheirismo (“Procuro homem livre, bom nível cultural. Sou mulher de 42 anos, alegre, querendo encontrar um companheiro para passear, viajar, dançar etc”) ou uma relação efêmera, livre e sexual (“Homem elegante, bonito, charmoso, bronzeadíssimo, ardente e criativo, deseja contato com casais para troca de experiências, sem envolvimento, só prazer e amizade”).

Por fim, a análise propõe entender os relacionamentos interpessoais como orientados para o contrato, para um acordo onde entram em jogo o não poder ser, o querer ser, o querer fazer, o não poder fazer, o saber fazer etc. Tantas organizações modais opõem sujeitos

logicamente contrários e os motivam rumo ao intercâmbio, sendo o texto-anúncio o lugar onde essa busca pode ser socializada e lida.

Além disso, essa análise nos remete a dois aspectos da episteme greimasiana já levantados neste trabalho. O primeiro deles é o olhar sobre o texto como simulacro (SANTAELLA; NÖTH, 2004) – sendo assim, o corpo (de si e do outro) representado no texto é também um simulacro, “um corpo moralizado pela sua cultura, um corpo de todos” (DUARTE, 2000: 41) que não representa um corpo físico, mas é um todo autônomo e construído com a finalidade de gerar efeitos de sentido e impulsionar vontades. O segundo aspecto é a geração do sentido como processo de tensão dramática (MANGIERI, 2006), de conflito ocasionado por interesses que se chocam e só se realizam depois de provas e sanções.

Nesse sentido, a pessoa que escreve um anúncio é sujeito de uma busca (sujeito vs objeto de desejo), mas ao mesmo tempo é destinadora dessa busca porque é ela quem sabe o que quer e quem pode sancionar ou julgar essa mesma ação. Essas conclusões só são possíveis a partir do ponto de vista – que perpassa toda esta análise – que privilegia as oposições binárias na formação do sentido. É assim que se pode falar na textualização do corpo como negação de todos os elementos que não o constituem, e do relacionamento interpessoal como costura de relações opositivas (“é interessante tentar imaginar o que se passa nessa relação enquanto prescrições, interdições e/ou pressuposições lógicas”).

Na próxima parte, vamos comentar uma análise plástica em torno de uma indeterminação semântica gerada também por um conflito sintático em torno de lugares actanciais.

### 3.3 ¿QUIÉN CAZA A QUIÉN?: INDECISÃO SEMÂNTICO-ACTANCIAL EM UMA PINTURA DE RUBENS

Entre as obras do pintor barroco Peter Paul Rubens, observa-se um número razoável de imagens de caça, uma das quais serve de provocação para uma análise realizada pelo professor Rocco Mangieri. O principal interesse por esse quadro vem com a sugestão de catástrofe por “um dos caçadores de torso desnudo, o da lança partida, localizado abaixo e à esquerda, praticamente congelado, petrificado frente ao cruzamento de olhares com um furioso javali selvagem” (MANGIERI, 2006: 157), como se vê na imagem abaixo:



*Figura 20*

O efeito de catástrofe é o ponto fundamental desta análise porque “tende a confundir em um primeiro momento os papéis e as posições das figuras: já em suas composições pictóricas realizadas a partir de algumas obras de Tiziano, Rubens nos acostumou àquilo que semioticamente poderíamos denominar de efeito plástico de indiferenciação entre figuras e actantes” (*idem*).

O analista recorre a uma oposição semântica – natureza *vs* cultura – para entender de que modo o olhar do pintor motiva a construção desse momento caótico. Supondo que a caça seja uma passagem do natural ao cultural, com todo o aparato simbólico que caracteriza as grandes caças, Rubens definiu, dentro desse grande tema, uma caça europeia “(cujo objetivo é a captura de animais de bosque ou montanha, tais como o javali)” e uma caça oriental “cuja figura central é a besta ‘exótica’ e selvagem como o leão, o leopardo ou o hipopótamo” (MANGIERI, 2006: 160).

Em termos de representação, no entanto, as duas conservam essencialmente “o mesmo esquema compositivo e uma configuração do gesto e do corpo muito semelhante e que pode reduzir-se a um tipo estrutural de base” (*idem*). Apesar disso, o ponto de vista cultural em que se localiza Rubens (cultura ocidental) configura, em suas pinturas de caças orientais, um



“efeito plástico de desestabilização, de caos figural, de interpenetração e mescla”, quando ele constrói o mundo da besta selvagem. É assim que a “besta exótica ou selvagem irrompe violentamente no espaço próprio do caçador produzindo um forte efeito de deslocamento e *confusão actancial*” (*ibidem*).

Nesta pintura, o caos e a indeterminação se manifestam pela projeção da expressão assustada do caçador na do javali, a que o autor chama de “efeito-espelho”: “a expressão, mistura e copresença de ira, força e temor é quase simétrica. Inclusive, topologicamente, o perfil humano do caçador é praticamente uma transformação ponto por ponto do perfil do javali” (MANGIERI, 2006: 163). Mas essa manifestação não para aí: a análise evoca o formato de leque formado pelas lanças como representação semi-simbólica de uma catástrofe: “expressa visualmente essa típica indeterminação espacial da posição da presa depois da captura. Toda a cena poderia ser vista como a representação de uma catástrofe de captura com uma ênfase em uma expressão da indeterminação actancial da presa e do caçador” (*idem*).

A nosso ver, o estudo da indeterminação nessa pintura de Rubens permite provocar o modelo actancial enquanto potencialidade de análise. O modelo actancial, como todo modelo formulado dentro de um cenário estruturalista, define o sentido a partir de relações que são possíveis apenas com a definição de *posições*, ordens, sequências. É nesse sentido que sintaticamente um sujeito é pensando em relação a um objeto: um deles ocupa o lugar que logicamente não é o do outro. Não é o que acontece com o *Caçador da lança partida*: o caçador e a besta se confundem em seus papéis e por isso torna-se complicado estruturar suas posições de maneira tão claramente opositiva.

É natural, para os parâmetros da teoria gerativa do texto, que uma indeterminação sintática conduza a uma confusão semântica – se não se sabe o tipo de relação estabelecida entre os sujeitos, não se pode concluir o modo como os valores circulam entre eles. A partir desse ponto de vista (e não apenas desse), o autor busca “redescobrir o significado e sentido do bestial, da animalidade selvagem em alguns quadros de Rubens” (MANGIERI, 2006: 177).

A besta, como centro do quadro, determina um ponto de mistura tanto a nível plástico-figurativo como a nível lógico-semântico (*idem*), e essa ação espalha-se e contamina os outros cantos da pintura – uma porção do animal se une e recobre o lado dos cortesãos-observadores, outra se confunde parcialmente com os cães de caça e seu gesto reflete-se na fisionomia dos caçadores. A correspondência, dando-se entre expressão e conteúdo, motiva um entendimento semi-simbólico entre quatro espaços do quadro (e as figuras que se localizam em cada um deles) e quatro categorias de valores, como proposto no quadrado semiótico abaixo (*ibidem*):

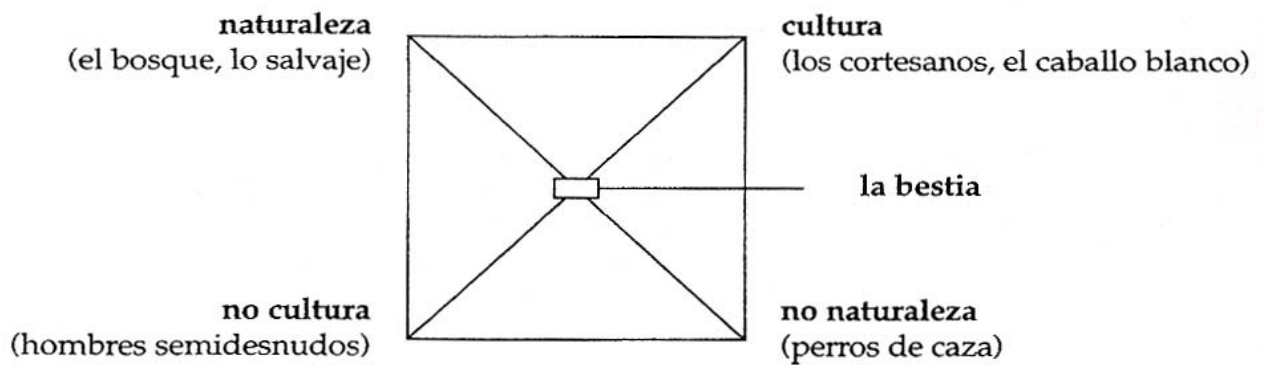


Figura 21

Como se vê, a besta não só tem um lugar central no quadro (no âmbito topológico), como também esse espaço faz que ela irradie sua ação e seu sentido a todos os outros cantos. Nesse caso, o quadrado semiótico “tradicional” precisa ser repensado como maneira de entendimento, visto não dar conta de abordar a continuidade da ação da besta. Esse movimento na análise sugere que

Possivelmente a nível textual e geométrico a figura do quadrado lógico greimasiano não reproduz o sentido do lugar da besta selvagem ainda que topologicamente o faça. É melhor imaginar um tipo de circuito ininterrupto, um “oito” cujo centro ou enlace dos extremos é a figura da besta, e precisamente por essa posição central e “indeterminada” ancora-se o sentido dos extremos (MANGIERI, 2006: 177).

Nesse cenário, o autor marca uma limitação do quadrado semiótico na compreensão do texto como tessitura, enquanto construção e geração, porque o sentido do animal-besta não é gerado em termos de oposições claras entre as unidades mínimas do sentido (às quais correspondem as outras figuras), mas se dá por uma mistura e uma indeterminação mesmo. Também não é uma “soma” entre natureza e cultura (o que a constituiria como metatermo), porque engloba os semas complementares a esses, impregnando sua ação por toda a imagem.

Dessa forma, a limitação dos modelos greimasianos assinala a confusão semântica do quadro e a proposta de efeito de indeterminação, ao mesmo tempo em que não dá conta de discriminar o lugar ou os processos de geração desse efeito. Nesse panorama, gostaríamos de acentuar uma concepção de *geração de sentido* para o qual aponta a análise: a que a concebe como um processo contínuo (“circuito ininterrupto”) em que caiba a indeterminação da figura da besta, ao contrário da proposta greimasiana que enxerga essa mesma geração como operação de negação/afirmação e pressuposição lógica entre um A e um não-A bem definidos.

Identificamos aí um problema da análise estrutural: o estatuto desse caos semântico e sintático não pode ser entendido aqui estruturalmente porque escapa à classificação de

lugares, posições e, portanto, relações<sup>19</sup>. O entendimento da geração do caos passa a ser compreendido de outro lugar. Fica então bem clara a opção por situar a besta no “interior” do quadrado semiótico: entendemos que a análise situa-a em continuidade a todos os elementos do quadro e não em ruptura, além do que, no quadrado elaborado por Mangieri, o entendimento de cada dois vértices passa necessariamente por um terceiro ponto que é a besta.

Por fim, esse caos figurativo e semântico só é possível com a participação do leitor, que se soma à tela pela própria técnica de pintura: “a reconstrução mental e perceptiva do espaço da cena se induz e se dá pelas técnicas e procedimentos estilísticos outorgados pelo volume, textura, cromaticidade e luminosidade dos corpos e não pelos artificios da perspectiva” (MANGIERI, 2006: 171). Além disso, “a grande quantidade de vetores e indicadores dinâmicos (lanças, espadas, olhares, gestos, posições) convertem a ele [ao leitor] em um espectador próximo e ativo à representação” (*idem*). O espaço efetivo da caça é também o centro organizador da leitura, pela atração figurativa e confusão semântica, e pode ser compreendido pela noção de “contrato” que, pensamos, é interessante resgatar neste momento:

Seu homólogo [do leitor] deveria corresponder quase exatamente com a posição escópica daquela dama de pele muito rosa que o olha e, portanto, lhe outorga um lugar: a partir dali (porém do lado oposto à dama) observa-se quase tudo ou quando menos porções do acontecimento que a mesma dama não poderá ver. Estamos, pois, em uma situação de enunciação muito singular, pois uma figura do quadro assinala o lugar externo de um olhar que poderá ver muito mais que o que ela pode ver. Atrever-me-ia a dizer que, estabelecendo uma confiança e uma *cumplicidade com o observador*, propõe-se o verdadeiro contrato do texto: a *transferência de um poder e um saber olhar*. O que ela não pode ver e nós sim é essa cena do conflito, *amalgama actancial e figural* entre o humano e o bestial. É a única atriz (à exceção do tocador de trompa) que não olha e não parece interessada em olhar o centro do quadro. Personagem “flutuante” do enunciado que estabelece um contrato de enunciação com o espectador e que deve ter sido pintada como *alheia* em certo sentido à cena da captura (MANGIERI, 2006: 171).

Resgatamos aqui o estatuto da leitura como aceitação de contrato e participação no jogo – nos efeitos de sentido – proposto pelo texto. O papel da senhora (verdadeira

---

<sup>19</sup> Nesse eixo, Rocco Mangieri traz uma nota que podemos resgatar neste momento. Diz o seguinte: “Jean Petitot, dentro da mesma tendência [aplicar ao texto pictórico as noções da teoria das catástrofes, tal como foi pensada na biologia teórica dos anos 1970], fez provavelmente uma das primeiras leituras ao nível da pintura em um trabalho publicado no livro *Sémiotique de l'espace* intitulado ‘*Saint George: remarque sur l'espace picturale*’. Neste texto Petitot examina a evolução das representações pictóricas do mito de São Jorge e o Dragão, querendo demonstrar que *uma estrutura lógico-semântica rigidamente opositiva não consegue explicar as variações que se produzem entre actantes e localizações espaciais* [grifo nosso]. (...) Petitot mostra que a mudança posicional dos actantes corresponde a mutações dos *papéis*, até o ponto em que o *herói* e o *anti-herói* podem associar-se, fundir-se ou intercambiar seus lugares” (MANGIERI, 2006: 181).

destinadora, actancialmente) é o de transferir um saber ao destinatário (espectador) e é realmente esta a ação do texto na proposta greimasiana:

O ver pressupõe um saber ver que só se operacionaliza na medida em que se adentra na teia de significados que permite, de posse de um saber, atingir um outro, na complexidade em que o saber se apresenta. Então, apenas as transformações das competências cognitivas do enunciatário, modificadas pela aquisição de outras competências sensíveis, o tornam sujeito competente para o desempenho que lhe permite galgar a significação da tela (OLIVEIRA, 2004: 19).

Além disso, gostaríamos de traçar uma semelhança com a formulação interpretativa em *Vieja friendo huevos*: também lá a leitura se prevê na figura do rapaz que olha para fora da tela e se afasta da ação central representada. Seria este um procedimento comum, em artes plásticas, de figurativização da presença lógica (pressuposta) do leitor e dos movimentos interpretativos?

Finalmente, terminamos esta parte do capítulo com um comentário do analista em torno da proposta deste quadro de Rubens, situado no cenário da arte e da cultura do século XVII: é preciso localizar a besta selvagem como signo e lugar semiótico de um *lugar de cruzamento e conflito* (semântico e topológico) da identidade humana, pela “figuração do animal ou da besta como tema central da arte na qual não se trata unicamente de representar àqueloutro que não pertence em absoluto ao meu ser e minha consciência, mas sim, pelo contrário, representar a esse outro, uma forma de *alteridade* que me interroga e na qual me reflito” (MANGIERI, 2006: 181).

Vemos que essa análise caminha por diferentes olhares e nos permite entender que o contexto (como panorama histórico) traz outros entendimentos ao quadro, apesar de ele poder ser analisado apenas em termos de sua estruturação sintático-semântica. Enfim, precisamos sublinhar o ponto mais interessante deste estudo: apesar de uma teoria suficiente para explicar o funcionamento da estrutura profunda da significação, a proposta greimasiana parte de um ponto-de-vista que se torna insuficiente para a análise de alguns casos, como o que acabamos de ver.

Na próxima parte, veremos como o mundo externo (co-texto, neste caso) pode dialogar também com uma pintura, desta vez entrando na engrenagem do texto.

### 3.4 A INTERTEXTUALIDADE EM PINTURA: UM CASO DE DIÁLOGO ENTRE TEXTO E SEU CO-TEXTO

A questão da intertextualidade pode aparecer, na semiótica dos sistemas visuais, em discussões sobre a referencialização e o aspecto icônico das imagens, que, como assinalamos,

é entendido aqui como uma construção que se dá em relação à estruturação do mundo natural. Nesse cenário expõe-se primeiramente que a imagem é um conjunto autônomo cujo sentido se elabora em sua estrutura interna, compreendidas aí duas instâncias: a organização do texto em sua extensão (o texto em si mesmo), e a relação entre o texto e sua modalidade de produção, onde entra o leitor abstrato previsto por ele (CALABRESE, 1984).

A noção de intertextualidade provém de diferentes âmbitos da semiótica literária. Em Bakhtin, por exemplo, ela pode ser trabalhada junto ao conceito de *polifonia* para sugerir que “toda enunciação é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal”, e que todo texto, como ato de fala, constitui-se de um amálgama de vozes, de citações que “entram em polêmica” umas com as outras, prolongando “aquelas que a precederam” e contando com “reações ativas da compreensão” (VOLOCHINOV<sup>20</sup>, 1929). Nesse caso a intertextualidade permite entender um ponto central da semiótica bakhtiniana: os elementos de conflito, contexto e história que definem o signo ideológico.

Porém aqui o intertexto deve ser entendido como princípio específico de coerência textual e efeito de verossimilhança. A análise do intertexto no quadro de Holbein (*figura 22*) permitiria verificar: a) a existência de modos específicos de manifestação pictórica da intertextualidade e b) como a intertextualidade na pintura não é simplesmente um emaranhado de fontes, mais ou menos explícitas evocadas pelo texto, mas que também se constitui, por meio de oportunas operações, o princípio de arquitetura textual (CALABRESE, 1984).

Trata-se então de examinar os procedimentos pelos quais o intertexto se articula na pintura: “as referências a outros textos efetuadas pela obra deveriam ser interpretadas como finalizadas na sua globalidade para construção de uma estrutura que, por um lado, rege, mantém, sustenta e funda a obra, e, por outro lado, convida para a cooperação interpretativa” (*idem*). Esse movimento de análise se funda na convicção de que

Na pintura, o reconhecimento das figuras não depende de uma estruturação arbitrária da expressão, como o caso da linguagem verbal, mas sim de um preciso contrato comunicativo, que, de vez em quando, implica em uma relação de verossimilhança entre as representações e os objetos de um mundo natural, agora semiotizados. Nas representações da pintura (...), o reconhecimento de uma forma complexa deve, quase necessariamente, passar pela citação, ou a alusão ou o exemplo da estrutura de uma forma anterior que apareceu em outro texto (CALABRESE, 1984).

Para além de um estudo “fundado simplesmente sob a competência enciclopédica ou sob a competência de um esquema formal” (*idem*), o que caracterizaria uma análise

---

<sup>20</sup> A primeira edição do livro onde aparecem essas citações foi publicada em 1929 em Leningrado, sob a alcunha de Volochinov, com o título de *Marksizm i filosofija jazyka*. Volochinov, aluno de Bakhtin, foi quem realizou as modificações no texto original, a pedido do editor (mudanças às quais o próprio Bakhtin não quis acatar).

propriamente fechada, o autor propõe que em *Os embaixadores* “as competências semânticas dependentes do intertexto da obra se dispõem em níveis hierárquicos únicos e até comunicantes” (*ibidem*). São nove níveis propostos que se apresentam como isotopias, como – lembrando a definição greimasiana – “crivos de leitura que tornam homogênea a superfície do texto, uma vez que elas permitem elidir ambiguidades” (GREIMAS; COURTÉS, 1979: 278). Além disso, o escopo da análise pretende mostrar não só a construção de efeitos de sentido em diferentes níveis, como também evidenciá-los pela reflexão teórica que os produziu.

*Os Embaixadores* é descrito durante toda a análise como uma brincadeira enigmática que guarda segredos. Por isso trata com o leitor de um jeito especial: o quadro “exerce uma espécie de dupla função da obra, com uma leitura possível para o público geral e uma leitura para os poucos que possuem a chave adequada. Como veremos, o que nos interessa é que *Os Embaixadores* não é apenas um jogo enigmático destinado a surpreender e, sim, um verdadeiro exercício teórico” (CALABRESE, 1984). Esse “exercício teórico” revela as diferentes leituras aceitas pelo texto, o que configura diferentes leitores abstratos, de acordo com suas competências.

O que proponho é exatamente mostrar como o quadro fornece níveis interpretativos coerentes e simultâneos. Todos, por assim dizer, verdadeiros, mas distintos graças à diversidade de competência do leitor; sem que isso signifique que a diversidade de leitores implique diferentes destinos empíricos da obra. Até uma charada pode, por vezes, parecer uma cantiga de roda, mas não se destina às crianças (CALABRESE, 1984).

É claro que, em termos semióticos, esses “simulacros” de leitor se configuram na própria estrutura do texto, começando já no que aparece: um retrato de corte com uma figura enigmática ao centro. Isso já programa um leitor cuja competência permita entender as peculiaridades da imagem: um retrato que, embora marcado pelo realismo da representação e alto domínio da técnica, contém algo a mais (CALABRESE, 1984):



*Figura 22*

O primeiro nível de leitura proposto é evocado pela superfície, imediatamente pelo que se vê: o choque entre formas nítidas e formas difusas, entre eidético (as personagens, os objetos) e não-eidético (o crânio deformado). Esse “é o choque entre formas que parecem e que podem ser ou não ser aquilo que não parecem – ou uma forma que não parece e que pode ser ou não ser. Então, isso se dá entre formas que podem resultar em verdadeiras ou mentirosas, ou falsas ou secretas” (*idem*). A grande brincadeira da obra é, então, um contraste entre as posições no interior do quadrado semiótico da veridicção (GREIMAS; COURTÉS, 1979):

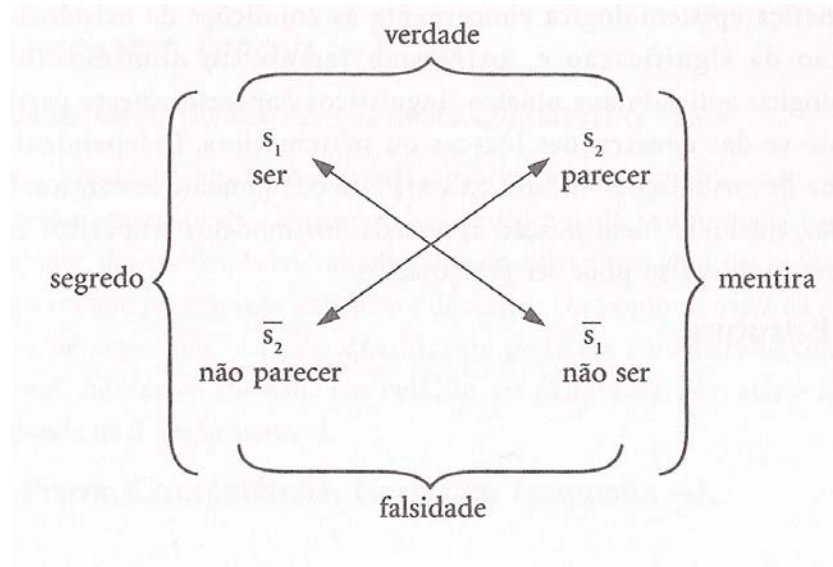


Figura 18

A caveira se configura na esfera do segredo. Se o leitor faz um esforço para enxergá-la, posicionando-se ao lado do quadro, todo o resto da cena some e vê-se perfeitamente o crânio – descobre-se que ele é algo que não aparenta ser: um crânio bem definido. Nesse jogo com o leitor, a pintura se propõe “como terreno de um encontro-choque cuja aposta é a inteligência de quem o observa. Pede-lhe [ao interlocutor] para atirar novas e mais difíceis competências, repertórios” (CALABRESE, 1984).

No âmbito intertextual, a proposta da caveira dialoga com a proposta de obras semelhantes: “o leitor da obra de Holbein sabe por conhecimento de outros textos análogos que é convidado contratualmente a jogar. No mesmo ano, 1533, nascem os *Vexierbilder*, quadros com segredos, às vezes formulados como brincadeiras enigmáticas simbólicas, às vezes fundados no princípio da anamorfose” (*idem*). Além disso, a reflexão em torno da caveira deformada leva a novas oposições categóricas: linear vs anamorfose, ou, ainda, pintura verossímil vs pintura com segredo. Esta categoria, para quem tem a competência necessária, traz um questionamento: seriam as outras formas do quadro também secretas?

“Começa assim o impulso do desafio para a descoberta do segredo, verificando-se uma série de segredos, todos desvendáveis somente através de práticas intertextuais” (*ibidem*). É o que vemos acontecer nos próximos oito níveis de leitura, a saber<sup>21</sup>: a identificação das

<sup>21</sup> Todos os minuciosos procedimentos de leitura dos intertextos podem ser encontrados na análise original, em CALABRESE, Omar (1984). A intertextualidade em pintura (uma leitura de Os Embaixadores de Holbein). In: OLIVEIRA, Ana Claudia de. (Org.) **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. Aqui, passamos brevemente por eles por uma questão de espaço e para aproveitar a discussão de outros aspectos da análise.



personagens (que se dá pelo cruzamento entre dados revelados pelos objetos e a biografia de Holbein); a relação entre cultura, saber e os objetos dispostos na estante (cada um não só aponta para um domínio da Ciência e da Religião, como também se refere a autores específicos); o reconhecimento da amizade de um grupo seleto de homens da época (as duas personagens, o próprio Holbein e Nicolas Kratzer, a quem pertencem quase todos os objetos retratados); a leitura da conjuntura política que se esconde no quadro (o encontro entre os dois embaixadores é uma manobra para enfraquecer o imperador); a análise dos métodos empregados na pintura (pintura enganosa e anamorfose); o reconhecimento de outras caveiras no quadro (dentro da caveira central e no chapéu do embaixador à esquerda), o que configura uma repetição, um jogo de linguagem; a leitura de referências autobiográficas (o pintor se faz presente pela assinatura e por referências a outras pinturas suas, tangenciando o tema da morte, no crucifixo escondido à esquerda); e enfim o retorno à reflexão em torno da brincadeira entre verdade e segredo.

Nosso interesse aqui recai sobre dois aspectos que complementam discussões traçadas em outros momentos desta monografia: como o quadro propõe sua verdade interna e de que maneira o leitor competente entra no jogo estabelecido pela obra, navegando em seus segredos. Nossa sugestão é entender esses movimentos na proposta do autor a partir de suas citações, em diferentes momentos de sua reflexão.

Em primeiro lugar, quando se põe a possibilidade de diferentes estágios de leitura, coloca-se que a “revelação de uma isotopia atrás, de uma aparência anterior e sensível, encaixa um segredo dentro do outro, mas acaba por transformar aquilo que antes parecia segredo em uma mentira em relação a um novo segredo” (*ibidem*). Isto é, à medida que o interesse do leitor se desloca para outros aspectos do quadro, aqueles que foram explorados anteriormente voltam ao estado de desconhecimento e se reconfiguram no novo cenário, retornam ao *não-ser* e ficam somente no *parecer*.

Em seguida, em termos contratuais, “a referência da bagagem intertextual que nos dá a chave de leitura” é o que permite participar dos enigmas da obra e sustentar seus segredos. Vemos que o interesse não é o de abordar a imagem como representação, já que é um mero retrato de corte, mas sim navegar em outras instâncias. Nesse cenário, “o segredo não é algo que não se sabe, e sim que se sabe sob determinadas condições. E para ser realmente segredo, tem de ser marcado como tal” (*ibidem*). A pintura tem, portanto, um mecanismo específico de veridicção: propõe a sua própria “verdade” por meio do segredo que o leitor deve desvendar.

Porém, essa “verdade” é um *ser* que se esconde por trás de um *não-parecer* e que desafia a leitura. “Se acreditarmos na representação estamos fatalmente condenados à

mentira; se não acreditarmos na representação estamos fatalmente condenados ao segredo. A verdade e a falsidade não existem, pelo menos nessa dimensão” (*ibidem*), visto que a “verdade” só se embasa no enigma. Diante da participação fundamental que a leitura tem para fundar a proposta da obra, chegamos a uma constatação dita aqui de várias formas e que agora está bem clara: o texto se destina a quem tem os repertórios para entendê-lo.

### 3.5 ENTENDENDO A ANÁLISE COMO DISCUSSÃO APROFUNDADA

Depois dessas breves incursões em quatro análises (cujas propostas e características são suficientemente diferentes), vemos como é possível articular uma proposta de entendimento em torno dos processos que permitem a geração do sentido, dentro da visão greimasiana. Visto que não existe um procedimento único (uma fórmula de aplicação) para recorrer à compreensão do texto, podemos entender o aporte teórico dessa semiótica não como ferramenta para um uso específico (nem como oráculo que desvende segredos ocultos), mas como um corpo de elementos que ajudam a fundamentar uma visão determinada.

A aproximação que um autor faz a um texto pode ser articulada em vários níveis. Nesse eixo, propomos o seguinte quadro, que nos permite resgatar os aspectos centrais do olhar construído por cada análise aqui apresentada:

<b>Análise</b>	<b>Discussão</b>
<p data-bbox="260 1444 782 1512">“Uma leitura de <i>Vieja friendo huevos</i> de Velásquez”</p>	<p data-bbox="842 1370 1436 1662">O sentido de uma imagem pode ser apreendido na descrição do movimento, entendido como organização de eixos e tensões subjacentes que motivam o olhar. A partir daí, o quadrado semiótico e os actantes permitem compreender a ação que transita de um estado a outro e de um lugar a outro do quadro</p>
<p data-bbox="229 1814 812 1921">“Propõem-se cont(r)atos imediatos: a construção da imagem corporal nos anúncios classificados para relações interpessoais”</p>	<p data-bbox="842 1740 1436 2063">O quadrado semiótico permite organizar os diferentes domínios em que se dão os anúncios. O conhecimento do modelo actancial possibilita reconhecer, nesse processo de vontades e trocas, a ação persuasiva de um destinador que tenta atrair seu destinatário oferecendo-lhe um objeto, enquanto essa mesma ação é também a de um sujeito em busca do corpo perdido.</p>

<p>“<i>Las cacerías de Rubens: ¿Quién caza a quién?</i>”</p>	<p>Esta imagem pode ser entendida como a representação de um momento caótico e de indeterminação. O quadrado semiótico – e a compreensão greimasiana de geração de sentido – não dá conta de abordar a influência do animal selvagem sobre os outros pontos do quadro, preferindo-se aqui o entendimento do sentido como processo lógico contínuo.</p>
<p>“A intertextualidade em pintura. Uma leitura de <i>Os Embaixadores</i> de Holbein”</p>	<p>O quadrado semiótico pode ser usado para entender os mecanismos de verificação do texto, pela categoria <i>ser vs parecer</i>. Esse processo depende sobretudo das competências do leitor, que traz uma carga co-textual fazendo a intertextualidade funcionar como coerência entre diversos níveis.</p>

Em tal panorama, há aspectos próprios que não podemos perder de vista e que nos remetem ao cenário histórico e epistemológico desta semiótica: o pensamento opositivo-binário e categórico tem um papel central na análise, permitindo a configuração do sentido; e o mundo extralinguístico, para respeitar a tradição diádica do entendimento do signo, só pode entrar no discurso como elemento de construção textual e não como referência. Finalmente, o leitor é um espaço basilar no texto; “promessa de existência concreta” (TEIXEIRA, 2004), funda o contrato de leitura e participa na geração do sentido, como força motriz, concepção que fundamenta o entendimento greimasiano de efeito de sentido, de verdade e de realidade: “a realidade não é mais o objeto, mas a transfiguração que sofre no contato com o sujeito” (*idem*).

Adiante vamos retomar os conceitos discutidos durante todo este trabalho para, enfim, chegarmos à conclusão.

### 3.6 RETOMADA DE CONCEITOS

Neste instante do trabalho, queremos fazer uma retomada dos conceitos discutidos, movimento que nos traz o nosso propósito: a oportunidade de reconhecê-los dentro de uma proposta de pensamento.

Vimos que a semiótica francesa se constitui como campo de investigação através de um processo histórico-conceitual. Embora, para Saussure, a linguística constituísse um braço da semiologia, é à primeira que se deve a formulação da segunda, visto que a vontade do linguista genebrino era inscrever a ciência das línguas no quadro das ciências das leis, imprimindo-lhe rigor e autonomia. A partir daí lançam-se as inquietações que, trabalhadas ao longo do tempo, ecoam nos trabalhos de Greimas. A análise estrutural, por exemplo, é herança daquilo que Hjelmslev enfatizou como importante para este campo: a homogeneidade e autonomia da descrição, baseada na exclusão de qualquer referente externo ao texto (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

No entanto, ao dividir a comunicação humana entre *língua* e *fala* e declarar seu interesse pela primeira, Saussure inscreve-se num ponto de vista que prima pelo funcionamento interno do sistema da linguagem. Apesar de ele jamais usar o termo “estrutura” para referir-se ao código profundo da língua, acaba por incluir-se na proposta estruturalista de entendimento. O mesmo acontece com Vladimir Propp que, anos depois de Saussure, elabora um estudo dos contos russos baseado nas ações repetidas das personagens – ele também procurava a estrutura profunda dessas narrativas, sem jamais tê-lo mencionado nesses termos. Desse modo, só 30 anos depois de sua obra ser publicada, Propp foi incluído no grupo de precursores da semiótica (HÉNAULT, 1997).

Ao mesmo tempo, o interesse por estruturas subjacentes adentra outros ramos do conhecimento, como quando Roman Jakobson (que lera a obra de Saussure) conhece Lévi-Strauss. A partir daí, a antropologia estrutural sugerida por este último muda o foco dos fenômenos conscientes para o estudo da sua infra-estrutura inconsciente, composta de valores mínimos, universais e lógicos. O projeto de Greimas acaba por mediar, de certa forma, essas diferentes fontes: afinal, o texto corresponde a um percurso gerativo em que cargas semânticas mínimas projetam-se numa sequência canônica de atos, sendo aí o nível onde essas “pregâncias psíquicas” podem ser apreendidas, visto que são abstratas.

Acreditamos que o panorama histórico nos permite adentrar por fim na teoria greimasiana e aí percorrer os conceitos desenvolvidos. No nosso caso, a discussão centra-se em torno dos conceitos de “texto” e “leitura” e nos permite abordar a noção de referente, de

leitor e contrato, verossimilhança e efeito de sentido. O artigo *Semiótica figurativa e semiótica plástica*, embora não seja muito comentado pelos especialistas em Greimas (pelo menos foi isso o que nos mostrou a consulta à bibliografia), torna-se basilar, a nosso ver, nessa discussão. É por meio dele que percebemos como o autor recorta a questão da representação em imagens (principalmente pinturas), tomando-a como reconhecimento de relações análogas entre o texto e o mundo (intertextualidade). Com o apoio de Jacques Fontanille, concluímos que a veracidade de uma imagem se coloca como construção, e não simples correspondência. Essa conclusão pode se ampliar para outras modalidades textuais (filmes, fotografias, histórias, textos escritos), visto que tal fenômeno se dá no *conteúdo* do texto e não da *expressão*.

Desse modo, o sentido se coloca como “resultado de uma leitura que o constrói” (GREIMAS, 1984), e isso se dá em dois movimentos: na estruturação do texto (produção, escrita, fala) e na leitura (recepção). Assim, o significado é gerado e entendido por meio de um crivo de leitura comum às duas instâncias, que constrói (ou reconstrói) um percurso gerativo, começando em unidades semânticas mínimas, postas em discurso pelas restrições da combinatória. Isso nos põe em contato com as estruturas sêmio-narrativas (profundas) do texto, e aí apontamos a relação: produzir ou ler um texto é trabalhar em torno das “pulsões psíquicas” universais, abstratas, opositivas e categóricas (paradigma – semântica fundamental – quadrado semiótico) frente a uma ordem, uma sequência de elementos (sintagma – sintaxe narrativa de superfície – modelo actancial).

Se a significação nunca é dada de pronto mas se constrói, funda-se um ponto de vista pelo qual a concretude física do mundo natural é preterida em relação ao interesse na construção e coerência das estruturas. A esse respeito, John Deely provoca que essa semiótica “tem, sem dúvida, sido incapaz de se desvencilhar das malhas da filosofia moderna e do resultado das críticas de Kant em particular, de acordo com os quais não há mundo conhecido ou cognoscível para além dos fenômenos construídos pelo próprio entendimento de acordo com seus próprios mecanismos ocultos e leis inelutáveis” (DEELY, 1990: 21).

O sentido passa a ser uma questão de *efeito*, sem comprometimentos com uma verdade externa. O mesmo vale para o mundo natural, onde nos encontramos e vivemos: é apenas por causa da leitura que o universo se torna “inteligível e manuseável” (GREIMAS, 1984). Pensamos haver aqui um obstáculo na compreensão deste mundo físico: ele é excluído da análise e da constituição do sentido (como referente) porque é entendido como um lugar de manifestações sensíveis, cujo entendimento passa necessariamente pelo filtro dos nossos sentidos e leitura (GREIMAS, 1970). É aí que se coloca a noção de intertextualidade entre

texto e co-texto, e deste modo não há como haver sentido fora da mente e da cognição humana.

Nos capítulos dedicados aos comentários sobre o quadrado semiótico e o modelo actancial, vimos que eles propõem um entendimento-análise a partir de uma mirada que resgata fontes ainda mais antigas: a filosofia de Anaximandro de Mileto (a oposição entre contrários) e o racionalismo de Descartes (o sentido está na razão, o significante é a impressão psíquica deixada na mente de quem lê). Nesse caminho, o quadrado semiótico apresenta-se como uma representação legitimamente diádica de uma estrutura “mínima”, visto que só pode haver estrutura e sentido a partir de uma relação entre dois. A proposta do quadrado é, também, mostrar o funcionamento lógico do nível mais profundo da significação, pelas relações de negação, afirmação e pressuposições (sintaxe fundamental).

Já o modelo actancial organiza as relações básicas, tensionais e contratuais, que caracterizam qualquer enunciado. Tal modelo está bem encaixado no entendimento de estrutura-sistema, visto que, nesse cenário, se acontece uma ação, ela *deve* ser atribuída a alguém. É nessa valorização das posições, de *lugares* bem definidos, que se pensam as paixões e os estados de alma: nada mais são que vontades de modificar estados, para pôr em marcha objetos e valores. Daí nascem as tensões que caracterizam a narrativa como confronto dramático (MANGIERI, 2006).

É claro que o quadrado semiótico e o modelo actancial não estão no texto nem são sua estrutura profunda *em si*, mas ilustram como ela pode ser examinada. Como modelos de uma organização subjacente a qualquer texto (inclusive o mundo, entendido, ele também, como tal), são um entendimento lógico de relações básicas que constroem tanto o texto quanto o mundo, e a partir das quais eles podem fazer sentido.

Finalmente, utilizamos quatro análises, de diferentes autores, para verificar e demonstrar como essas questões se alinham, se sustentam em uma base coerente e servem de apoio para entender determinadas situações-textos. Aqui sanamos a curiosidade inicial de entender a base do pensamento binário-opositivo, recorrente nas análises, além de ver como o quadrado semiótico e os actantes podem se propor a resolver questões ligadas à geração e compreensão do sentido. Em vez de simples aplicação ou explicação absoluta, são uma discussão em torno de determinados pontos fornecidos pelo texto, debate que se sustenta em um viés específico e não em outros.

Agora, havendo os elementos necessários, podemos concluir o trabalho.

## CONCLUSÃO

Neste momento final, podemos situar este trabalho no processo de estudos que começou com o meu ingresso na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. No curso de Jornalismo, deparei-me com uma postura pedagógica pouco inquieta, pouco aberta à reflexão e ao interesse pelo pensamento, voltado, ao invés, ao ensino da prática e das técnicas de produção. Meu interesse crescente pelos estudos em semiótica dá-se nesse cenário como a vontade de querer construir outro lugar de análise e fomento de inquietações.

Vemos como a semiótica greimasiana fornece elementos para abordar, para além do que é trabalhado na graduação em Jornalismo, os processos vivenciados no âmbito da comunicação de massa. É uma visão fundada sobremaneira na noção de simulacro e estrutura, e que entende o processo interpretativo como um acordo pré-estabelecido pelo destinador (em âmbitos figurativos, os meios de massa) e que cabe ao destinatário cumprir ou não. Se for cumprido, o leitor preenche no texto o espaço que lhe é outorgado, e a engrenagem da geração do sentido pode funcionar. A interpretação é então tomada como deciframento e aceitação do jogo proposto pelo texto. É claro, o contrato de leitura é possível porque as duas instâncias trabalham na mesma base lógica de classificação do mundo e podem desestruturar a superfície do texto rumo à sua estrutura profunda. Já aí se vê como essa visão fornece elementos para ultrapassar o senso comum instaurado na graduação.

Igualmente, podemos reconhecer na semiótica greimasiana um importante instrumento teórico para a realização de análises e reflexões sobre o próprio fazer significativo. A nosso ver, o quadrado semiótico e o modelo actancial, ao invés de moldes aplicáveis, permitem embasar uma discussão sobre a leitura e sobre o entendimento, o que nos põe em contato com uma consciência epistemológica estimulante. Nesse sentido, podemos extrapolar os modelos clássicos ensinados aos alunos de Jornalismo, como a pirâmide invertida, utilizada na escrita de notícias e que se constitui como um esquema para entender a técnica e não o pensamento. Além disso, a rotina construída na faculdade, ao contrário da postura exigida para se estudar semiótica, não permite questionar os modelos ensinados nem *entendê-los como entendimento*; o resultado é a construção de um ensino que não nos prepara para amadurecer na intelectualidade.

Assim, visando a ressaltar as potencialidades desta semiótica, destacamos como ela permite superar o senso comum para, finalmente, estabelecer uma compreensão do que é o sentido e como ele se faz presente no mundo.

Nesse eixo, acreditamos que o principal da proposta greimasiana, como posição de entendimento, vem da compreensão diádica do signo, apoiada em um contexto histórico racionalista que despreza as condições materiais do mundo na produção de sentido. Pelo posicionamento greimasiano, tudo o que tem sentido é uma construção efetuada pela mente, não em si mesma, mas solicitando os caracteres sensoriais dos textos (expressão) e organizando-os de acordo com uma base inconsciente que é lógica e abstrata (conteúdo). Nesse panorama, a leitura tem extrema importância: ela é um exercício de raciocínio e, assim, um alicerce que nos liga ao mundo de acordo com nossa maneira de categorizá-lo.

No cenário greimasiano, a leitura mantém-se entre mente e signo e não vai além – não busca a materialidade ou referente externo, até porque, dentro dessa percepção, um referente externo, material e invariante não existe. O mundo extralinguístico também não, a não ser como lugar da manifestação do sensível, do sentido humano; é também ele uma linguagem construída, e assim a referência ou a verdade do texto são tomadas como uma “rede de correlação entre dois níveis de realidade significativa” (GREIMAS, 1975: 49).

Portanto o sentido torna-se “efeito de sentido”. A verdade e a representação do texto, por exemplo, não dizem respeito a verdades exteriores; basta que ele se estruture eficazmente, o que o torna tão verdadeiro quanto o mundo (este, também, um texto estruturado pela participação do nosso olhar). O problema da referência e da veridicção fica por conta da geração mesma do texto, e é disso que trata essa teoria gerativa: considerar a geração do sentido como processo que começa em categorias mentais e termina por se concretizar em aspectos sensíveis, tendo em vista que esses aspectos continuam sob o trabalho constante da nossa leitura, podendo nunca ser considerados como materiais. É assim que o sentido, os textos e o mundo não conseguem extrapolar os limites da mente humana.

Mas as nossas inquietações não acabam aí. A oportunidade de estar em um ambiente privilegiado de estudos, especialmente no Núcleo de Estudos em Semiótica e Comunicação – NESECOM, põe-me em contato com outras vertentes da semiótica e me possibilita ver que, se por um lado os trabalhos desenvolvidos em torno de Greimas fornecem interessantes elementos para fundar um entendimento, o mesmo ponto de vista tem suas limitações que precisam ser confrontadas.

Retornemos ao exemplo da notícia sobre o menino de 6 anos que “estaria dentro de um balão caseiro”, voando em alta velocidade nos Estados Unidos. Após uma investigação



realizada pela polícia, descobriu-se, como sabemos, que toda a história foi um embuste armado pela família do garoto. De que maneira a semiótica greimasiana permite entender esse caso? Quando foram divulgadas as primeiras notícias sobre o voo do balão, a estruturação do texto se deu de tal modo que produziu um efeito de verdade aceito largamente pelo público. *Do mesmo modo*, quando as notícias confirmando a falsidade do caso foram emitidas, produziu-se *outro* efeito de verdade que *também* foi aceito pelo público.

No entanto, essa compreensão nos põe em uma situação algo aflitiva, porque exclui da situação o processo de inquirição que caracteriza a busca pela verdade – se o sentido é apenas da ordem do bom funcionamento das estruturas, não há espaço para a dúvida quanto a *o que* dizem os textos. Podemos chegar a essa conclusão por meio de uma base triádica, que inclui as preocupações com a verdade do objeto na “geração” de sentido. Em Peirce, lógico norte-americano, encontramos elementos para entender que o sentido decorre de um processo lógico contínuo do qual o confronto com a dúvida e o lançamento de hipóteses são parte fundamental, além de que, nesse processo, as percepções que temos hoje se acrescentam às que tivemos no passado compondo a dinâmica e o desenvolvimento do signo. É assim que podemos chegar à conclusão certa: era mentirosa a história do menino que voava em um balão nos Estados Unidos.

Nesse caso, vemos o avanço que o contato com outras fontes semióticas proporciona. Acreditamos que ler outros autores, de variadas tradições de pesquisa na semiótica, permite dialogar com as diferentes propostas e compreensões que o mundo humano, da linguagem e do sentido, pode suscitar como inquietação. Essa manobra nos faz atentar para a base intelectual que funda cada método e que constrói outras noções de sentido, de leitura, de texto etc, além de esclarecer as limitações da semiótica francesa, se considerarmos que ela se ocupa dos fenômenos linguísticos que “aparecem como subgrupo de uma faixa muito mais vasta de atividade sígnica” (DEELY, 1990: 18).

Entendemos que cada forma de entender o mundo tem potencialidades e limitações; nosso desafio é compreender tais processos para melhor questionar e pensar. Perceber os limites nos põe na irritação da dúvida, e é isso que não nos deixa na passividade das primeiras solução e resposta; ela demanda atenção e conhecimento das matrizes epistêmicas que estudamos e vamos escolhendo para desenhar nossas formas de estudo e análise.

É claro que, por questões práticas, não podemos nos estender nas comparações entre os diferentes ramos da semiótica. Por enquanto, fica-nos aquilo que procurávamos desde o começo: o entendimento de uma proposta epistemológica que funda todo esse olhar. Gostaríamos de terminar com uma citação que é um resumo acertado de nossas conclusões:

Segue-se que o objeto de busca do pensamento estruturalista se constituirá das estruturas permanentes nas quais os atos humanos individuais, as percepções e os posicionamentos se enquadram, e das quais derivam sua natureza final. Esse projeto finalmente envolverá o que Frederic Jameson descreveu como “uma busca explícita das estruturas permanentes da própria mente, as categorias e formas organizacionais pelas quais a mente é capaz de experimentar o mundo, ou organizar um significado no que é, na verdade, essencialmente sem significado” (HAWKES *apud* DEELY, 1990).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARES, Cristina. **A viragem morfodinâmica e a naturalização das ciências humanas: o caso da semiótica narrativa**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000. Disponível em:  
<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8692/1/viragemmorfo.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2010.
- AUTHORITIES: “Balloon boy incident was a hoax”. Atlanta: CNN International, 2009. Disponível em:  
<<http://edition.cnn.com/2009/US/10/18/colorado.balloon.investigation/index.html?iref=allsearch>> Acesso em: 27 mai. 2010
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BARTHES, Roland (1985). A semântica do objeto. In: **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARTHES, Roland. Língua e fala. In: **Elementos de semiologia**. Lisboa: Edições 70, 1964.
- BASTIDE, Roger. Introdução ao estudo do termo “Estrutura”. In: **Usos e sentidos do termo “estrutura”**. São Paulo: Editora Herder, 1971.
- BORNHEIM, Gerd Alberto. Anaximandro de Mileto. In: **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1967.
- CALABRESE, Omar (1984). A intertextualidade em pintura (uma leitura de Os Embaixadores de Holbein). In: OLIVEIRA, Ana Claudia de. (Org.) **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. São Paulo: Papirus, 1997.
- CASTAGNINO, Raúl Héctor. **'Sentido' y estructura narrativa**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1975.
- CHABROL, Claude. **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CHOMSKY, Noam. Estrutura profunda e estrutura de superfície. In: **Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1966.
- DEELY, John. A semiótica literária e a doutrina dos signos. In: **Semiótica básica**. São Paulo: Editora Ática, 1990. pp. 17-26.
- DOSSE, François (1992). Nascimento de um herói: Claude Lévi-Strauss. In: **História do estruturalismo**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007

DUARTE, Elizabeth Bastos. Propõem-se cont(r)atos imediatos: a construção da imagem corporal nos anúncios classificados para relações interpessoais. In: **Fotos & Grafias**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage**. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

FIDALGO, António. **Semiótica geral**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1999. Disponível em: <[http://www.bocc.ubi.pt/\\_esp/autor.php?codautor=1](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1)> Acesso em: 24 mar. 2010.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 1, 1999.

FONTANILLE, Jacques. Iconicidade da imagem e estabilização da forma. In: **Significação e visualidade: exercícios práticos**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

GREIMAS, Algirdas Julien (1966). **Semântica estrutural: pesquisa de método**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien (1970). **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien (1984). Semiótica figurativa e semiótica plástica. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de. (Org.) **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico + da modalidade**. São Paulo: Difel Difusão, 1976. pp. 55-86

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph (1979). **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HÉNAULT, Anne (1997). **História concisa da semiótica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

KATILIUS-BOYDSTUN, Marvin. The semiotics of A. J. Greimas: an introduction. **LITUANUS: Lithuanian Quarterly Journal of Arts and Sciences**, Rochester, v. 36, n. 3, 1990.

LANDOWSKI, Eric (2004). Modos de presença do visível. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de. (Org.) **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

LEPARGNEUR, François Hubert. Saussure e a linguística. In: **Introdução aos estruturalismos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

LOTMAN, Iúri (1984). El texto en el texto. In: **La semiosfera I. Semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Cátedra, 1996. pp. 91-109

MANGIERI, Rocco. Las cacerías de Rubens: ¿Quién caza a quién?. In: **Tres miradas, tres sujetos (Eco, Lotman, Greimas y otros ensayos semióticos)**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2006.

MANGIERI, Rocco. **Tres miradas, tres sujetos (Eco, Lotman, Greimas y otros ensayos semióticos)**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2006.

MENINO de seis anos decola em balão caseiro nos EUA, diz mídia. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u638505.shtml>> Acesso em: 27 mai. 2010.

MOTTA, Manuel Barros de. Alexandre Koyré: revolução e verdade na história do pensamento científico e filosófico. In: KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.

NÖTH, Winfried. História da semiótica. In: **Panorama da semiótica de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 2003. pp. 25-57.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. As semioses pictóricas. In: \_\_\_\_\_. **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. Semiótica plástica ou semiótica visual? In: \_\_\_\_\_. **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

PROPP, Vladimir J (1964). Estructura e historia en el estudio de los cuentos. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. (Org.) **Polemica Lévi-Strauss-Propp**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1972.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento – sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia**. São Paulo, Iluminuras, 2001. p. 319.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. Greimas: Comunicação como enunciação. In: **Comunicação e Semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. pp. 113-126.

SAUSSURE, Ferdinand de (1915). **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SILVA, Ignacio Assis (1980). Uma leitura de *Vieja friendo huevos* de Velásquez. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de. (Org.) **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

TEIXEIRA, Lucia . A práxis enunciativa num auto-retrato de Tarsila do Amaral. In: Ana Claudia de Oliveira. (Org.) **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. pp. 229-242.

VOLOCHINOV, Valentim N (1929). Língua, fala e enunciação. In: **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999. pp. 91-111.